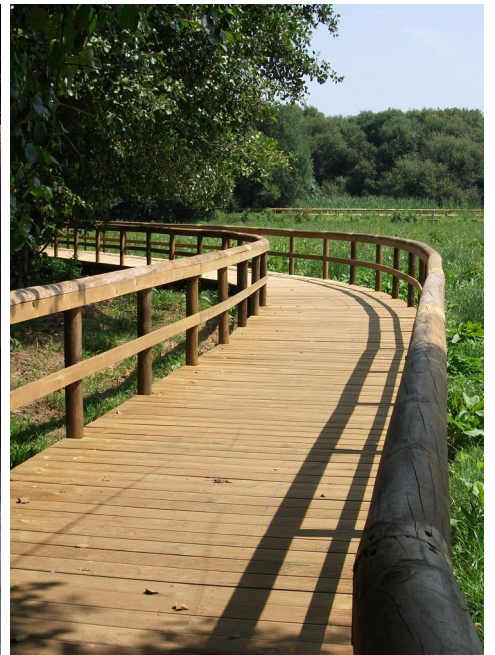
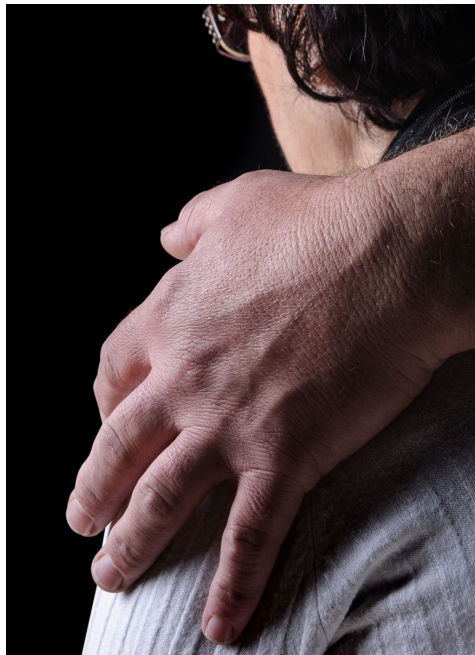




CINETEATRO
ANTÓNIO
LAMOSO



EUROPARQUE
CIDADE DOS EVENTOS



bizfeira

**Norte Porto ganha
emprego mas
não recupera
dos anos da troika**

Guimarães, Gaia, Famalicão,
Braga e Feira entre os concelhos
onde o desemprego mais baixou

Jornal de Notícias 2 de março de 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO

2016



santa maria da feira
câmara municipal



Índice

VOLUME I – RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

VOLUME II – RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

INTRODUÇÃO	9
PARTE I – ANÁLISE ORÇAMENTAL	11
I. Análise Global do Orçamento	12
II. Análise do Orçamento da Receita.....	18
Receitas Próprias	19
Passivos Financeiros	25
III. Análise do Orçamento da Despesa	26
Despesas de Funcionamento.....	27
Transferências Correntes.....	34
Investimento Global	35
Serviço de Dívida	38
Fluxos de Caixa	39
IV. Estrutura Orçamental - Rácios.....	41
PARTE II – ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	43
V. Dívida Municipal.....	44
Introdução.....	44
Evolução da dívida global	45
Dívida de médio e longo prazo.....	47
Dívida de curto prazo.....	50
Prazo médio de pagamento.....	52
VI. Análise da capacidade de endividamento do Município	54
Entidades relevantes para os limites legais	55
VII. Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).....	64
PARTE III – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	66
VIII. Balanço	67
Ativo.....	71
Imobilizado.....	72
Circulante.....	91
Fundos Próprios	94

Passivo.....	96
Acréscimos e Diferimentos – passivo	98
IX. Demonstração de Resultados	101
X. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	107
XI. Contabilidade Analítica - Obras por Administração Direta.....	108
XII. Anexos às Demonstrações Financeiras	117
Introdução.....	117
8.1 Caracterização da Entidade.....	117
8.1.1. Identificação	117
8.1.2. Legislação.....	118
8.1.3. Estrutura organizacional efetiva.....	118
8.1.4. Descrição sumária das atividades	118
8.1.5. Recursos Humanos.....	118
8.1.6. Organização Contabilística	119
8.1.7. Outras informações relevantes	119
8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados	120
8.2.1. Derrogação das disposições do POCAL	120
8.2.2. Comparabilidade	120
8.2.3. Critérios Valorimétricos	121
8.2.7. Movimentos do Ativo Imobilizado	122
8.2.8. Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado	123
8.2.12. Imobilizações Corpóreas e em Curso em poder de Terceiros.....	124
8.2.14. Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade	126
8.2.15. Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.....	126
8.2.16. Mapa das entidades participadas.....	126
8.2.22. Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço	127
8.2.26. Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança.....	127
8.2.27. Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício	130
8.2.28. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial, constantes do balanço.	132
8.2.29. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	135
8.2.31. Demonstração dos Resultados Financeiros	135
8.2.32. Demonstração dos Resultados Extraordinários	136



8.3 Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução	137
8.3.1. Modificações ao Orçamento	137
8.3.2. Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal	137
8.3.3. Outras Informações Relevantes.....	137
9. Factos relevantes ocorridos após termo do exercício económico	139

Índice Quadros

Quadro 1 – Orçamento do ano 2016	12
Quadro 2 – Modificações orçamentais.....	14
Quadro 3 – Reforço / Diminuição do orçamento da receita.....	14
Quadro 4 – Análise do Equilíbrio Orçamental.....	16
Quadro 5 – Análise aos saldos no período 2013 a 2016.....	17
Quadro 6 – Estrutura Geral da Receita.....	18
Quadro 7 – Receitas Próprias	19
Quadro 8 – Impostos Diretos	21
Quadro 9 – Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades	22
Quadro 10 – Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes	23
Quadro 11 – Rendimentos de Propriedade	24
Quadro 12 – Transferências.....	24
Quadro 13 – Transferências e Participações	25
Quadro 14 – Estrutura Geral da Despesa	26
Quadro 15 – Estrutura Geral da Despesa de Funcionamento	28
Quadro 16 – Despesa com o Pessoal	30
Quadro 17 – Aquisição de Bens	33
Quadro 18 – Aquisição de Serviços.....	33
Quadro 19 – Outros Serviços.....	34
Quadro 20 – Evolução das Transferências Correntes e Subsídios.....	35
Quadro 21 – Investimento Global	36
Quadro 22 – Plano Plurianual Investimentos do ano 2016	36
Quadro 23 – Transferências de Capital	37
Quadro 24 – Evolução do Serviço da Dívida	38
Quadro 25 – Serviço da Dívida / Saldo Primário	38
Quadro 26 – Resumo dos Fluxos de Caixa	40
Quadro 27 – Rácios.....	41
Quadro 28 – Evolução da Dívida	45
Quadro 29 – Dívida de Médio e Longo Prazo.....	48
Quadro 30 – Dívida de Curto Prazo.....	50
Quadro 31 – Prazo Médio de Pagamentos.....	52
Quadro 32 – Entidades Participadas	57
Quadro 33 – Limites para 2016.....	59
Quadro 34 – Apuramento da Dívida Total	59
Quadro 35 – Posição do grupo municipal.....	60
Quadro 36 – Cálculo da média das receitas correntes líquidas à data de 31/12/2016.....	62
Quadro 37 – Limites para 2017.....	62
Quadro 38 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Balanço Sintético.....	67
Quadro 39 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Percentagem	69
Quadro 40 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia.....	71
Quadro 41 – Evolução do Imobilizado Líquido	72



Quadro 42 – Investimentos Financeiros	74
Quadro 43 – Composição Ativo Bruto – Bens Móveis.....	74
Quadro 44 – Ferramentas e Utensílios.....	75
Quadro 45 – Diminuição Bens Móveis.....	76
Quadro 46 – Amortizações do Exercício.....	77
Quadro 47 – Ativo Bruto – Bens Imóveis.....	78
Quadro 48 – Terrenos e Recursos Naturais	80
Quadro 49 – Outras Construções e Infraestruturas.....	82
Quadro 50 – Edifícios e Outras Construções	82
Quadro 51 – Diminuições de Imóveis	83
Quadro 52 – Abates – Bens Imóveis	83
Quadro 53 – 44.2.1 – Terrenos e Recursos Naturais.....	83
Quadro 54 – 44.2.2.1.03 – Instalações Desportivas e Recreativas	84
Quadro 55 – 44.2.2.1.06 – Escolas.....	84
Quadro 56 – 44.2.2.1.08.01 – Comissão de Proteção Menores	84
Quadro 57 – 44.2.2.1.08.02 – Europarque	85
Quadro 58 – 44.2.2.1.08.99 – Outros	85
Quadro 59 – 44.2.2.1.99 – Outros	85
Quadro 60 – 44.2.2.2.01 – Viadutos, arruamentos e Obras Complementares.....	86
Quadro 61 – 44.2.2.2.03 – Iluminação Pública.....	86
Quadro 62 – 44.2.2.2.04 – Parques e Jardins	86
Quadro 63 – 44.2.2.2.05 – Instalações Desportivas e Recreativas	87
Quadro 64 – 44.2.2.2.07 – Viação Rural.....	88
Quadro 65 – 44.2.2.2.08 – Sinalização e Trânsito.....	88
Quadro 66 – 44.2.2.2.12.01 – Redes de Abastecimento de Água	88
Quadro 67 – 44.2.2.2.12.02 – Redes de Saneamento e Esgotos.....	89
Quadro 68 – 44.2.2.2.12.03 – Construções diversas em Curso	89
Quadro 69 – 44.2.5 – Ferramentas e Utensílios.....	90
Quadro 70 – 44.5.3.1 – Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares.....	90
Quadro 71 – 44.5.3.2 – Parques e Jardins	90
Quadro 72 – 44.8.1 – Terrenos e Recursos Naturais.....	91
Quadro 73 – Ativo Circulante	91
Quadro 74 – Acréscimos e Diferimentos - Ativo	93
Quadro 75 – Estrutura do Passivo	96
Quadro 76 – Acréscimos e Diferimentos - Passivo	98
Quadro 77 – Obras Financiadas	99
Quadro 78 – Demonstração de Resultados.....	101
Quadro 79 – Estrutura dos Custos/Proveitos	102
Quadro 80 – Indicadores Financeiros.....	105
Quadro 81 – Rácios.....	106
Quadro 82 – Custos por Grupo de Centro de Custos	109
Quadro 83 – Obras por Administração Direta.....	110
Quadro 84 – Grupos.....	113

Quadro 85 – Custos da Biblioteca Municipal	114
Quadro 86 – Custos do Museu do Papel	115
Quadro 87 – Custos do Convento dos Lóios	115
Quadro 88 – Custos do Europarque	116

Índice Gráficos

Gráfico 1 – Comparação entre Receita orçamental inicial, final e executada.....	13
Gráfico 2 – Comparação entre Despesa orçamental inicial, final e executada.....	13
Gráfico 3 – Evolução do Saldo Primário	16
Gráfico 4 – Evolução da Receita.....	18
Gráfico 5 – Evolução Receitas Próprias	20
Gráfico 6 – Comparação das Receitas Próprias.....	20
Gráfico 7 – Evolução dos Impostos Diretos	21
Gráfico 8 – Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades	22
Gráfico 9 – Estrutura Geral da Despesa	27
Gráfico 10 – Composição das Despesas de Funcionamento	28
Gráfico 11 – Peso da Despesa de Funcionamento no Total da Despesa Corrente	29
Gráfico 12 – Evolução do Serviço da Dívida versus Saldo Primário.....	39
Gráfico 13 – Evolução dos Fluxos de Caixa	40
Gráfico 14 – Evolução da Dívida Global	46
Gráfico 15 – Dívida de Médio e Longo Prazo / Dívida de Curto Prazo	47
Gráfico 16 – Dívida de Médio e Longo Prazo	49
Gráfico 17 – Natureza da Dívida de Médio e Longo Prazo	50
Gráfico 18 – Natureza da Dívida de Curto Prazo	51
Gráfico 19 – Evolução da dívida de curto prazo	52
Gráfico 20 – Evolução do prazo médio de pagamento.....	53
Gráfico 21 – Dívida Total do grupo municipal	61
Gráfico 22 – Evolução dos limites versus evolução da dívida do grupo municipal	63
Gráfico 23 – Estrutura e Evolução da Autarquia.....	70
Gráfico 24 – Estrutura do Ativo	71
Gráfico 25 – Evolução do Imobilizado Líquido.....	73
Gráfico 26 – Evolução do Ativo Bruto – Bens Móveis	75
Gráfico 27 – Abates	76
Gráfico 28 – Amortizações do Exercício	77
Gráfico 29 – Evolução Ativo Bruto – Bens Imóveis	78
Gráfico 30 – Distribuição do Aumento 2015-2016.....	79
Gráfico 31 – Ativo Circulante.....	92
Gráfico 32 – Peso dos Fundos Próprios	94
Gráfico 33 – Distribuição dos Fundos Próprios	95
Gráfico 34 – Estrutura do Passivo	96
Gráfico 35 – Análise dos Custos 2016-2015	104
Gráfico 36 – Análise dos Proveitos 2016-2015.....	104
Gráfico 37 – Evolução dos Resultados	105

NOTA PRÉVIA

Em cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e respetivas alterações, compete ao Órgão Executivo, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas identificadas no n.º2, do ponto 2 – Considerações Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, ratificado pela Lei n.º 162/99 de 14 de setembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro, que dele faz parte integrante, e submete-los à apreciação e votação do Órgão Deliberativo.

De acordo com o ponto 13 do POCAL, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2016, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município de Santa Maria da Feira, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

Com o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelecidos pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os documentos de prestação de contas consolidadas passam a poder ser aprovados em momento diferente das contas individuais do Município, isto é, até junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

INTRODUÇÃO

“Quem administra bens alheios presta contas”

O exercício de 2016 decorreu assente no princípio basilar do equilíbrio financeiro. Só assim foi possível assegurar todos os compromissos resultantes da atividade Municipal, com regularidade e prontidão e em muitas situações antecipando mesmo a sua satisfação relativamente ao estrito cumprimento das normas e das leis que regulam esta matéria. Tal facto traduziu-se na manutenção de uma salutar relação de confiança mútua entre a Autarquia e os seus fornecedores e que constituiu sem dúvida uma mais-valia importante para a atividade do Município e para a atividade económica do Concelho.

Assim, em 2016 prosseguimos uma política de gestão centrada no esforço de contenção dos gastos, em particular da despesa corrente, tendo sido possível, assegurar que no essencial as atividades previstas e programadas nas Opções do Plano fossem concretizadas. De facto, conseguimos demonstrar que a Câmara Municipal foi capaz, não só de reunir as condições técnicas, financeiras e materiais essenciais ao integral aproveitamento dos recursos disponíveis, bem como manter e elevar a qualidade e eficiência dos serviços prestados.

A análise desenvolvida no presente Relatório de Gestão é suportada pela informação produzida pela contabilidade orçamental, patrimonial e analítica da responsabilidade da Divisão Financeira e Gestão Patrimonial, constante nos diversos documentos de prestação de contas, tendo como princípio orientador uma situação financeira robusta, nomeadamente a redução dos rácios de endividamento, que cumprimos, e uma estratégia de adequação do modelo organizacional na melhoria da eficiência operacional.

Com efeito, assinala-se com particular satisfação que a dívida global do Município entre o ano 2013 e o ano 2016 sofreu uma redução de 18.721.560,21€, incluindo operações de tesouraria. É de facto um indicador de comprovado sucesso no alcance dos objetivos traçados, demonstrando, ainda, que em devido tempo o Município teve a capacidade de adequar o seu orçamento à realidade, designadamente, promovendo um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas.

No domínio da dívida de curto prazo, apraz também registar o facto de o Município se posicionar fora das entidades com pagamentos em atraso, bem como a melhoria significativa do seu prazo médio de pagamento, que no final da gerência de 2016 se fixou em 12 dias. Trata-se de mais um indicador que bem testemunha a ação do Município ao nível da boa gestão financeira do seu orçamento.

Em termos orçamentais, atingimos uma execução global da receita de 102,37%, sendo que a receita corrente líquida cobrada foi de 55.422.023,84€, ou seja, foi executada em 104,99%, o que denota o grande rigor com que foram elaborados os documentos previsionais de 2016.

Em termos financeiros, de notar o aumento do ativo líquido do Município em 5.102.965,04€, uma diminuição do passivo de médio e longo prazo no montante de 8.880.466,32€ e um aumento do passivo de curto prazo em 299.928,76€, sem operações de tesouraria, em 2016.

O documento a seguir apresentado está estruturado da seguinte forma:

- ✓ na primeira parte insere-se uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e da Despesa Municipal;
- ✓ na segunda parte é efetuada uma análise detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública e uma análise de monitorização ao programa de apoio à economia local (PAEL);
- ✓ na terceira parte é introduzida a análise económico-financeira, com considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados;
- ✓ conclui-se a apreciação das contas com a certificação legal das contas individuais.

Como suporte fundamental desta análise constam os anexos às demonstrações financeiras, nos quais se agregam informações indispensáveis à correta avaliação e interpretação das contas prestadas.

O Município de Santa Maria da Feira continua a contribuir para a consolidação orçamental das finanças públicas, cuja performance nos últimos anos está comprovada com os resultados obtidos, designadamente ao nível da evolução da dívida.

Conclui-se assim do rigor financeiro e de gestão, visivelmente patentes nos dados contidos no presente relatório.



PARTE I – ANÁLISE ORÇAMENTAL

I. Análise Global do Orçamento

O orçamento é composto por receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

Com o objetivo de avaliar quer a fiabilidade do orçamento apresentado, quer a capacidade financeira da sua execução em função do montante de receitas efetivamente arrecadadas, insere-se um quadro com os valores do orçamento inicial, final e executado, da receita e da despesa, e respetivos desvios.

Refira-se que no âmbito da análise deste capítulo, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

Quadro 1 – Orçamento do ano 2016

ORÇAMENTO DO ANO 2016					
	PREVISÃO			EXECUÇÃO	
	INICIAL	FINAL	DESVIO	VALOR	Taxa de Execução%
Receitas Correntes	52 570 828,00 €	52 785 476,00 €	214 648,00 €	55 422 023,84 €	104,99%
Receitas Capital	7 444 236,00 €	4 729 749,00 €	- 2 714 487,00 €	3 858 109,74 €	81,57%
Outras Receitas	500,00 €	500,00 €	- €	9 053,27 €	1810,65%
Saldo da Gerência Anterior	- €	17 288 910,77 €	17 288 910,77 €	17 288 910,77 €	100,00%
Total	60 015 564,00 €	74 804 635,77 €	14 789 071,77 €	76 578 097,62 €	102,37%
Despesas Correntes	42 108 551,00 €	44 024 766,74 €	1 916 215,74 €	34 769 647,59 €	78,98%
Despesas Capital	17 907 013,00 €	30 779 869,03 €	12 872 856,03 €	20 120 876,66 €	65,37%
Total	60 015 564,00 €	74 804 635,77 €	14 789 071,77 €	54 890 524,25 €	73,38%

Do observado do quadro anterior resulta que o total do orçamento final aprovado para o ano de 2016 foi de 74.804.635,77€, sendo o total da receita líquida cobrada de 76.578.097,62€ e o total da despesa executada de 54.890.524,25€.

Em matéria de execução orçamental, regista-se que:

- A taxa de execução das receitas correntes foi de 104,99%, o que significa que para uma previsão final de 52.785.476,00€ se atingiu uma execução de 55.422.023,84€ que traduz um desvio positivo de 2.636.547,84€, ou seja, a cobrança efetiva de receita foi superior à receita estimada;

- No que respeita às receitas de capital, e para uma previsão final de 4.729.749,00€ atingiu-se uma execução de 3.858.109,74€, representando um desvio de (-) 871.639,26€, correspondendo a uma taxa de execução 81,57%, Esta situação deve-se essencialmente à não arrecadação efetiva dos montantes dos fundos comunitários.

- No grupo das despesas, a taxa de execução atingiu 73,38%, com as despesas correntes e as despesas de capital a alcançarem respetivamente níveis de execução orçamental de 78,98%, e 65,37%, do total orçamentado.

Segue-se gráficos demonstrativos da receita e da despesa, referentes ao ano de 2016.

Gráfico 1 – Comparação entre Receita orçamental inicial, final e executada

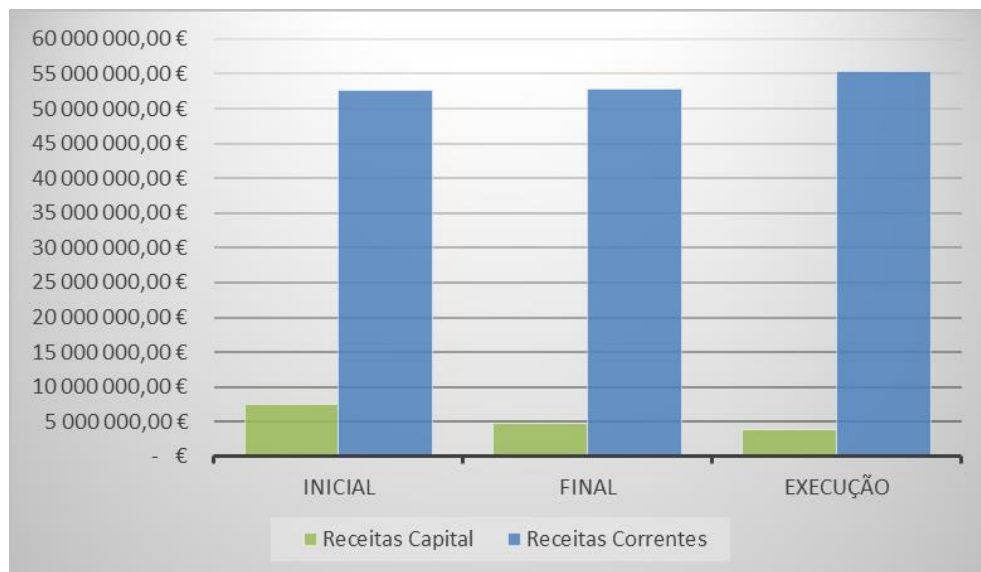
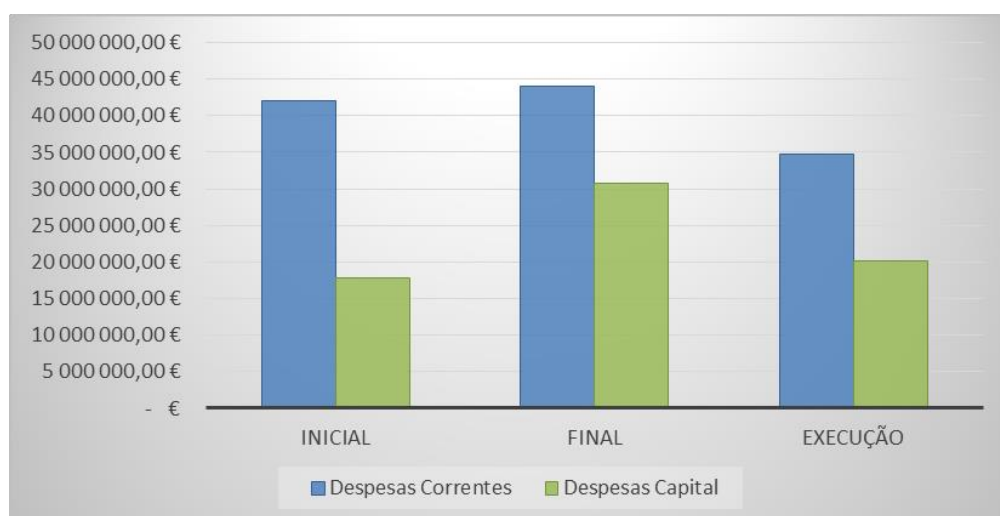


Gráfico 2 – Comparação entre Despesa orçamental inicial, final e executada



Modificações Orçamentais

Faz parte integrante do normal processo de execução orçamental reforçar ou anular a dotação das rubricas tendo em vista ajustar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão.

Interessa, por isso, proceder à apreciação dos ajustamentos desta natureza que se realizaram durante o ciclo em apreço, cujas tipologias se identificam no quadro resumo que se segue.

Quadro 2 – Modificações orçamentais

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	14	2
Plano Plurianual de Investimentos	14	2
Plano de Atividades Municipais	14	1
Orçamento da Receita	0	1

O reforço/diminuições do orçamento da receita deve-se à incorporação dos valores a seguir discriminados:

Quadro 3 – Reforço / Diminuição do orçamento da receita

Descrição	Reforço	Diminuições
Transferências Capital - Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados - FEDER/Fundo de Coesão		2.720.000,00 €
Transferências do Estado de acordo com a LEO 2016	220.161,00 €	
Saldo da Gerência Anterior	17.288.910,77 €	
Total	17.509.071,77 €	2.720.000,00 €

A elaboração do orçamento para o ano económico de 2016, ocorreu de acordo com o preceituado no artigo 45º da Lei n.º 73/2015, de 3 de setembro, conjugado com o artigo 27º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o qual, foi realizado três meses antes do final do ano. Desta situação resultou que para além da inscrição do saldo orçamental, e para que se obtivesse uma informação mais realista do orçamento, se diminuísse a dotação de algumas rubricas que julgamos deter excesso de dotação.

Na primeira revisão procedeu-se à integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no montante de 17.288.910,77€, bem como a atualização das transferências do Estado para as Autarquias Locais conforme o Orçamento de Estado para 2016, que implicou a utilização do valor de 14.789.071,77€, para o aumento global do orçamento da receita, como contrapartida do aumento

global do orçamento da despesa, em igual montante. A utilização do diferencial, no valor de 2.720.000,00€ teve como contrapartida a diminuição das rubricas “Feder” e “Fundo de Coesão” que se encontravam excessivamente dotadas.

Equilíbrio Orçamental

O artigo 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), sob a epígrafe “ Equilíbrio orçamental “, prevê o seguinte:

“ 1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo”.

Por sua vez, no art.º 83º do mesmo diploma legal, integrado no Título V, intitulado de “Disposições finais e transitórias”, prevê-se, ainda, relativamente ao equilíbrio orçamental, que:

“Para efeitos do n.º 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato”.

Importa, por fim, realçar que esta norma revoga, ainda que tacitamente, o princípio do equilíbrio orçamental consagrado no ponto 3.1.1., al. e), do POCAL.

Quadro 4 – Análise do Equilíbrio Orçamental

Análise do equilíbrio orçamental	
Receitas correntes líquidas arrecadadas	55.422.023,84 €
Despesas correntes pagas	34.769.647,59 €
Saldo corrente	20.652.376,25 €
Amortizações médias para o ano de 2016	4.442.437,09 €
Equilíbrio orçamental	16.209.939,16 €

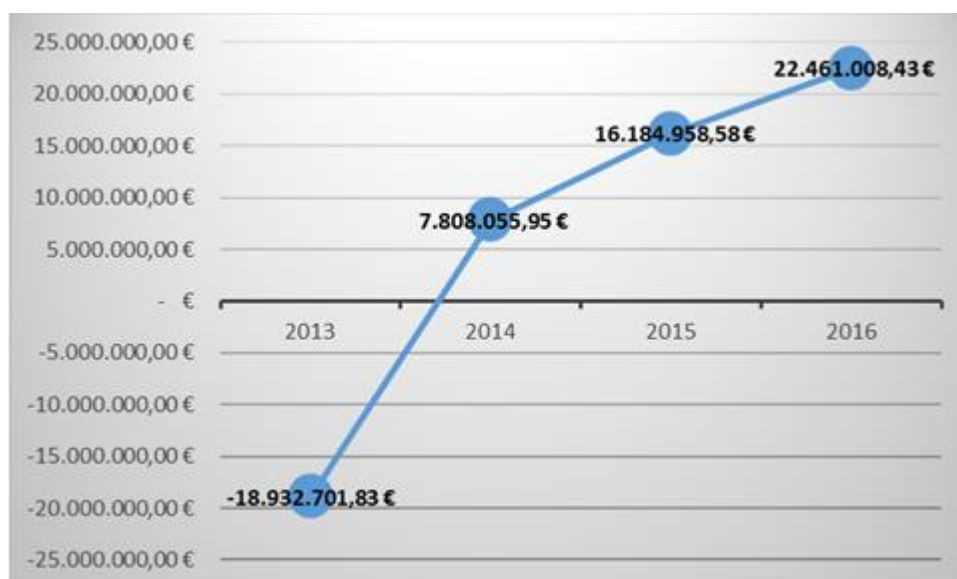
Da análise, podemos atestar que o Município cumpre integralmente o conceito de equilíbrio orçamental.

Saldo Orçamental / Global / Primário

É fundamental analisar os saldos orçamentais no âmbito da abordagem do SEC/95 e das contas públicas nacionais, sendo que o cálculo dos saldos orçamentais permite efetuar uma melhor abordagem dos equilíbrios orçamentais (entre a estrutura da receita e da despesa), bem como do défice público. Utiliza-se para o efeito o saldo na base dos compromissos.

Pelo gráfico infra, podemos aferir a evolução, positiva e exponencial, do saldo primário ao longo do último quadriénio.

Gráfico 3 – Evolução do Saldo Primário



Quadro 5 – Análise aos saldos no período 2013 a 2016

Análise Global 2013 - 2016				
	2013	2014	2015	2016
Receita corrente bruta	48.833.669,18 €	53.120.952,69 €	52.034.174,83 €	55.633.187,11 €
Saldo da gerência anterior + reposições	884.805,57 €	3.297.004,93 €	10.078.919,94 €	17.297.964,04 €
Despesa corrente	49.521.003,88 €	39.388.656,21 €	37.781.641,39 €	39.575.945,70 €
Saldo Corrente	197.470,87 €	17.029.301,41 €	24.331.453,38 €	33.355.205,45 €
Receita de capital bruta	28.141.741,78 €	11.083.283,07 €	6.895.307,22 €	3.858.109,74 €
Despesa de capital	41.652.945,44 €	26.434.965,71 €	20.872.033,56 €	24.803.372,04 €
Saldo de capital	- 13.511.203,66 € -	15.351.682,64 € -	13.976.726,34 € -	20.945.262,30 €
Receitas totais	77.862.406,53 €	67.501.240,69 €	69.008.401,99 €	76.789.260,89 €
Despesas totais	91.173.949,32 €	65.823.621,92 €	58.653.674,95 €	64.379.317,74 €
Saldo orçamental	- 13.311.542,79 €	1.677.618,77 €	10.354.727,04 €	12.409.943,15 €
Ativos financeiros receita	- €	- €	- €	
Ativos financeiros despesa	- €	- €	411.738,00 €	411.738,00 €
Passivos financeiros receita	13.679.473,46 €	- €	- €	- €
Passivos financeiros despesa	6.029.946,83 €	4.673.176,75 €	4.836.365,08 €	9.194.255,66 €
Receitas totais-AF-PF	64.182.933,07 €	67.501.240,69 €	69.008.401,99 €	76.789.260,89 €
Despesas totais-AF-PF	85.144.002,49 €	61.150.445,17 €	53.405.571,87 €	54.773.324,08 €
Saldo global ou efetivo	- 20.961.069,42 €	6.350.795,52 €	15.602.830,12 €	22.015.936,81 €
Juros	2.028.367,59 €	1.457.260,43 €	582.128,46 €	445.071,62 €
Saldo Primário	- 18.932.701,83 €	7.808.055,95 €	16.184.958,58 €	22.461.008,43 €

Como se pode constatar no quadro supra, o saldo primário do Município registou excedentes na ótica financeira no montante de 22.461.008,43€, sendo que, este resultado é um dos principais indicadores da recuperação da capacidade orçamental do Município.

II. Análise do Orçamento da Receita

Na gerência em apreço, a receita cobrada líquida totalizou 76.578.097,62€, sendo que a arrecadação de receitas líquidas correntes foi de 55.422.023,84€, o que corresponde a uma taxa de execução de 104,99 % face ao previsto.

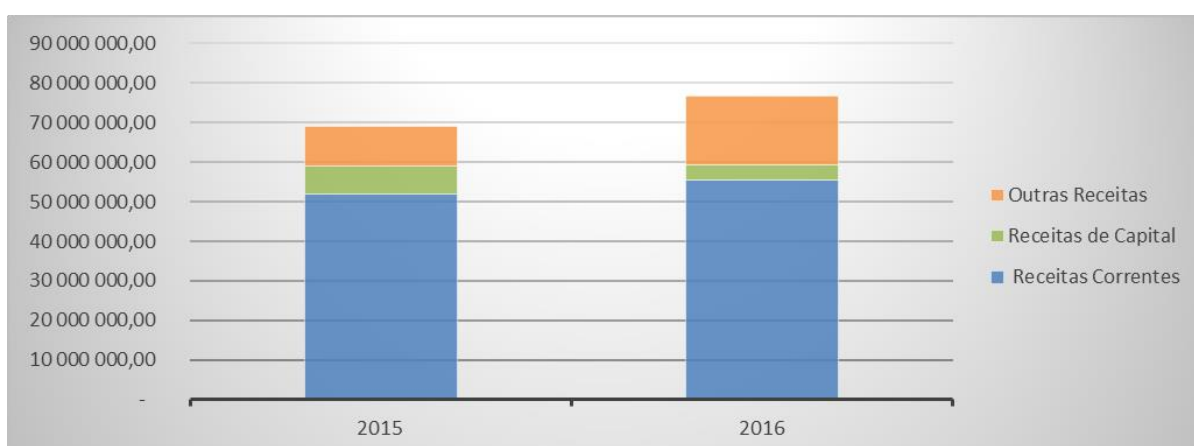
A arrecadação de receitas líquidas de capital foi de 3.858.109,74€, correspondente a uma taxa de execução de 81,57%, face à previsão orçamental.

No quadro e gráfico abaixo inseridos apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da receita.

Quadro 6 – Estrutura Geral da Receita

ESTRUTURA GERAL DA RECEITA							
Tipo	2015		2016				
	Execução	% Peso na Rubrica	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	% Peso na Rubrica	% Execução
Correntes	52.000.702,50 €	75,39%	52.570.828,00 €	52.785.476,00 €	55.422.023,84 €	72,37%	104,99%
Capital	6.895.307,22 €	10,00%	7.444.236,00 €	4.729.749,00 €	3.858.109,74 €	5,04%	81,57%
Outras Receitas	10.078.919,94 €	14,61%	500,00 €	17.289.410,77 €	17.297.964,04 €	22,59%	100,05%
Total	68.974.929,66 €	100,00%	60.015.564,00 €	74.804.635,77 €	76.578.097,62 €	100,00%	102,37%

Gráfico 4 – Evolução da Receita



Apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada, por subgrupos de Receitas Municipais:

- Receitas Próprias
 - Impostos Diretos;

- Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades;
- Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes;
- Rendimentos de Propriedade
- Transferências
- Passivos Financeiros

Receitas Próprias

Receitas próprias são aquelas que o Município pode arrecadar, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Excluem-se das receitas próprias, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

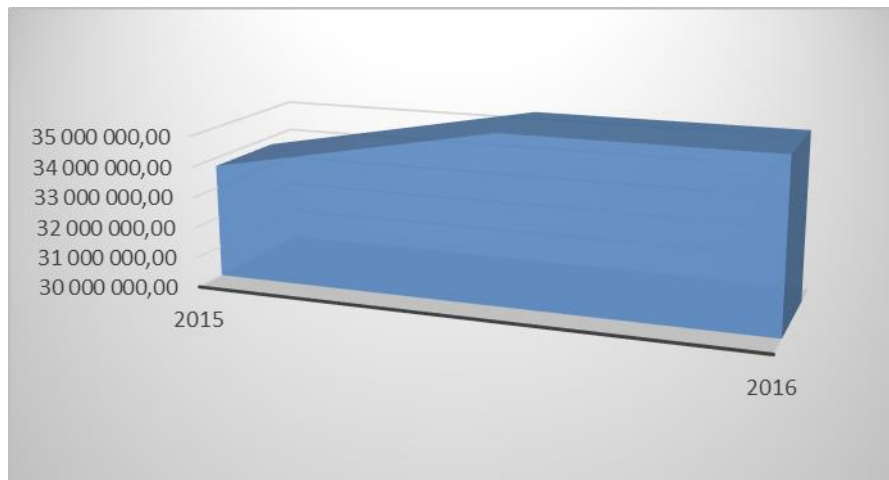
As receitas próprias incluem quer receitas correntes quer receitas de capital. As receitas correntes dizem respeito aos impostos directos, impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes. As receitas de capital respeitam às vendas de bens de investimentos e outras receitas de capital.

O quadro e gráfico seguinte espelham as receitas próprias da autarquia nos dois últimos exercícios.

Quadro 7 – Receitas Próprias

Receitas Próprias						
	2015	2016	Varição 2015/2016	% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
RECEITAS CORRENTES						
Impostos Directos	24.817.694,09 €	26.618.185,23 €	7,25%	71,73%	48,03%	34,76%
Impostos Indirectos	137.212,07 €	176.985,56 €	28,99%	0,48%	0,32%	0,23%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.045.821,48 €	1.044.464,38 €	-0,13%	2,81%	1,88%	1,36%
Rendimento de Propriedade	2.858.482,30 €	3.535.013,18 €	23,67%	9,53%	6,38%	4,62%
Vendas Bens Prestações Serviços Correntes	3.937.742,13 €	4.897.665,51 €	24,38%	13,20%	8,84%	6,40%
Outras Receitas Correntes	243.067,37 €	217.843,32 €	-10,38%	0,59%	0,39%	0,28%
Total	33.040.019,44 €	36.490.157,18 €	10,44%	98,34%	65,84%	47,65%
RECEITAS DE CAPITAL						
Venda de Bens de Investimento	697.355,75 €	617.192,54 €	-11,50%	1,66%	1,11%	0,81%
Total	697.355,75 €	617.192,54 €	-11,50%	1,66%	1,11%	0,81%
Total das Receitas Próprias	33.737.375,19 €	37.107.349,72 €	9,99%	100,00%	66,95%	48,46%
Total das Receitas Correntes	52.000.702,50 €	55.422.023,84 €	6,58%	-	100,00%	72,37%
Total de Receitas	68.974.929,66 €	76.578.097,62 €	11,02%	-	-	100,00%

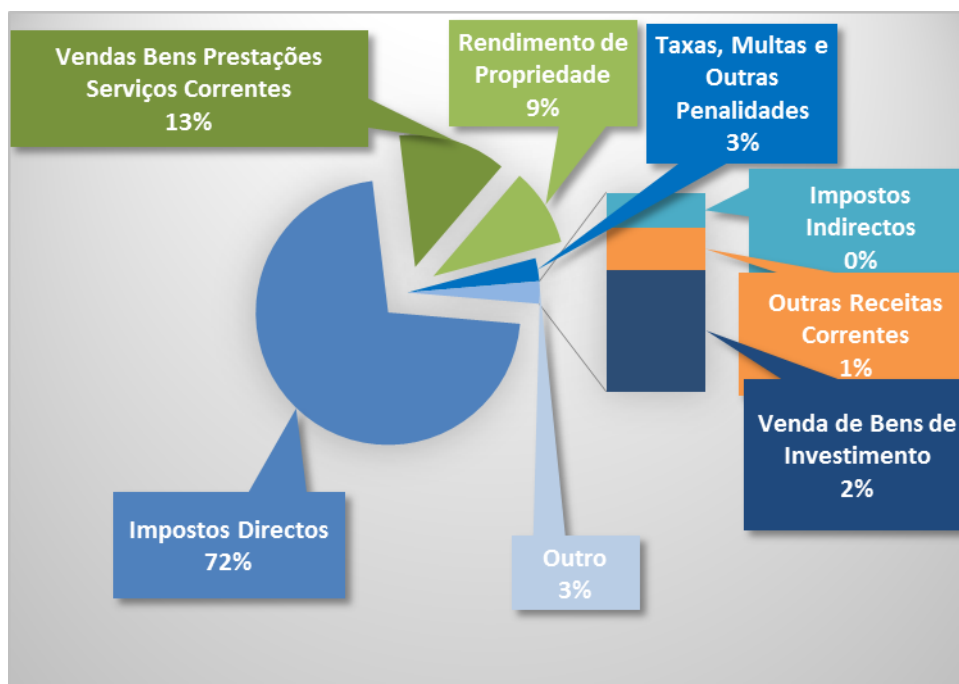
Gráfico 5 – Evolução Receitas Próprias



Do observado no quadro anterior verifica-se que o total das receitas próprias tiveram um acréscimo de 9,99%, em relação ao ano anterior.

Da análise do próximo gráfico podemos, de imediato, verificar como se decompõe as receitas próprias e que importância tem cada uma das suas componentes.

Gráfico 6 – Comparação das Receitas Próprias



Os Impostos Diretos são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, atingindo os 71,73%, dos mesmos, seguem-se as Vendas de Bens e Prestações de Serviços correntes 13,20% e a rubrica dos Rendimentos de Propriedade com 9,53%.

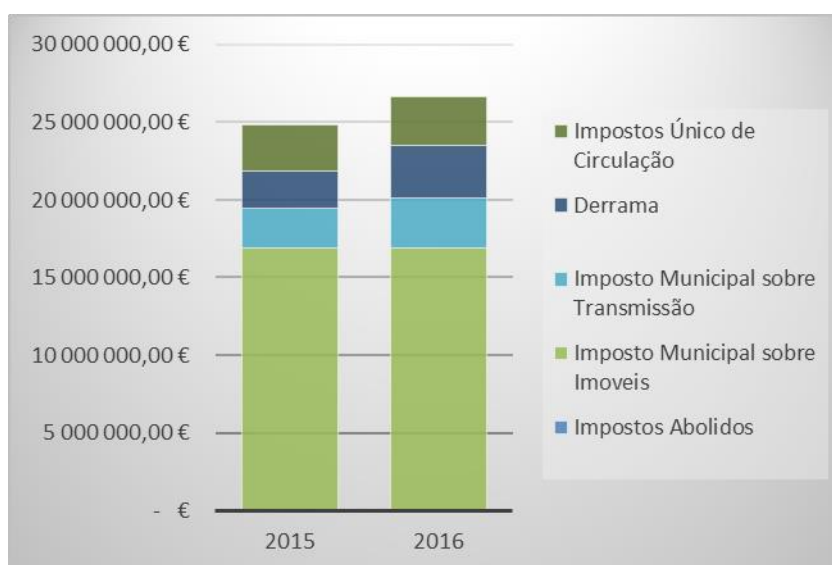
Dada a sua importância no cômputo geral da receita própria, os Impostos Diretos, os Impostos Indiretos, as Taxas, Multas e Outras Penalidades e os Rendimentos de Propriedade serão objeto de uma análise detalhada.

Impostos Diretos

Quadro 8 – Impostos Diretos

Impostos Diretos			
	2015	2016	Varição 2015/2016
Impostos Abolidos	711,13 €	19.045,78 €	2578,24%
Imposto Municipal sobre Imoveis	16.860.431,18 €	16.882.115,98 €	0,13%
Imposto Municipal sobre Transmissão	2.586.553,13 €	3.213.206,73 €	24,23%
Derrama	2.380.399,77 €	3.426.339,75 €	43,94%
Impostos Único de Circulação	2.989.598,58 €	3.077.476,99 €	2,94%
	24.817.693,79 €	26.618.185,23 €	7,25%

Gráfico 7 – Evolução dos Impostos Diretos



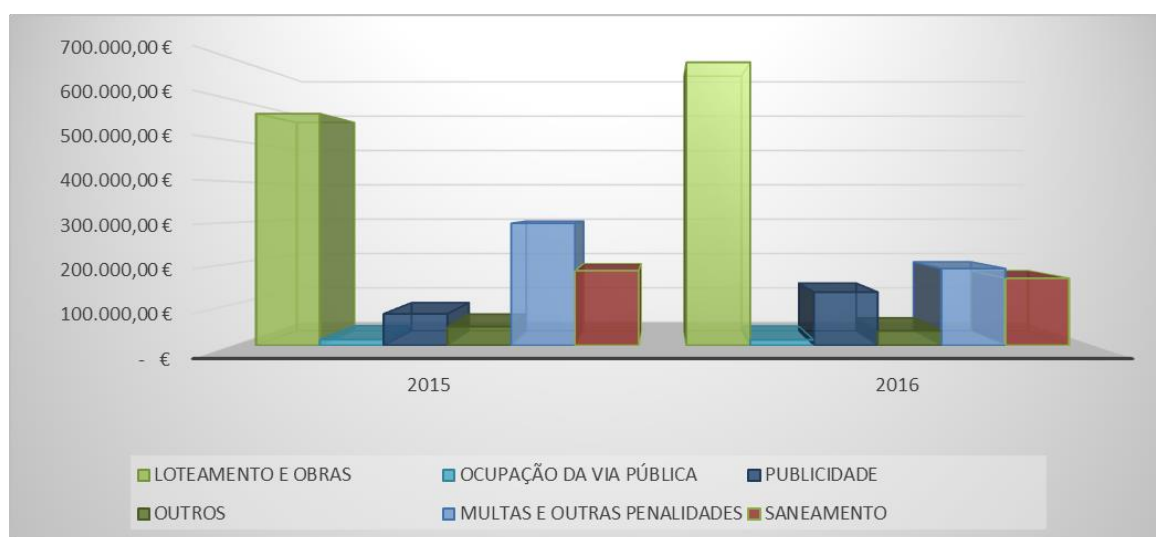
Ao nível dos Impostos Diretos, as rubricas com maior peso são o IMI – Imposto Municipal de Imóveis, o IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, e o IUC – Imposto Único de Circulação.

Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades

Quadro 9 – Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades

IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES					
	2015	2016		Taxa de Execução	Variação 2015/2016
	Execução	Previsão	Execução		
LOTEAMENTO E OBRAS	565.476,32 €	636.285,00 €	690.849,29 €	108,58%	22,17%
OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	14.291,38 €	13.336,00 €	13.548,69 €	101,59%	-5,20%
PUBLICIDADE	76.951,88 €	62.639,00 €	129.967,99 €	207,49%	68,90%
OUTROS	45.911,48 €	64.387,00 €	35.667,40 €	55,40%	-22,31%
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	298.007,49 €	247.783,00 €	187.616,57 €	75,72%	-37,04%
SANEAMENTO	182.395,00 €	372.661,00 €	163.800,00 €	43,95%	-10,19%
Total	1.183.033,55 €	1.397.091,00 €	1.221.449,94 €	87,43%	3,25%

Gráfico 8 – Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades



Da apreciação do quadro e gráfico anterior resulta que a receita cobrada em 2016, através de impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades, ascendeu a 1.221.449,94€ sendo a sua componente mais representativa os loteamentos e obras e, de seguida a receita da rubrica multa e outras penalidades. A cobrança da receita na rubrica em análise teve um acréscimo de 3,25%, face ao ano anterior.

Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes

Quadro 10 – Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes

Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes					
	2015		2016		Variação 2015/2016
	Execução	Previsão	Execução	Taxa de Execução	
Venda de Bens	5 760,32 €	2 474,00 €	3 378,84 €	136,57%	-41,34%
Prestação Serviços Diversos					
S.Sociais, Recreativos, Culturais e Desportivos	51 143,88 €	51 124,00 €	66 965,21 €	130,99%	30,93%
Serviços Específicos das Autarquias	3 370 049,50 €	3 850 697,00 €	4 421 682,09 €	114,83%	31,21%
Outros	188 009,28 €	55 486,00 €	66 617,39 €	120,06%	-64,57%
Sub-total	3 609 202,66 €	3 957 307,00 €	4 555 264,69 €	115,11%	26,21%
Rendas e Alugueres	322 779,15 €	349 806,00 €	339 021,98 €	96,92%	5,03%
Total	3 937 742,13 €	4 309 587,00 €	4 897 665,51 €	113,65%	24,38%

A receita total da Venda de bens e prestação de serviços em 2016 fixou-se em 4.897.665,51€.

A rubrica Serviços Específicos das Autarquias compreendem vertentes muito importantes da atividade municipal, nomeadamente, cobrança da recolha dos resíduos sólidos (2.308.328,73€), saneamento (973.527,65€), refeições escolares (956.515,93€), transportes escolares (113.701,70€) e outros.

Rendimentos de Propriedade

A rubrica Rendimentos de Propriedade apresenta uma execução de 3.535.013,18€ (128,05%) e titulam 9,53% das Receitas Próprias do Município. Verifica-se um aumento significativo (23,67%) do valor arrecadado em 2016 face ao ano anterior, justificado com o facto do valor da renda do 4º trimestre da concessão da EDP de 2015 (642.175,80€), ter sido contabilizado em janeiro de 2016.

O quadro abaixo reflete a distribuição da rubrica Rendimentos de Propriedade.

Quadro 11 – Rendimentos de Propriedade

	Rendimentos de Propriedade				
	2015	2016		Taxa de Execução	Variação 2015/2016
	Execução	Previsão	Execução		
Juros - Sociedades Financeira	69.356,02 €	58.531,00 €	7.707,06 €	13,17%	-88,89%
Dividendos e Participações nos lucros	77.154,46 €	4,00 €	180.140,40 €	4503510,00%	133,48%
Rendas					
Concessão da EDP	2.573.270,74 €	2.568.703,00 €	3.222.572,56 €	125,46%	25,23%
Concessão da Indáqua	85.742,77 €	85.774,00 €	85.305,33 €	99,45%	-0,51%
Terrenos	27.476,86 €	29.203,00 €	13.414,29 €	45,93%	-51,18%
Outros	25.481,45 €	18.499,00 €	25.873,54 €	139,86%	1,54%
Total	2.858.482,30 €	2.760.714,00 €	3.535.013,18 €	128,05%	23,67%

Transferências

O quadro que se segue, reflete a natureza e montante das transferências recebidas em 2015 e 2016.

Quadro 12 – Transferências

	TRANSFERÊNCIAS			
		Execução 2015	Execução 2016	Variação 2015/2016
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
Estado		18.908.275,11 €	18.931.866,66 €	0,12%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados		52.407,95 €	- €	-100,00%
	Sub-total	18.960.683,06 €	18.931.866,66 €	-0,15%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				
Estado		1.245.601,65 €	1.162.664,00 €	-6,66%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados		4.084.057,72 €	1.248.778,20 €	-69,42%
Outros		768.024,09 €	- €	-100,00%
	Sub-total	6.097.683,46 €	2.411.442,20 €	-60,45%
	TOTAL	25.058.366,52 €	21.343.308,86 €	-14,83%

Como podemos constatar no quadro acima mencionado, as Transferências do Estado – Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados, correntes e de capital, apresentam no ano de 2016 um decréscimo de 2.887.687,47€. Também as transferências provenientes do Orçamento de Estado, corrente e de capital, tiveram um decréscimo de 59.346,10€.

Quadro 13 – Transferências e Participações

<i>Mapa Transferências Correntes - Receita</i>			
<i>Disposições Legais</i>	<i>Entidade Financiadora</i>	<i>Classificação Económica</i>	<i>Transferências Efectuadas</i>
Fundo Eq.Financeiro	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030101	10.463.986,00 €
Fund.Social Munic.	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030102	2.530.073,00 €
Part.Fixa IRS	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030103	4.003.155,00 €
Fruta Escolar	DGEST (EX. DREN)	060301901	11.897,54 €
Assist. Operacionais	DREN	060301901	548.188,15 €
Refeições	DREN	060301901	254.314,93 €
AAAF	DREN	060301901	673.233,47 €
CONT. PROGRAMA	DREN DGEST	060301901	161.852,72 €
Est.F.Q.	INST.EMPREGO F. PROFISSIONAL	060301902	33.817,89 €
Feder	IFDR	060301999	121.635,93 €
Tecnicos Florestais	INSTITUTO CONSERVAÇÃO NATUREZA	060301999	30.757,86 €
PILOT PROJET	COMISSÃO EUROPEIA	060301999	1.316,50 €
ERASMUS +	AGENCIA NAC.P/ GESTÃO PROG. ERASMUS	060301999	72.152,43 €
CPCI	COM. NAC. PROTEÇÃO DIREITOS PROT.CRIANÇAS E J.	060301999	25.485,24 €
	TOTAL		18.931.866,66 €

<i>Mapa Transferências de Capital - Receita</i>			
<i>Disposições Legais</i>	<i>Entidade Financiadora</i>	<i>Classificação Económica</i>	<i>Transferências Efectuadas</i>
Fund.Eq.Financeiro	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	10030101	1 162 664,00 €
FUNDO COESÃO	IFDR	10030701	215 640,02 €
FEDER	IFDR	10030703	1 013 724,33 €
PRODER	IFAP	10030799	19 413,85 €
	TOTAL		2 411 442,20 €

Passivos Financeiros

O regime de crédito das autarquias locais encontra-se regulamentado no art.º 4.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, sendo aí estabelecido que:

- Os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.
- Os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal.

Na gerência de 2016 não foram contratualizados ou utilizados empréstimos de curto, médio e/ou longo prazo, no entanto esta temática será analisada em capítulo próprio do endividamento municipal.

III. Análise do Orçamento da Despesa

Perante um contexto de limitações financeiras, o Município procurou reforçar a racionalização e a contenção da despesa pública municipal, através de um controlo rigoroso dos gastos, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos.

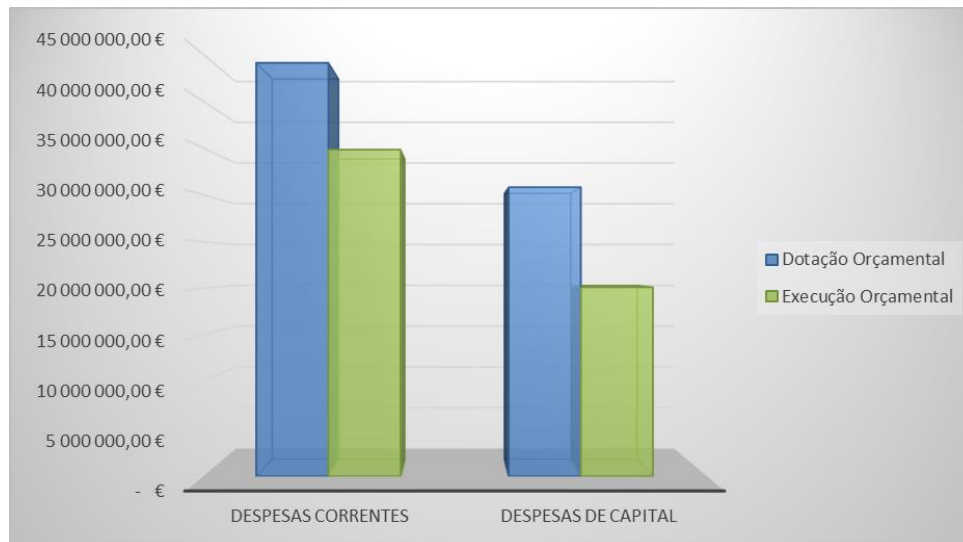
Neste capítulo, para melhor avaliar a verdadeira dinâmica da realização da despesa sob a perspetiva económica, será efetuada uma análise da execução orçamental da despesa – corrente e de capital, quer em termos de pagamento, quer em termos de despesa faturada em matéria de despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e transferências.

No quadro e gráfico abaixo inseridos, apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da despesa no ano de 2016.

Quadro 14 – Estrutura Geral da Despesa

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA					
	Dotação inicial	Dotação Orçamental	Execução Orçamental	% Peso na Rubrica	% Execução
Despesas Correntes	42.108.551,00 €	44.024.766,74 €	34.769.647,59 €	63,34%	78,98%
Despesas de Capital	17.907.013,00 €	30.779.869,03 €	20.120.876,66 €	36,66%	65,37%
Total	60.015.564,00 €	74.804.635,77 €	54.890.524,25 €	100,00%	73,38%

Gráfico 9 – Estrutura Geral da Despesa



A despesa paga no exercício de 2016 representou uma taxa de execução de cerca de 73% atingindo o montante de 54,9 milhões de euros.

Dentro da despesa, na sua globalidade, justifica-se fazer uma análise mais detalhada de alguns dos seus subgrupos, dada a relevância que ocupam na estrutura geral da despesa, como sejam:

- Despesas de Funcionamento
 - Despesas com Pessoal
 - Despesas com Aquisição de Bens e Serviços
- Transferências Correntes
- Investimento Global
- Serviço da Dívida

Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento são representativas do dispêndio necessário ao normal funcionamento da atividade de um Município, sendo sem dúvida um importante índice da diligência da atividade autárquica, na medida em que representam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pela edilidade, agrupando as despesas com “Pessoal”, as despesas com a “Aquisição de Bens e Serviços” e as “Outras Despesas Correntes”, cuja distribuição nos últimos dois anos está vertida no quadro a seguir ilustrado.

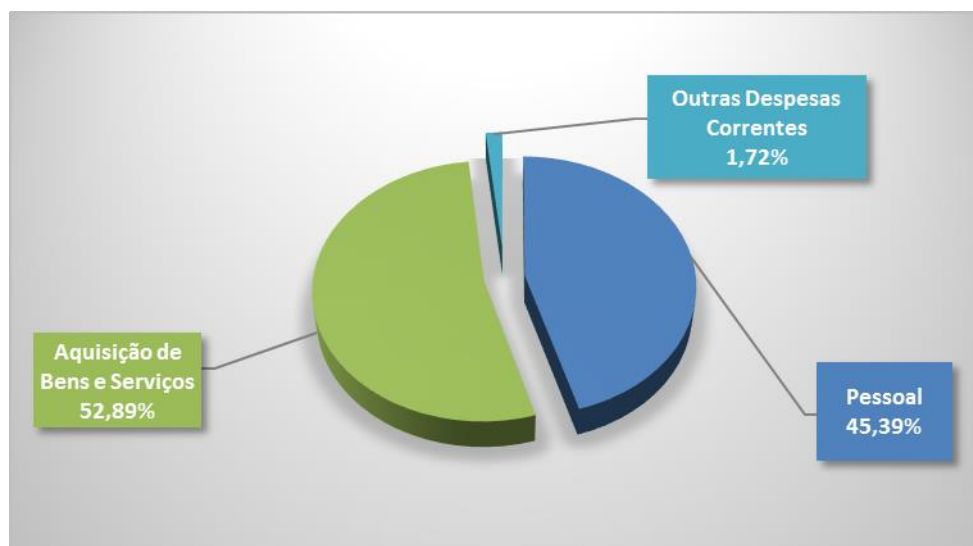
Quadro 15 – Estrutura Geral da Despesa de Funcionamento

ESTRUTURA GERAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO								
	2015				2016			
	Despesa Realizada				Despesa Realizada			
	Valor	%Desp Func	%Desp Corrente	%Desp Total	Valor	%Desp Func	%Desp Corrente	%Desp Total
Pessoal	13.801.190,62 €	44,89%	38,95%	26,68%	13.606.219,90 €	45,39%	39,13%	24,79%
Aquisição de Bens e Serviços	16.528.194,52 €	53,76%	46,65%	31,96%	15.855.837,27 €	52,89%	45,60%	28,89%
Outras Despesas Correntes	413.429,75 €	1,34%	1,17%	0,80%	515.102,51 €	1,72%	1,48%	0,94%
Total Desp Funcionamento	30.742.814,89 €	100,00%	86,77%	59,44%	29.977.159,68 €	100,00%	86,21%	54,61%
Total Despesas Correntes	35.431.723,46 €	-	100,00%	68,51%	34.769.647,59 €	-	100,00%	63,34%
TOTAL Despesas	51.719.491,22 €	-	-	100,00%	54.890.524,25 €	-	-	100,00%

No ano de 2016 as despesas de funcionamento realizadas atingiram o valor de 29.977.159,68€, verificando-se um decréscimo de (-) 2,49% em relação ao ano anterior, como resultado da redução registada na rubrica de *despesas com pessoal* de (-) 194.970,72€ e redução na rubrica de *aquisição de bens e serviços* (-) 672.357,25€.

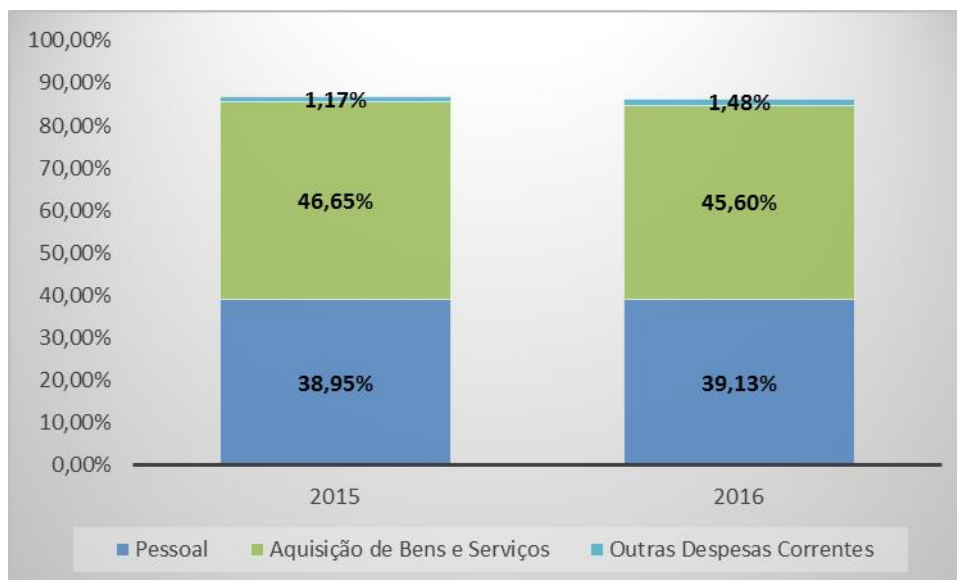
Apresenta-se de seguida um gráfico, que ilustra o peso das despesas de funcionamento no exercício de 2016.

Gráfico 10 – Composição das Despesas de Funcionamento



Atendendo às competências das autarquias locais e face ao seu estado de maturidade, como seria expectável as despesas de funcionamento espelham um volume bastante significativo de encargos obrigatórios do Município, tendo um peso muito expressivo, quer no total das despesas correntes, quer no conjunto geral da despesa ao representarem 86,21% e 54,61%, respetivamente.

Gráfico 11 – Peso da Despesa de Funcionamento no Total da Despesa Corrente



Com o objetivo de melhor apreciar a dinâmica das rubricas que integram esta tipologia de despesa, procede-se a uma análise mais detalhada das Despesas com Pessoal e da rubrica Aquisição de Bens e Serviços.

Despesas com Pessoal

Na globalidade das despesas correntes da Autarquia, uma das rubricas de maior peso é a de despesas com pessoal, representando cerca de 39% das despesas correntes, 45% das despesas de funcionamento e em cerca de 25% das despesas totais.

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros ou em qualquer outra situação, remunerações por doença e maternidade/paternidade, subsídio de refeição, subsídios de férias e Natal, despesas de representação, suplementos e prémios. Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal, designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, alimentação, alojamento e abonos diversos. Inclui ainda outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, encargos sobre remunerações (ADSE e Segurança Social), seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e despesas de saúde.

O valor total executado, no ano económico em análise, foi de 13.606.219,90€, isto é, menos 194.970,72€ que em 2015, o que representa um decréscimo de 1,41%, face ao ano anterior.

Quadro 16 – Despesa com o Pessoal

DESPESAS COM O PESSOAL	2015	2016	Varição
Remunerações membros Órgãos Autárquicos	234.771,89 €	246.022,28 €	4,79%
TITULARES DE ÓRGÃO DE SOBERANIA E MEMBROS DE ORGÃO AUTÁRQUICOS	234.771,89 €	246.022,28 €	4,79%
Remunerações do Pessoal	7.960.922,54 €	7.984.604,54 €	0,30%
PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO	6.982.613,29 €	7.034.921,72 €	0,75%
PESSOAL CONTRATADO A TERMO	482.428,97 €	500.072,56 €	3,66%
PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	- €	- €	
PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	16.500,41 €	3.240,06 €	-80,36%
PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	343.512,52 €	321.822,65 €	-6,31%
REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	135.867,35 €	124.547,55 €	-8,33%
Suplementos de Remuneração	2.361.357,17 €	2.298.256,68 €	-2,67%
SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	709.933,98 €	691.295,92 €	-2,63%
SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	1.373.622,99 €	1.375.375,65 €	0,13%
REPRESENTAÇÃO - PESSOAL DIRIGENTE	94.466,52 €	98.706,95 €	4,49%
HORAS EXTRAORDINÁRIAS	76.479,37 €	84.793,28 €	10,87%
AJUDAS DE CUSTO	8.629,29 €	8.057,89 €	-6,62%
ABONO PARA FALHAS	4.552,20 €	5.053,35 €	11,01%
OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	25.204,22 €	34.973,64 €	38,76%
INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	68.468,60 €	- €	-100,00%
Prestações Sociais Diretas	47.662,76 €	48.497,38 €	1,75%
SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	47.662,76 €	47.239,72 €	-0,89%
OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	- €	1.257,66 €	
Outros Custos com Pessoal	791.694,85 €	722.681,97 €	-8,72%
ENCARGOS COM A SAÚDE	632.321,86 €	614.380,68 €	-2,84%
SEGUROS	121.520,75 €	94.433,78 €	-22,29%
OUTRAS PENSÕES	37.852,24 €	13.867,51 €	-63,36%
Encargos sobre remunerações	2.404.781,41 €	2.306.157,05 €	-4,10%
CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	2.404.781,41 €	2.306.157,05 €	-4,10%
TOTAL	13.801.190,62 €	13.606.219,90 €	-1,41%

O quadro supra espelha a estrutura detalhada das despesas com pessoal da autarquia nos dois últimos exercícios.

O subagrupamento remunerações do pessoal, absorveu em 2016 a grande fatia em relação ao total das Despesas com Pessoal, ou seja, cerca de 58,68%.

As remunerações do pessoal contratado por tempo indeterminado em 2016 representaram 51,70% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes cerca de 7 milhões de euros.

Os encargos com segurança social e caixa geral de aposentações absorveram 16,95% do total das despesas com pessoal, correspondendo a 2,3 milhões de euros.

Os encargos com a Saúde representam cerca de 4,52% da despesa global com pessoal, o que totalizou aproximadamente 614 mil euros.



Limites legais das despesas com pessoal

1. A Lei n.º 159-A/2015 de 30 de dezembro, determinou a extinção da redução remuneratória, embora de forma progressiva:
 - Reversão de 40% nas remunerações pagas a partir de 1 de janeiro de 2016;
 - Reversão de 60% nas remunerações pagas a partir de 1 de abril de 2016;
 - Reversão de 80% nas remunerações pagas a partir de 1 de julho de 2016;
 - Eliminação completa da redução remuneratória a partir de 1 de outubro de 2016.
2. O Decreto-Lei n.º 254-A/2015 de 31 de dezembro atualizou o valor da retribuição mínima mensal garantida a partir de 1 de janeiro 2016 (530,00€).
3. Aos eleitos locais, para além imposição legal acima descrita, continuou em vigor a aplicação da redução de 5% ao vencimento mensal líquido, prevista no art.º 11.º e 12.º da Lei n.º 12-A/2010 de 30 de junho, e na Lei n.º 47/2010 de 7 de setembro, para os universos neles referidos.
4. Durante 2016, manteve-se em vigor a regra que proibia a prática de quaisquer atos que consubstanciem em valorizações remuneratórias, nomeadamente alterações de posicionamento remuneratório, atribuição de prémios de desempenho, entre outras.
5. A LOE de 2016 (Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março), manteve o pagamento do subsídio de Natal em duodécimos.
6. Em 2016 manteve-se a redução da compensação devida pelo pagamento de horas extraordinárias, nos termos do definido em 2013:
 - 12,5% do valor hora na primeira hora e de 18,75% na segunda (dias normais de trabalho);
 - 25% do valor hora nos dias de descanso ou feriados.
7. Em 2016, de acordo com a LOE para esse mesmo ano, os municípios que não se encontrassem em situação de saneamento ou de rutura, que era o caso do MSMF, poderiam proceder ao recrutamento de trabalhadores, nos termos das regras previstas na legislação aplicável, isto é a LGTFP (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho) e a Lei n.º 12-A/2010 de 30 de junho, incluindo a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, n.º 69/2015, de 16 de julho, e n.º 132/2015, de 4 de setembro, e desde que se garantisse o respeito às regras de equilíbrio orçamental, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais, constantes da referida LOE. Parecia estar assim aberta a possibilidade de contratar, contudo as restrições que se impunham nesta matéria, designadamente as constantes do artigo 3.º da Lei n.º 18/2016 de 20 de junho, transformaram esta tarefa em algo quase impossível, dado que, no seu artigo 3.º dispunha que em 2016, as despesas com pessoal dos órgãos abrangidos pela LGTFP não

pudessem exceder os montantes relativos à execução de 2015, acrescidas das alterações remuneratórias previstas no artigo 2.º da Lei 159-A/205, de 30 de dezembro, considerando para este efeito o valor global do agrupamento 01, relativo às despesas com pessoal.

Em termos globais, durante o ano de 2016, ocorreram 3 entradas novas para o mapa de pessoal do Município, sendo duas por recurso à mobilidade (Técnico Superior e Fiscal Municipal) e outra por regresso de uma Assistente Operacional, após licença sem retribuição. Ocorreram ainda 4 mudanças de carreira/categoria por recurso à mobilidade na carreira, sendo 2 para Técnicos Superiores, 1 para Assistente Técnico e 1 para Fiscal Municipal. Em matéria de saídas, verificou-se uma redução de 16 trabalhadores (7 aposentações; 4 caducidades de contrato a termo/Denúncia/Rescisão mútuo acordo; 1 consolidação de mobilidade; 1 licença sem vencimento; 2 falecimentos; 1 procedimento concursal), sendo que a 31/12/2016, o Município de Santa Maria da Feira tinha 768 trabalhadores ao serviço.

Assim e comparativamente com o ano de 2015, cujo número de trabalhadores em 31 de dezembro era de 781, durante o ano de 2016, o MSMF viu o número total de trabalhadores reduzido em 13, (total 31/12/2015 (781) = entradas 2016 (3) – saídas 2016 (16)).

Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

A Aquisição de Bens e Serviços compreende os bens de consumo, bem como todas as despesas com a aquisição de serviços a terceiros, pelo que faremos uma análise separada de cada componente.

A Aquisição de Bens são despesas a que não se possa reconhecer a natureza de despesas de capital, abrangendo designadamente as matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação – refeições, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio.

Quadro 17 – Aquisição de Bens

Designação	AQUISIÇÃO DE BENS							
	2015			2016			Variação de	
	Facturado	Pago	%	Facturado	Pago	Valor a transitar	% Pago	Facturação
MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	6.630,70 €	6.358,85 €	95,90%	7.946,26 €	7.911,82 €	34,44 €	99,57%	19,84%
GASOLINA	25.435,19 €	25.435,19 €	100,00%	20.818,83 €	20.818,83 €	- €	100,00%	-18,15%
GASOLEO	167.787,82 €	167.787,82 €	100,00%	153.185,06 €	153.185,06 €	- €	100,00%	-8,70%
OUTROS	54.634,10 €	45.781,85 €	83,80%	88.325,75 €	85.573,04 €	2.752,71 €	96,88%	61,67%
LIMPEZA E HIGIENE	21.667,18 €	21.595,70 €	99,67%	19.012,69 €	18.511,45 €	501,24 €	97,36%	-12,25%
ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFEÇ.	1.665.032,94 €	1.641.263,78 €	98,57%	1.442.214,82 €	1.378.071,36 €	64.143,46 €	95,55%	-13,38%
VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	15.842,90 €	15.705,36 €	99,13%	17.353,61 €	17.353,61 €	- €	100,00%	9,54%
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	51.449,41 €	46.006,65 €	89,42%	49.605,71 €	49.280,99 €	324,72 €	99,35%	-3,58%
PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	3.012,77 €	3.012,77 €	100,00%	1,38 €	1,38 €	- €	100,00%	-99,95%
MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	- €	- €	-	- €	- €	- €	-	-
MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS	43.526,53 €	41.708,87 €	95,82%	48.001,39 €	45.209,73 €	2.791,66 €	94,18%	10,28%
MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	3.840,37 €	3.840,37 €	100,00%	4.380,32 €	4.380,32 €	- €	100,00%	14,06%
OUTRO MATERIAL- PEÇAS	- €	- €	-	- €	- €	- €	-	-
PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	65.601,04 €	64.709,42 €	98,64%	102.383,78 €	101.213,38 €	1.170,40 €	98,86%	56,07%
MERCADORIAS PARA VENDA	14.564,76 €	14.531,16 €	99,77%	9.016,05 €	9.001,45 €	14,60 €	99,84%	-38,10%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	10.022,92 €	9.890,92 €	98,68%	8.129,04 €	8.129,04 €	- €	100,00%	-18,90%
LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	2.932,85 €	2.932,85 €	100,00%	2.725,68 €	2.725,68 €	- €	100,00%	-7,06%
ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	256,32 €	256,32 €	100,00%	- €	- €	- €	-	-100,00%
MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E REC.	54.952,56 €	54.466,02 €	99,11%	46.848,40 €	45.844,73 €	1.003,67 €	97,86%	-14,75%
OUTROS BENS	254.568,79 €	214.573,41 €	84,29%	260.602,77 €	258.642,05 €	1.960,72 €	99,25%	2,37%
Total	2.461.759,15 €	2.379.857,31 €	96,67%	2.280.551,54 €	2.205.853,92 €	74.697,62 €	96,72%	-7,36%

Pela análise do quadro anterior pode-se observar um decréscimo no cômputo geral da aquisição de bens (-) 7,36%. Em termos de preponderância destas rubricas, para além do peso das refeições que, ao assumirem 1.442.214,82€, por si só representam 63,24% do total da despesa faturada, logo seguida dos combustíveis com um peso de 7,63%.

No que diz respeito à aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, designadamente, as despesas relativas aos encargos das instalações, iluminação pública, vigilância e segurança, transportes e comunicações, locação de bens, seguros, estudos pareceres e projetos, etc., apresentamos o seguinte quadro:

Quadro 18 – Aquisição de Serviços

Designação	2015			2016			Variação	
	Facturado	Pago	%	Facturado	Pago	Valor a transitar	% Pago	Facturação
ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	3 318 619,39 €	3 096 958,12 €	93,32%	3 171 488,58 €	3 135 114,05 €	36 374,53 €	98,85%	-4,43%
LIMPEZA E HIGIENE	103 967,23 €	103 967,23 €	100,00%	88 445,50 €	88 412,29 €	33,21 €	99,96%	-14,93%
CONSERVAÇÃO DE BENS	64 840,89 €	63 447,54 €	97,85%	56 622,10 €	55 516,87 €	1 105,23 €	98,05%	-12,68%
LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	151 764,44 €	151 764,44 €	100,00%	118 139,56 €	118 139,56 €	- €	100,00%	-22,16%
LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	359 988,75 €	359 595,15 €	99,89%	507 895,27 €	503 215,12 €	4 680,15 €	99,08%	41,09%
LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	153 154,56 €	151 092,71 €	98,65%	113 702,83 €	112 500,81 €	1 202,02 €	98,94%	-25,76%
COMUNICAÇÕES	167 397,67 €	160 258,60 €	95,74%	165 255,40 €	153 388,31 €	11 867,09 €	92,82%	-1,28%
TRANSPORTES	1 310 120,49 €	1 307 419,19 €	99,79%	1 131 487,20 €	1 129 024,21 €	2 462,99 €	99,78%	-13,63%
SEGUROS	127 909,40 €	127 909,40 €	100,00%	112 263,60 €	112 247,82 €	15,78 €	99,99%	-12,23%
REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	7 506,78 €	7 490,79 €	99,79%	13 881,94 €	13 881,94 €	- €	100,00%	84,93%
DESLOCAÇÕES E ESTADAS	42 893,40 €	41 750,34 €	97,34%	60 983,38 €	59 902,38 €	1 081,00 €	98,23%	42,17%
EST., PARCERES, PROJECTOS E CONSULT.	46 137,62 €	46 137,62 €	100,00%	134 623,16 €	134 623,16 €	- €	100,00%	191,79%
FORMAÇÃO	29 628,27 €	29 628,27 €	100,00%	36 484,32 €	36 484,32 €	- €	100,00%	23,14%
SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	- €	- €	-	2 255,82 €	2 255,82 €	- €	100,00%	-
PUBLICIDADE	94 619,11 €	91 129,71 €	96,31%	66 459,09 €	61 611,68 €	4 847,41 €	92,71%	-29,76%
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	303 900,76 €	303 900,76 €	100,00%	372 605,98 €	344 741,25 €	27 864,73 €	92,52%	22,61%
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	191 530,69 €	189 279,62 €	98,82%	187 192,27 €	185 873,13 €	1 319,14 €	99,30%	-2,27%
OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	190 078,15 €	189 739,48 €	99,82%	177 584,62 €	170 610,52 €	6 974,10 €	96,07%	-6,57%
SERVIÇOS DE SAÚDE	19 868,40 €	19 868,40 €	100,00%	20 439,12 €	20 439,12 €	- €	100,00%	2,87%
ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	582 743,69 €	582 707,87 €	99,99%	600 493,22 €	599 718,72 €	774,50 €	99,87%	3,05%
OUTROS SERVICOS	7 132 018,67 €	7 124 291,97 €	99,89%	7 148 889,23 €	6 612 282,27 €	536 606,96 €	92,49%	0,24%
Total	14 398 688,36 €	14 148 337,21 €	98,24%	14 287 192,19 €	13 649 983,35 €	637 208,84 €	95,54%	-0,77%

Pela análise do quadro anterior pode-se observar um decréscimo no cômputo geral da aquisição de serviços. A rubrica que apresenta o maior peso face ao total (50%) diz respeito aos encargos com a Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Recolha e tratamento de Afluentes – Saneamento, conforme consta do Quadro 19 – Outros Serviços.

Quadro 19 – Outros Serviços

Outros Serviços	
	Valor pago
Tratamentos Águas Residuais / ADCL	2 404 035,06 €
Utilização do aterro da SULDOURO	1 101 862,16 €
Recolha de RSU e Limpeza Urbana / SUMA	1 736 540,23 €
Outros Serviços	1 369 844,82 €
Total	6 612 282,27 €

A percentagem do valor pago face ao valor faturado na aquisição de bens e na aquisição de serviços é de 96,72% e 95,54%, respetivamente, comprovando a capacidade que o Município detém em solver os seus compromissos atempadamente.

Transferências Correntes

Na esfera das atribuições que são conferidas ao Município em vários campos de ação que vão desde a educação, ação social, desporto, património, cultura e ciência, o Município conferiu ao longo deste exercício económico determinados subsídios a organismos e entidades, com intenção de financiar as suas despesas correntes, demonstrando uma clara preocupação no processo de desenvolvimento urbano com a finalidade de proporcionar condições de desenvolvimento dos sectores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Na rubrica de transferências estão registados os fluxos que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal, assim como:

- transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de ação social escolar;
- transferências para a Administração Local – Freguesias, que se destinam a apoiar o funcionamento das suas atividades;
- transferências para a Administração Central – Serviços e Fundos Autónomos;
- transferências para Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras;

- transferências para as famílias, que passa pela concessão de apoios sociais e económicos a pessoas portadoras de deficiências, atribuição de bolsas de estudo, apoios a atletas na área desportiva, e outras transferências.

No que respeita à rubrica dos Subsídios, tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Assim, consideram-se “Subsídios”, os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, auxiliando nas correspondentes despesas de funcionamento.

Seguidamente apresenta-se um quadro, onde está presente um resumo das transferências correntes e subsídios atribuídos. O discriminativo destas transferências encontra-se espelhado no anexo dos documentos constantes da prestação de contas, nomeadamente no mapa – Transferências Correntes – Despesas.

Quadro 20 – Evolução das Transferências Correntes e Subsídios

	Execução		Taxa de Variação %	%Desp Correntes	%Desp Total
	2015	2016			
Transferências Correntes	2 355 919,41 €	2 642 134,83 €	12,15%	7,60%	4,81%
Subsídios	1 752 600,00 €	1 711 897,00 €	-2,32%	4,92%	3,12%
Total	4 108 519,41 €	4 354 031,83 €	5,98%	12,52%	7,93%
Total Despesas Correntes	35 431 723,46 €	34 769 647,59 €		100,00%	63,34%
Total Despesas	51 719 491,22 €	54 890 524,25 €			100,00%

Investimento Global

Neste conceito de investimento global do Município estão incluídos o Investimento Direto - Aquisição de bens de capital, Transferências de Capital (Investimento indireto), Ativos Financeiros e Outras despesas de capital.

A observação do próximo quadro permite refletir sobre a desagregação do investimento global e a sua evolução nos últimos dois anos, assim como sobre o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

Quadro 21 – Investimento Global

Rubricas	2015		2016			Δ %
	Despesa Executada	%Desp Total	Despesa Executada	%Desp Total	%Desp Capital	
Aquisição Bens de Capital	8.928.206,15 €	14,37%	7.956.523,03 €	14,50%	39,54%	-10,88%
Transferências de Capital	2.032.510,89 €	3,93%	2.123.245,29 €	3,87%	10,55%	4,46%
Activos Financeiros	- €	0,00%	- €		0,00%	
Outras Despesas de Capital	78.947,64 €	0,15%	435.114,68 €	0,79%	2,16%	
TOTAL	11.039.664,68 €	21,35%	10.514.883,00 €	19,16%	52,26%	-4,75%

O investimento global representa cerca de 19% do total da despesa realizada da autarquia.

É nas Aquisições de Bens de Capital que o investimento da autarquia tem maior expressão, apresentam um valor de cerca de 8 milhões de euros, que constam de forma discriminada da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

O quadro seguinte reflete a política de investimentos diretos desenvolvida pela autarquia nas suas múltiplas áreas de intervenção.

Quadro 22 – Plano Plurianual Investimentos do ano 2016

Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2015			
Código	Classificação Funcional	Realização Valor	Coef.%
1.	Funções Gerais	498.417,30 €	6,26%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	498.068,37 €	6,26%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	348,93 €	0,00%
2.	Funções Sociais	2.947.814,13 €	37,05%
2.1.	Educação	887.521,37 €	11,15%
2.2.	Saúde	- €	0,00%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	- €	0,00%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	990.212,87 €	12,45%
2.4.1.	Habituação	48.491,53 €	0,61%
2.4.2.	Ordenamento do Território	254.419,31 €	3,20%
2.4.3.	Saneamento	378.375,94 €	4,76%
2.4.4.	Abastecimento de Água	84.733,86 €	1,06%
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	224.192,23 €	2,82%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1.070.079,89 €	13,45%
2.5.1.	Cultura	141.588,92 €	1,78%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	928.490,97 €	11,67%
3.	Funções Económicas	4.510.291,60 €	56,69%
3.2.	Indústria e energia	41.760,34 €	0,52%
3.2.1.	Indústria e energia	41.760,34 €	0,52%
3.3.	Transportes e Comunicações	4.468.531,26 €	56,16%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	4.468.531,26 €	56,16%
3.4.	Comércio e Turismo	- €	0,00%
3.5.	Outras Funções Económicas	- €	0,00%
Total PPI		7.956.523,03 €	100,00%



A análise do quadro permite concluir que as Funções Sociais e as Funções Económicas têm uma posição de liderança, muito embora sejam as subfunções educação e os transportes rodoviários que mais contribuem para essa posição, evidenciando a preocupação e o compromisso com estas áreas na atuação municipal.

De seguida, apresentamos um quadro discriminado, que traduz a despesa associada às transferências de capital que representam 3,87% da despesa total e cerca de 10,55% da despesa de capital do Município.

Quadro 23 – Transferências de Capital

Mapa Transferências de Capital - Receita			
Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efectuadas
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_u)	ASS. HUMANITARIA BOMBEIROS V. ARRIFANA	080701	17.000,00 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_u)	ASS.HUMANITARIA BOMBEIROS VOLUNTARIOS LOUROSA	080701	17.000,00 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_u)	ASSOCIACAO DESPORTIVA CULTURAL DE SANGUEDO	080701	99.008,50 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_u)	ASSOCIACAO HUMANITARIA BOMBEIROS V. DA FEIRA	080701	17.000,00 €
LEI 75/2013_ARTº 114º	ASSOCIACAO MUNICIPIOS TERRAS SANTA MARIA	08050104	4.107,81 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_u)	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE ARGONCILHE	080701	100.000,00 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_u)	CLUBE DE FUTEBOL UNIAO LAMAS FORMAÇÃO FUTEBOL	080701	100.000,00 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_u)	COLECTIVIDADE DE REC., ED. CULT. E DE DESP. DE TAREI	080701	99.959,05 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_u)	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - NUCLEO DE SANGUEDO	080701	19.885,05 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_u)	FABRICA IGREJA PAROQ. DA FREG. DE S. ANDRÉ GIÃO	080701	42.450,72 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_u)	FABRICA IGREJA PAROQ. FREG. S. VICENTE DE LOUREDO	080701	20.000,00 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE ARGONCILHE	08050102	74.699,32 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE ARRIFANA	08050102	60.408,76 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE CALDAS SÃO JORGE E DE PIGEIOS	08050102	69.645,05 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE CANEDO, VALE E VILA MAIOR	08050102	351.848,02 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE ESCAPÃES	08050102	23.326,08 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE FIÃES	08050102	41.353,94 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE FORNOS	08050102	52.379,60 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE LOBÃO, GIÃO, LOUREDO E GUISANDE	08050102	128.899,48 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE LOUROSA	08050102	42.794,14 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE MILHEIROS DE POIARES	08050102	28.931,45 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE MOZELOS	08050102	37.769,52 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE NOGUEIRA DA REGEDOURA	08050102	42.500,88 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE PAÇOS DE BRANDÃO	08050102	27.736,40 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE RIO MEAO	08050102	131.404,31 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE ROMARIZ	08050102	29.709,56 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE S. JOÃO DE VÊR	08050102	59.655,43 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE S. PAIO DE OLEIROS	08050102	38.418,75 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE SANGUEDO	08050102	59.687,34 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE SANTA MARIA DE LAMAS	08050102	28.686,59 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREGUESIA DE SÃO MIGUEL DO SOUTO E MOSTEIRO	08050102	52.661,44 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_J) e m)	FREG. S. M. FEIRA, TRAVANCA, SANFINS E ESPARGO	08050102	116.483,94 €
LEI 75/2013_ARTº 33º_1º_u)	MOSTEIRÔ F. CLUBE	080701	87.834,16 €
	TOTAL		2.123.245,29 €

Serviço de Dívida

Considerando a importância da dívida de médio e longo prazo no contexto do endividamento municipal, assume particular relevância avaliar o peso dos encargos daí decorrentes, designadamente no que respeita aos juros e amortizações, e o seu peso no total da despesa e receita municipal.

O quadro seguinte espelha a evolução do serviço de dívida no último triénio, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pelo Município.

Quadro 24 – Evolução do Serviço da Dívida

	2013	2014	2015	2016
Juros	544 997,43 €	612 798,67 €	513 282,16 €	410 563,36 €
Amortizações	5 029 946,83 €	4 673 176,75 €	4 836 365,08 €	9 194 255,66 €
Amortização de Emp.curto prazo	1 000 000,00 €	- €	- €	- €
Total do Serviço da Dívida	6 574 944,26 €	5 285 975,42 €	5 349 647,24 €	9 604 819,02 €
Taxa de Crescimento do Serviço da Dívida		-19,60%	1,20%	79,54%
Juros / Receita Total Cobrada	1,12%	1,17%	0,74%	0,54%
Juros / Despesa Total Paga	1,12%	1,18%	0,99%	0,75%
Juros / Despesa de Capital Paga	2,67%	3,06%	3,15%	2,04%
Serviço da Dívida / Receita Total Cobrada	11,89%	10,75%	7,76%	12,54%
Serviço da Dívida / Despesa Total Paga	11,91%	10,88%	10,34%	17,50%

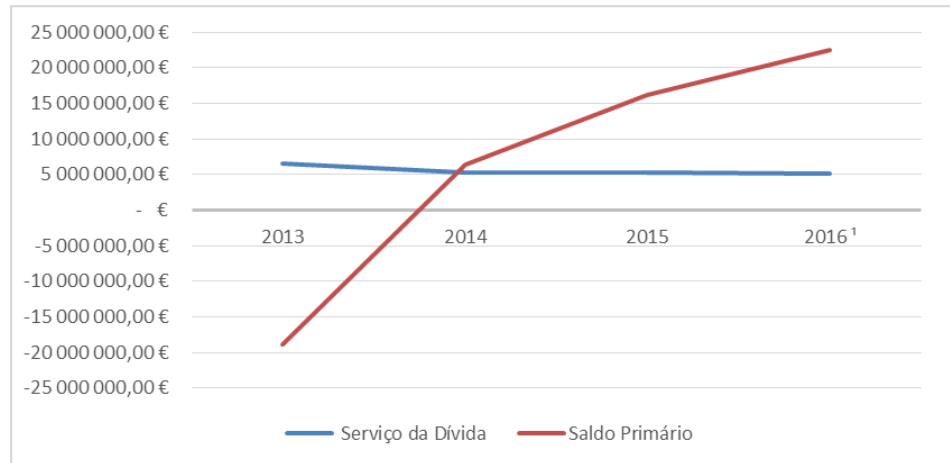
Quadro 25 – Serviço da Dívida / Saldo Primário

	2013	2014	2015	2016 ¹
Serviço da Dívida	6.574.944,26 €	5.285.975,42 €	5.349.647,24 €	5.104.834,56 €
Saldo Primário	- 18.932.701,83 €	7.808.055,95 €	16.184.958,58 €	22.461.008,43 €

¹ Expurgado do valor de amortização extraordinária que se realizou ao empréstimo PAEL

No quadro supra, e para análise à evolução do saldo primário, expurgou-se o valor referente à amortização extraordinária do PAEL, no montante 4.499.984,46€, para aferir da comparabilidade do mesmo, no quadriénio.

Gráfico 12 – Evolução do Serviço da Dívida versus Saldo Primário



¹ Expurgado do valor de amortização extraordinária que se realizou ao empréstimo PAEL

Como se pode aferir pelo gráfico supra, o Município de Santa Maria da Feira, a partir de finais de 2013, garantiu um saldo primário superior ao serviço da dívida, o que demonstra a sua sustentabilidade financeira, sustentabilidade essa confirmada e alicerçada ao longo do ano de 2016.

Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, baseada nos princípios de caixa (cash basis) em que as receitas e as despesas são registadas no momento em que se verifica os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a vigência de 2016, aparece refletido no quadro infra, verificando-se que as entradas de fundos correspondem a 63.449.864,04€ provenientes de receitas orçamentais de 59.500.350,12€ e de operações de tesouraria de 3.949.513,92€.

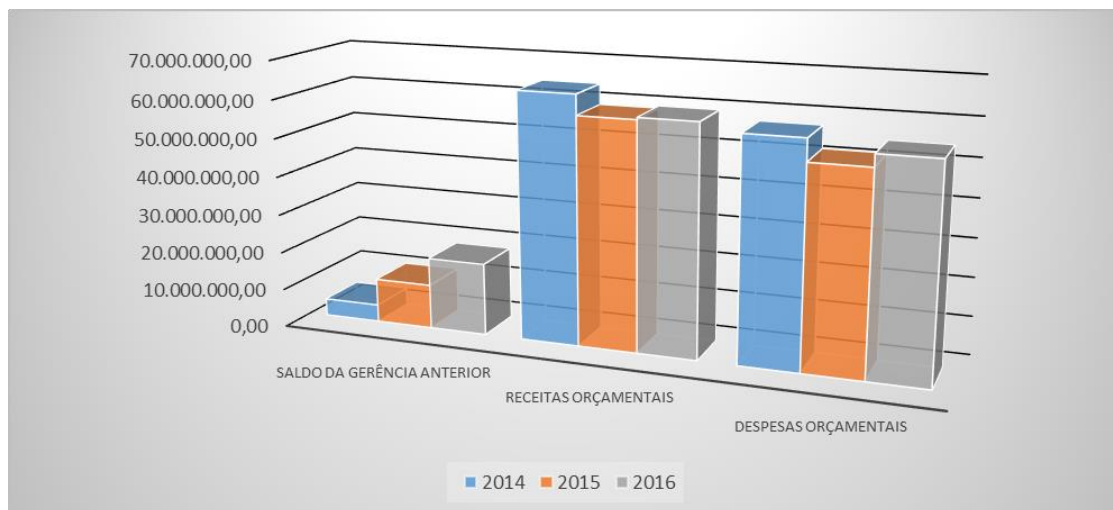
Desta forma a despesa global totalizou o montante de 57.967.911,92€ inferior em 5.481.952,12€ relativamente à receita efetivamente cobrada, e tendo em consideração o saldo inicial de 18.819.863,08€, o saldo que transita para a gerência seguinte ascende a 24.301.815,20€. Este saldo decompõe-se em saldo de operações orçamentais com o valor de 21.898.736,64€ e em saldo de operações de tesouraria em 2.403.078,56€. Os valores considerados em operações de tesouraria correspondem a cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros.

Constata-se que o valor da receita de capital é inferior à despesa de capital, do qual se infere que o Município libertou meios financeiros correntes para investir.

Quadro 26 – Resumo dos Fluxos de Caixa

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência Anterior	18.819.863,08 €	Despesas Orçamentais	54.890.524,25 €
Execução Orçamental	17.288.910,77 €	Correntes	34.769.647,59 €
Operações de Tesouraria	1.530.952,31 €	Capital	20.120.876,66 €
Receitas Orçamentais	59.500.350,12 €	Operações de Tesouraria	3.077.387,67 €
Correntes	55.633.187,11 €	Saldo para a Gerência Seguinte	24.301.815,20 €
Capital	3.858.109,74 €	Execução Orçamental	21.898.736,64 €
Outras	9.053,27 €	Operações de Tesouraria	2.403.078,56 €
Operações de Tesouraria	3.949.513,92 €		
Total	82.269.727,12 €	Total	82.269.727,12 €

Gráfico 13 – Evolução dos Fluxos de Caixa



IV. Estrutura Orçamental - Rácios

A execução orçamental e do plano traduzem a estratégia integrada da gestão do Município, exposta através de indicadores de gestão permitindo uma análise direta da evolução da entidade no último quadriénio.

Quadro 27 – Rácios

Rácios Receita Líquida	2013	2014	2015	2016
Imp.Directos/Rec. Correntes	48,01%	46,99%	47,73%	48,03%
Transf.Correntes/Rec. Correntes	35,98%	34,32%	36,46%	34,16%
Venda Bens e Serv./Rec. Corrente	6,58%	9,72%	7,57%	8,84%
Rec. Correntes/ Rec. Totais	62,72%	78,57%	75,39%	72,37%
Rec. Capitais/ Rec. Totais	36,14%	21,43%	10,00%	5,04%
Receitas Previstas / Receitas Cobradas	116,56%	108,96%	93,07%	78,37%

Rácios Despesa	2013	2014	2015	2016
Pessoal/Desp. Correntes	30,11%	37,15%	38,95%	39,13%
Aq.Bens e Serv./Desp. Correntes	52,29%	46,21%	46,65%	45,60%
Investimentos/Desp. De Capital	66,44%	69,40%	54,82%	39,54%
Passivos Fin./Desp. De Capital	21,44%	23,15%	29,69%	45,70%
Desp. Correntes/Desp. Total	62,29%	64,84%	68,51%	63,34%
Desp. Capital/Desp.Total	37,71%	35,16%	31,49%	36,66%
Despesas Previstas / Despesas Comprometidas	99,55%	111,10%	109,44%	93,22%

Rácios Financeiros	2013	2014	2015	2016
Pessoal/Rec. Correntes	28,64%	26,23%	26,54%	24,55%
Amortiz+Juros/Rec. Totais	8,44%	7,73%	7,76%	12,54%
Rec.Correntes/Desp.Correntes	105,14%	141,64%	146,76%	159,40%
Rec.Capital/Desp.Capital	100,08%	71,22%	42,33%	19,17%

Os rácios orçamentais registam em 2016, valores que demonstram que o Município continua a manter um controlo efetivo do seu orçamento.

As receitas correntes resultantes dos impostos diretos continuam a ser as receitas com um peso mais significativo no total das receitas correntes, 48,03% seguida das transferências correntes em 34,16%. Ao longo deste quadriénio esta situação tem-se vindo manter, sendo a expectativa que continue, o que poderá ser atenuada com as receitas esperadas do Quadro2020.

Ao nível das despesas, são as despesas com a Aquisição de Bens e Serviços que tem o maior peso nas despesas correntes (45,60%), apesar de ter vindo a diminuir esse peso ao longo dos anos.



O equilíbrio do orçamento destes anos, constata-se pelo controlo quer ao nível da receita quer ao nível da despesa. Verifica-se que a percentagem das receitas correntes nas despesas correntes é sempre superior a 100%, e, desde 2013 até 2016, obteve uma variação positiva de 52%, atingindo 159,40%.

O peso das despesas correntes é sempre coberto pelas receitas correntes, o qual demonstra o rigor e a prudência nos pressupostos na elaboração do orçamento, bem como se pode aferir igualmente pela taxa de execução da receita corrente do Município.

O aumento verificado em 2016 do peso do serviço da dívida, nas receitas totais, deve-se à amortização extraordinária, que, se expurgado esse valor, a média resulta em cerca de 8%, indicador este que se traduz, num controlo da dívida de médio e longo prazo.



PARTE II – ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

V. Dívida Municipal

Introdução

A Lei das Finanças Locais n.º 73/2013 de 3 de setembro, revoga, entre outras, a anterior Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e estabelece o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, cujo objetivo é garantir a implementação integral do quadro consagrado na Lei de Enquadramento Orçamental, quanto à inclusão de todas as entidades públicas relevantes no perímetro do governo local, ao quadro plurianual de despesas, à programação orçamental, ao novo conceito de equilíbrio orçamental, ao regime de crédito e endividamento, à prestação das contas, quer individuais, quer consolidadas, bem como os deveres de informação e transparência.

A LOE para 2016 continua a impor limites de redução do endividamento, unicamente para os Municípios que detenham pagamentos em atraso, e, que ainda não tenham cumprido com os limites previstos no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) conforme se passa a transcrever o artigo 55.º:

1 - Até ao final do ano de 2016, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem, para além das já previstas no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, no mínimo, 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados, em setembro de 2015, no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL).

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, os municípios reduzem, até ao final do primeiro semestre de 2016, e em acumulação com os já previstos no PAEL, no mínimo, 5 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL em setembro de 2015.

3 - O disposto nos números anteriores não se aplica aos municípios que se encontrem vinculados a um Programa de Ajustamento Municipal, nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho.

4 - No caso de incumprimento das obrigações previstas no presente artigo, há lugar à retenção, no montante equivalente ao do valor em falta, da receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado até ao limite previsto no artigo 39.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n.os 82-D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, e 132/2015, de 4 de setembro.

5 - O montante referente à contribuição de cada município para o FAM não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n.os 82-D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, e 132/2015, de 4 de setembro.

Assim, ao invés dos anos anteriores, os Municípios que não estejam nas condições atrás verificadas, não têm que realizar pagamentos excepcionais, nomeadamente pelo aumento resultante da avaliação dos prédios urbanos. O Município de Santa Maria da Feira, encontra-se no grupo dos Municípios que não têm que cumprir com as obrigações do artigo 55.º, nºs 1 a 4, da LEO para 2016, uma vez que cumpre todos os requisitos legais.

Evolução da dívida global

Iremos apreciar a dívida conforme a informação vertida no balanço individual, sendo que, apenas, se examinará a dívida comercial e financeira, ou seja, será apenas tida em consideração as operações de natureza orçamental, excluindo as cauções de garantias bancárias, quer em dinheiro, quer em documentos, por estarem vinculadas a atos futuros e que não dependem da atividade do Município.

Quadro 28 – Evolução da Dívida

Descrição da Natureza da Dívida	Ano 2013 ¹	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Δ 2016/2013	Δ 2016/2015	Valores em absoluto 2016/2013	Valores em absoluto 2016/2015
Dívida de médio e longo prazo	46.033.237,17 €	42.489.509,28 €	37.205.258,61 €	28.324.792,29 €	-38,47%	-23,87%	17.708.444,88 €	8.880.466,32 €
Dívida de curto prazo (sem OT)	8.621.610,01 €	7.552.101,81 €	6.065.198,12 €	6.365.126,88 €	-26,17%	4,95%	2.256.483,13 €	299.928,76 €
Dívida Total	54.654.847,18 €	50.041.611,09 €	43.270.456,73 €	34.689.919,17 €	-36,53%	-19,83%	19.964.928,01 €	8.580.537,56 €

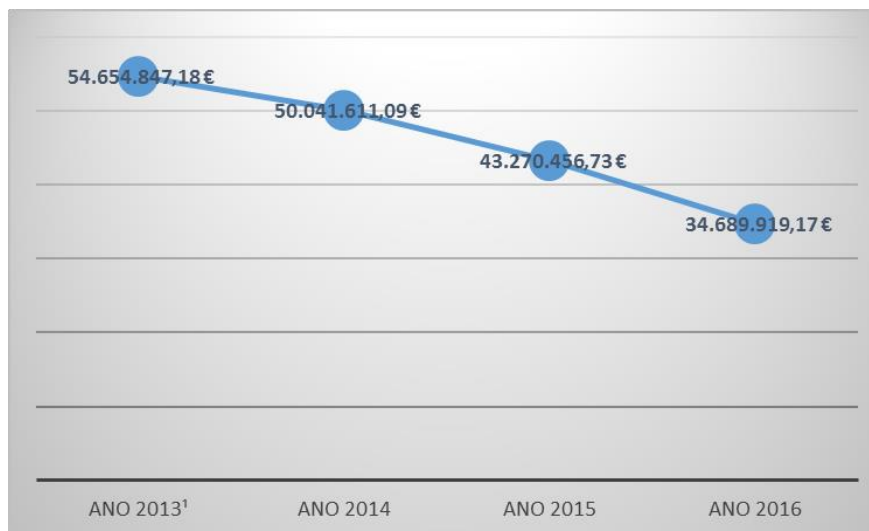
¹No ano de 2013, não se imputava a componente dos empréstimos de médio e longo prazo a pagar no ano seguinte, na dívida de curto prazo, pelo que, para efeitos de comparabilidade foi realizado a referida imputação.

Analisado o período compreendido entre 2013 a 2016, ressalta a diminuição da dívida total do Município, que ascende a cerca de 20 milhões de euros, ou seja, -36,53%.

Da análise ao quadro supra, constata-se que a dívida do Município atingiu na gerência de 2016 o montante global de 34.689.919,17€, montante este, que reflete um abatimento em relação ao ano transato no montante de 8.580.537,56€.

A gestão da dívida ao longo destes anos tem-se pautado por um elevado rigor e forte controlo da dívida municipal, quer ao nível do *déficit* público municipal, quer ao nível do *déficit* público nacional.

Gráfico 14 – Evolução da Dívida Global



Os níveis de endividamento têm vindo a diminuir de uma forma sistemática e consistente ao longo destes últimos anos, sustentados quer pelo controlo rigoroso da dívida de curto prazo, quer pelas amortizações dos empréstimos.

A dívida global no período compreendido entre 2013 e 2016 teve uma diminuição substancial de 19.964.928,01€. Durante o ano económico de 2016, o Município de Santa Maria da Feira gerou receitas correntes, superiores ao orçamentado, o que permitiu gerar fluxos extraordinários, libertando meios financeiros adequados para se realizar uma amortização extraordinária ao empréstimo PAEL no montante de 4.499.984,46€.

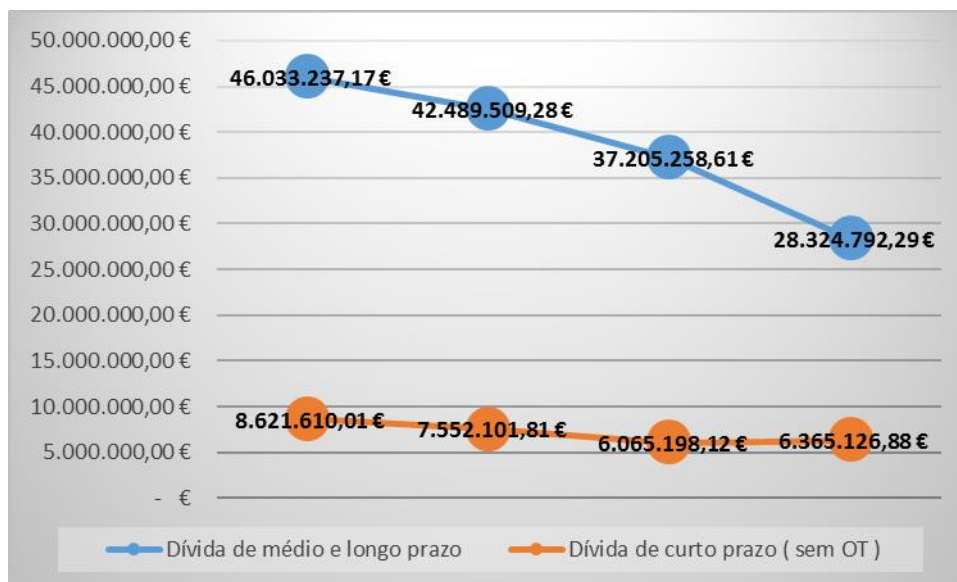
Em comparação com a gerência de 2013, o Município, abateu em 36,53% a sua dívida total, uma diminuição significativa de 54.654.847,18€ para 34.689.919,17€.

A componente da dívida de médio e longo prazo foi a que contribuiu mais para esta diminuição quer pelo decréscimo das amortizações ordinárias, quer pelas amortizações extraordinárias, e dos pagamentos antecipados dos acordos de pagamentos realizados com a Suldouro e a ADCL (ex-SIMRIA).

Quanto à componente dívida de curto prazo, foi aquela que registou uma menor redução, unicamente pelo facto da dívida desta natureza estar devidamente consolidada e controlada, tendência que se tem verificado ao longo dos últimos quatro anos.

Maior detalhe à análise da evolução das dívida de médio e longo prazo e da dívida de curto prazo serão realizadas nos capítulos apropriados.

Gráfico 15 – Dívida de Médio e Longo Prazo / Dívida de Curto Prazo



Os resultados obtidos neste quadriénio, comprovam a tendência de redução do nível de endividamento do Município e o seu esforço na consolidação orçamental. Demonstra, que o Município soube adequar o seu orçamento à conjuntura económica de crise, através da promoção de um grande esforço de contenção e racionalização das suas despesas face às receitas, com uma arrecadação da receita superior ao previsto, conforme já foi dado nota anteriormente.

Como resultado desta política, o Município finalizou o ano de 2016 com 538,37% de liquidez imediata. Esta percentagem, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando apenas os montantes de disponibilidades.

Da apreciação geral, podemos concluir, que no último quadriénio, o Município de Santa Maria da Feira tem-se pautado pelo controlo rigoroso do seu passivo, bem como do controlo do endividamento municipal.

Dívida de médio e longo prazo

No ano económico em apreço, a dívida, dos empréstimos de médio e longo prazo, obteve uma diminuição que ascendeu a 8.757.952,10€ relativamente ao ano de 2015, perfazendo um total em dívida de 26.388.609,46€.

Esta diminuição resulta, para além das amortizações ordinárias, da amortização extraordinária realizada ao pagamento do PAEL, no montante de 4.499.984,46€. A par desta diminuição encontra-se o pagamento das tranches referentes ao Fundo de Apoio Municipal que se traduziu no valor de 411.738,00€.

Quadro 29 – Dívida de Médio e Longo Prazo

Dívida de médio e longo prazo	Ano 2013 ¹	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Δ 2013/2016	Δ 2015/2016
- Empréstimos bancários	44.314.371,39 €	40.019.075,23 €	35.146.561,56 €	26.388.609,46 €	-40,45%	-24,92%
- Acordos de pagamento	1.718.865,78 €	- €	- €	- €	-100,00%	
- Fundo Apoio Municipal (FAM)	- €	2.470.434,05 €	2.058.697,05 €	1.646.959,05 €	-33,33%	-20,00%
- Subvenções	- €	- €	- €	289.223,78 €		
Total	46.033.237,17 €	42.489.509,28 €	37.205.258,61 €	28.324.792,29 €	-38,47%	-23,87%

¹No ano de 2013, não se imputava a componente dos empréstimos de médio e longo prazo a pagar no ano seguinte, na dívida de curto prazo, pelo que, para efeitos de comparabilidade foi realizado a referida imputação.

O contributo das parcelas mais significativas para a diminuição da dívida de médio e longo prazo, são nomeadamente:

- Empréstimo do PAEL, foi o que originou uma queda mais acentuada no montante de 899.996,90€ (amortização ordinária), acrescido de uma amortização extraordinária de 4.499.984,46€;
- De seguida, os empréstimos que registaram igualmente uma diminuição significativa, foi o PREDE (Programa pagar a tempo e horas para os Municípios), no montante de 640.000,00€, e de seguida o empréstimo “Pagar a Tempo e Horas” da DGTF no montante de 480.000,00€.
- A contribuição do Município de Santa Maria da Feira para o Fundo de Apoio Municipal, no montante de 411.738,00€, contribui significativamente para esta diminuição.
- No decurso da gerência não finalizaram empréstimos.

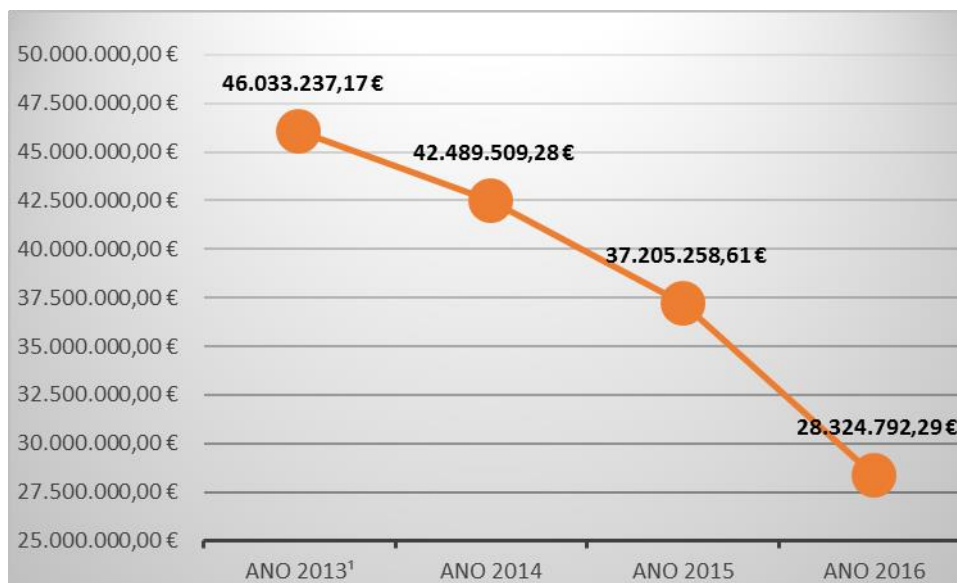
Contudo, para além destas diminuições, e, na sequência das alterações à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro decorrentes da publicação da LOE 2016, nomeadamente no que concerne à alteração ao artigo 52.º, alteração esta que define que:

5 - Para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.”

Assim, tendo em consideração o contrato de financiamento entre o Programa Operacional Temático Valorização do Território e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, assinado no âmbito da operação “EEIP – Eficiência Energética na Iluminação Pública” procedemos ao reajuste contabilístico das subvenções reembolsáveis, em dívidas de médio e longo prazo, bem como a curto prazo.

De acordo com a Nota explicativa do SATAPOCAL, estas subvenções, à semelhança do que aconteceu com o FAM, deverão ser excecionados aquando do apuramento da dívida total, para efeitos do cálculo do endividamento.

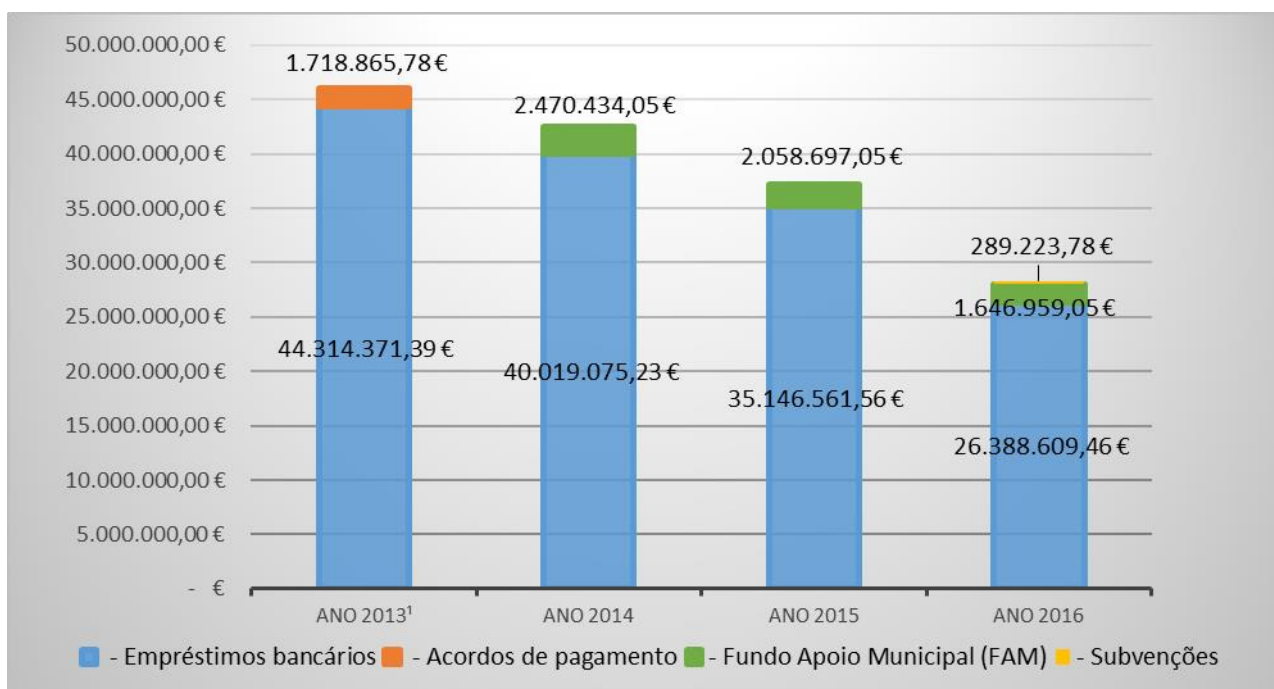
Gráfico 16 – Dívida de Médio e Longo Prazo



Como se pode analisar pelo gráfico supra, desde 2013 que a dinâmica da dívida de médio e longo prazo é no sentido de uma diminuição contínua e semelhante, com um registo anual de um valor em média de 4.400 M€. Em 2016, para além das amortizações ordinárias, foi realizada uma amortização extraordinária ao empréstimo PAEL, que permitiu uma redução substancial e adicional à dívida. No final de 2016, a dívida perfazia o montante de 28.324.792,29€, representa menos 23,87%, em comparação com o ano de 2015 e de menos 38,47% se compararmos com o final de 2013.

Não podemos deixar de referir que, neste montante, se encontra englobada a dívida relativa ao FAM, a qual, não permite uma redução mais acentuada, pois se expurgamos tal dívida a redução seria de 42,05% relativamente a 2013.

Gráfico 17 – Natureza da Dívida de Médio e Longo Prazo



Dívida de curto prazo

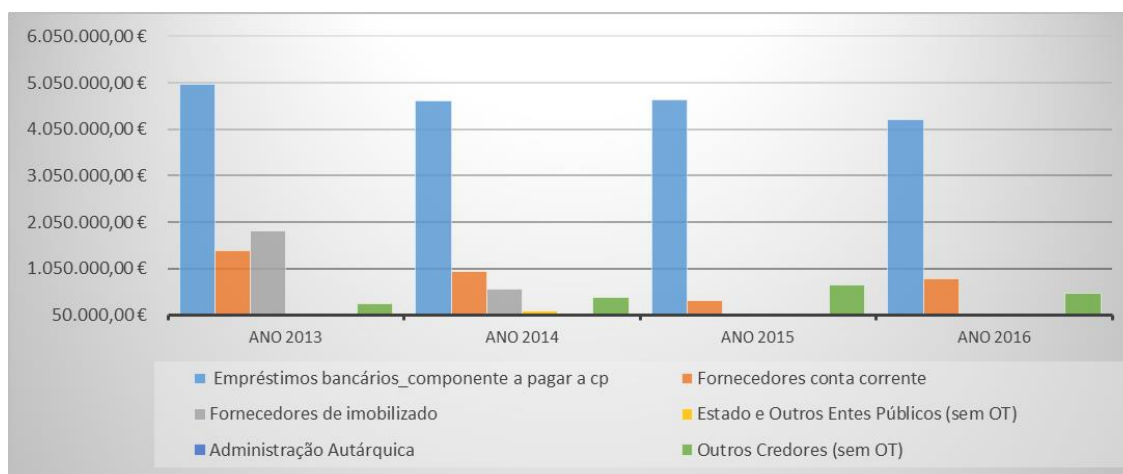
Tal, como inferimos anteriormente a análise a realizar é o reflexo do balanço do Município com as suas devidas reclassificações, como é o caso dos empréstimos de médio e longo prazo cuja componente a pagar em 2016 aparece como dívida de curto prazo, onde incorpora igualmente a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais, do Estado e de outros credores diversos, cuja evolução se encontra espelhada no quadro seguinte.

Quadro 30 – Dívida de Curto Prazo

Dívida de curto prazo	Ano 2013 ¹	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Δ 2013/2016	Δ 2015/2016
Empréstimos bancários_componente a pagar a cp	5.029.946,83 €	4.652.066,24 €	4.690.524,06 €	4.254.220,50 €	-15,42%	-9,30%
Adiantamento por conta de vendas	- €	761.559,88 €	293.239,88 €	637.505,02 €		117,40%
Fornecedores conta corrente	1.439.528,19 €	977.075,54 €	350.615,03 €	839.065,03 €	-41,71%	139,31%
Fornecedores de imobilizado	1.853.071,99 €	596.141,51 €	7.605,61 €	31.026,39 €	-98,33%	307,94%
Estado e Outros Entes Públicos (sem OT)	- €	140.328,11 €	32.767,23 €	70.889,11 €		116,34%
Administração Autárquica	11.575,35 €	8.203,55 €	6.063,53 €	13.120,35 €	13,35%	116,38%
Outros Credores (sem OT)	287.487,65 €	416.726,98 €	684.382,78 €	519.300,48 €	80,63%	-24,12%
Total	8.621.610,01 €	7.552.101,81 €	6.065.198,12 €	6.365.126,88 €	-26,17%	4,95%

¹No ano de 2013, não se imputava a componente dos empréstimos de médio e longo prazo a pagar no ano seguinte, na dívida de curto prazo, pelo que, para efeitos de comparabilidade foi realizado a referida imputação.

Gráfico 18 – Natureza da Dívida de Curto Prazo



A 31 de dezembro de 2016, e expurgando o montante de operações não orçamentais, nomeadamente, as garantias bancárias por se tratar de um ato futuro que não decorre da atividade do Município, o valor da dívida a curto prazo fixou-se em 6.365.126,88€.

Em termos globais, o volume da componente da dívida de curto prazo, aumentou ligeiramente de 2015 para 2016, em cerca de 299.928,76€ que corresponde, a um aumento de 4,95%. Este aumento não é significativo, porquanto, e, como já referido em relatórios anteriores a dívida de curto prazo está estável, sendo que, este aumento se refere, essencialmente a faturas que entraram no Município em janeiro de 2017, impossibilitando o seu pagamento ainda no decorrer de 2016.

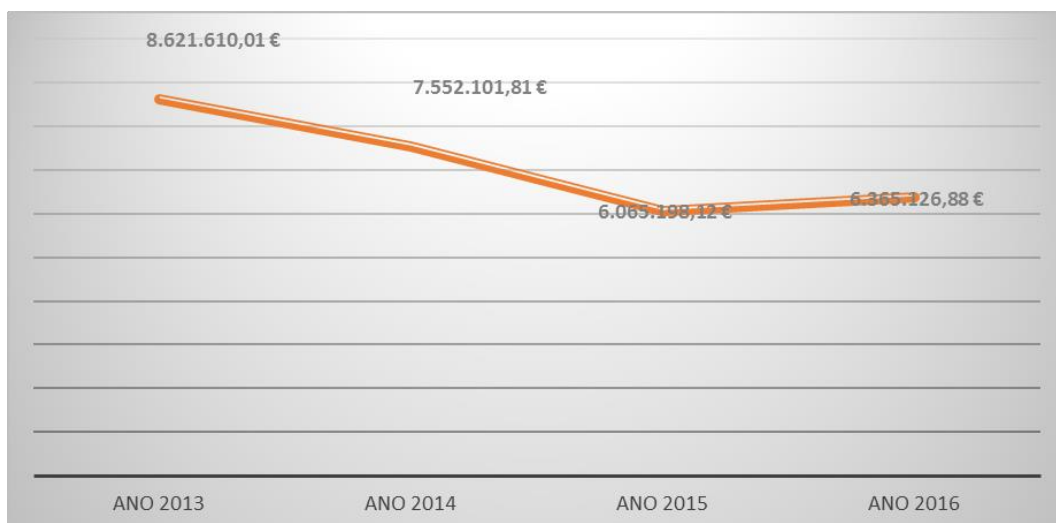
Tal como, nos anos transatos, o valor em dívida no final de 2016, reporta-se essencialmente a alguma faturação de dezembro que se encontrava em estado de conferência e, ainda não vencidas. A sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo, permitindo assim a concretização de pagamentos dentro dos prazos estabelecidos, tendo neste ano situado nos 12 dias o prazo médio de pagamentos.

Ao analisarmos todas as componentes que compõem a dívida de curto prazo constata-se que as componentes que contribuíram para o aumento da dívida, foi a componente fornecedores de conta corrente que totalizou 839.065,03€, seguida da componente referente a Adiantamento por conta de vendas no montante de 637.505,02€. De referir que esta última componente se refere a vendas em hasta pública, e que este valor será anulado aquando da efetivação da escritura.

Ao procedermos à análise comparativa da dívida de curto prazo, no último quadriénio, constata-se que o Município tem sido eficaz no controlo do endividamento, tendo a dívida de 2016 alcançado um decréscimo adicional 2.256.483,13€, em relação a 2013, que corresponde a -26,17%.

A componente de curto prazo incorpora o montante de 411.738,00€, referente à subscrição do FAM a pagar em 2017, situação esta, que não decorre de uma responsabilidade da iniciativa do Município, mas de uma obrigação que resulta de uma imposição legal.

Gráfico 19 – Evolução da dívida de curto prazo



Prazo médio de pagamento

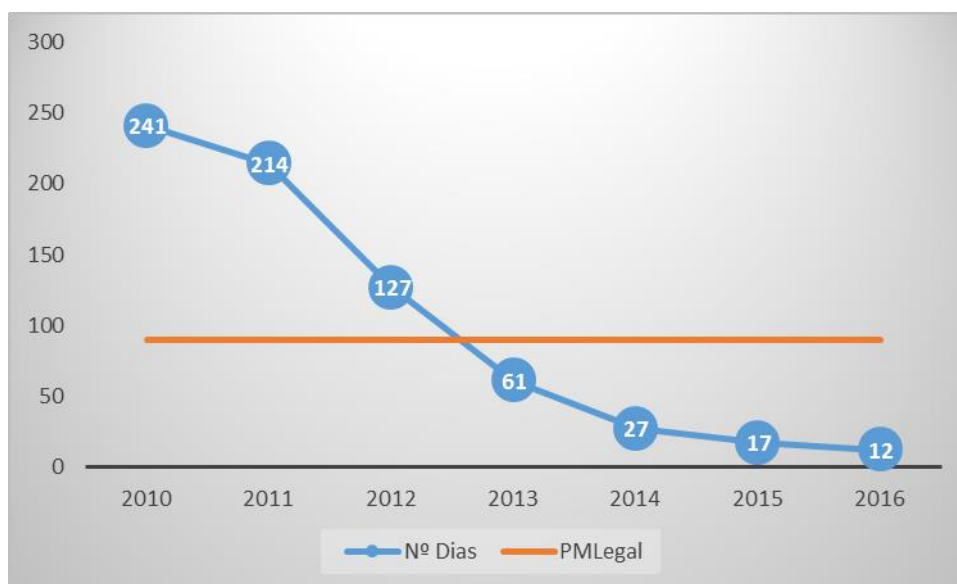
O cálculo do prazo médio de pagamentos é realizado com base no Despacho n.º 98760/2009, de 13 de abril, publicado no DR n.º 71, 2ª Série Parte C, que abrange as dívidas de curto prazo a fornecedores, que correspondem à soma das contas de classificação orçamental e patrimonial 22, 252, 261, 265, 266 e 267 do POCAL, enquanto as aquisições de bens e serviços, correspondem à soma das contas 31 e 62 e das aquisições de imobilizado registadas nas contas 42, 442, 445, e 45 do POCAL.

Apraz registar a trajetória decrescente e constante do prazo médio de pagamento a fornecedores desde de 2010, posicionando-se em 2016, com um PMP de 12 dias, prazo este que se vem mantendo desde 2014 num nível extraordinariamente abaixo dos 30 dias.

Quadro 31 – Prazo Médio de Pagamentos

PMP							
Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº Dias	241	214	127	61	27	17	12

Gráfico 20 – Evolução do prazo médio de pagamento



Em síntese, o Município apresenta um nível de endividamento global decrescente, consistente e contínuo, o que demonstra o rigor com que se tem pautado a sua atividade, tendo em 2016, atingido o montante de 34.689.919,17€ (sem Operações de Tesouraria), sendo de salientar:

- A diminuição da recuperação da dívida de curto prazo municipal, que passou para 5 dias, no ano em apreço, tendo em conta as receitas regulares expurgadas das despesas rígidas e vinculadas (despesas com pessoal + juros EMLP);
- A taxa de cobertura da dívida municipal pela receita total disponível, sem considerar os passivos financeiros cobrados atinge em 2016, 210,19%.

Uma situação financeira de curto prazo equilibrada, caracterizada por:

- Reduzidos montantes em dívida desta natureza, apenas (2016: 2.110.906,38€ - sem Operações de Tesouraria e sem Empréstimos a Pagar no curto prazo);
- Elevado saldo orçamental, que permite uma taxa de cobertura da dívida correspondente em 538,37%;
- Prazo médio de pagamentos a terceiros e a fornecedores atingiu em 2016 os 12 dias.

VI. Análise da capacidade de endividamento do Município

A 3 de setembro de 2013 foi publicada a nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013), com entrada em vigor a 01 de janeiro de 2014, bem como a Lei n.º 75/2013 a 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico das transferências de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, com entrada em vigor a 29 de setembro de 2013.

O n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, veio estabelecer um novo conceito de endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo as entidades previstas no art.º 54º, do mesmo preceituado jurídico.

Este conceito de dívida total de operações orçamentais, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. O n.º 2 do mesmo artigo refere que a dívida total de operações orçamentais engloba:

- Os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49º;
- Os contratos de locação financeira;
- Quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios (ou outras entidades relevantes) junto de instituições financeiras;
- Todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

As exceções ao endividamento desaparecem na nova Lei das Finanças Locais, admitindo-se a ultrapassagem do limite em caso de calamidade pública. No caso em que um Município cumpra o limite de endividamento na data de entrada em vigor da presente lei, mas que passe a registar uma dívida total superior aos limites previstos no artigo 52º apenas por efeito da existência de dívidas excecionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei, não deve ser sujeito a sanções (artigo 84 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro). Consideram-se dívidas excecionadas as seguintes:

- Os empréstimos e os encargos com empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excecionavam dos limites de endividamento;
- Os empréstimos e os encargos com empréstimos contraídos para a conclusão dos programas especiais de realojamento (PER) cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até ao ano de 1995;
- As dívidas dos Municípios às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidadas até 31 de dezembro de 1988.

Uma das novidades deste regime jurídico prende-se com a trajetória de crescimento / ajustamento que um Município deve ter, quer cumpra com os limites ou não. A antiga lei das Finanças Locais apenas previa uma trajetória de ajustamento no caso de incumprimento do limite.

Sempre que um Município:

- Não cumpra o limite, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo, do previsto na secção III, que se refere ao alerta precoce e recuperação financeira;
- Cumpra o limite, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Este regime jurídico vem reforçar o conceito de que todas as entidades constituídas e participadas pelo município relevam para efeitos de endividamento municipal, desde que, cumpridos os requisitos legais do art. 54.º.

O Orçamento de Estado para o ano de 2016, introduziu alterações à legislação em vigor, nomeadamente ao artigo. 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, em que refere que o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, não são considerados para efeitos de apuramento da dívida total.

Entidades relevantes para os limites legais

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, introduz um novo conceito de perímetro das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, alargando esse mesmo perímetro, aos serviços municipalizados e intermunicipalizados, às entidades intermunicipais e associativas municipais, às empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, às cooperativas e fundações e, por fim, às entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do Município.

Este novo regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

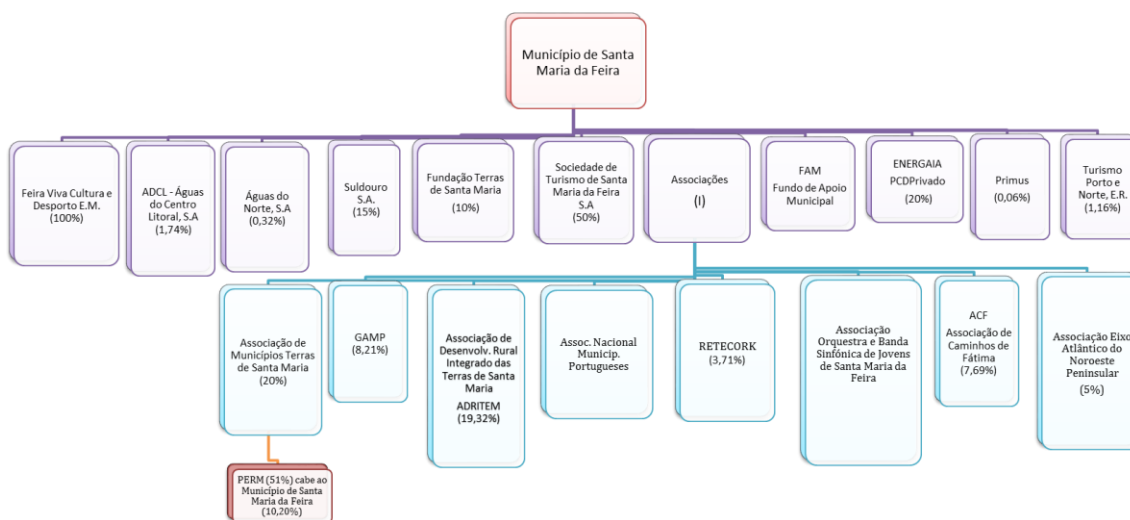
De acordo com o artigo n.º 54 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, as entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais são:

- a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo, com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso

- das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada Município para as suas despesas de funcionamento;
- c) As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;
 - d) As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município;
 - e) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do Município, pelo montante total.

De seguida anexa-se o organograma do perímetro do grupo municipal à data de 31 de dezembro de 2016.

Esquema 1



Após a delimitação do perímetro das entidades do Município, de acordo com a disposição legal do artigo 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, todas as entidades no cômputo geral são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município (grupo municipal), à exceção das entidades abrangidas pelo sector empresarial do Estado, como é o caso

das Águas do Norte S.A., Suldouro - Valorização e Tratamento Resíduos Sólidos Urbanos, S.A. e ADCL - Águas do Centro Litoral, S.A., e as abrangidas pelo setor regional, como é o caso do Turismo Porto e Norte, E.R. (artigo 54º n.º 1 alínea c).

É igualmente excluído do perímetro a Retecork, uma vez que esta entidade não tem como objeto a prossecução das atividades e das competências do Município, conforme o artigo 54.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro.

Deste modo, a listagem das entidades relevante para efeitos de apuramento da dívida restringe-se ao seguinte quadro:

Quadro 32 – Entidades Participadas

Entidades Participadas	%	Resultado Líquido antes de impostos	Ano a que respeita	Inclusão para efeitos de dívida total	Observações
Entidades Intermunicipais e entidades associativas (alínea b) do art.º 54, n.º1)					
Adritem	19,32%	Não aplicável	2016	29.201,39 €	Releva - valores provisórios - não apresentou as contas fechadas.
Área Metropolitana do Porto	8,21%	Não aplicável	2016	160,14 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento - não apresentou as contas fechadas.
Associação Nacional de Municípios		Não aplicável	2016	324,77 €	Imputação pelo valor da quota
Associação Municípios de Terras de Santa Maria da Feira	16,66%	Não aplicável	2016	53.321,01 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento -valores provisórios, não apresentou as contas fechadas.
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	20,00%	Não aplicável	2016	5.140,86 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento -valores provisórios, não apresentou as contas fechadas.
Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	5,00%	Não aplicável	2016	10.654,62 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento -valores provisórios
Associação Caminhos de Fátima	7,69%	Não aplicável	2016	73,80 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento -valores provisórios
Empresas locais e participadas (alínea c) do art.º 54 n.º 1))					
Feira Viva, EM	100,00%	61.208,29	2016	- €	Não releva - resultados anuais equilibrados
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, SA	50,00%	163.591,84 €	2016	326.471,25 €	Releva - resultados anuais desequilibrados
PERM, SA	10,20%	9.666,62 €	2016	- €	Não releva - resultados anuais equilibrados
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional EMT, SA	0,06%	64.102,21 €	2015	0,33 €	Releva - resultados anuais desequilibrados
Cooperativas e Fundações (alínea d) do art.º 54.º n.º1))					
Fundação Terras de Santa Maria - Isvouga	10,00%	Não aplicável	2016	13.049,28 €	Releva - Valores provisórios, não apresentou as contas fechadas.
Outras Entidades					
Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	100,00%	Não aplicável		6.133,19 €	Releva pela verificação dos pressupostos do artigo 75º

A informação constante decorre da remetida pela entidades à data da elaboração do presente relatório, pelo que poderá estar sujeita a qualquer alteração.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, prende-se com o alargamento do perímetro relevante para efeitos de endividamento em que as entidades intermunicipais e as entidades associativas, relevam sempre para o endividamento na percentagem da sua quota. Quanto às cooperativas e fundações

releva sempre na percentagem da sua quota, enquanto, as outras entidades, relevam pelo montante total, sempre que se verifique a disposição legal do n.º 4 do artigo 75.º, ou seja, o controlo ou presunção de controlo por parte do Município.

De acordo com o já referido anteriormente, o endividamento das entidades de natureza empresarial das participadas pelo Município apenas relevam para efeitos dos respetivos limites, caso não apresentem resultados anuais equilibrados. Em face do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o endividamento das empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apenas relevam para efeitos dos respetivos limites caso não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos, da apreciação das suas contas anuais.

O cumprimento da indicada regra de equilíbrio pode ser aferido numa ótica anual ou plurianual (cfr. n.º 1 e 5 do art.º 40, da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto), sendo necessário, neste último caso, a apresentação de um plano previsional à I.G.F., o que não se verificou relativamente a qualquer das empresas referidas.

Assim, aplicando, relativamente ao exercício de 2016, a regra de equilíbrio anual de contas às empresas participadas pelo Município de Santa Maria da Feira, verificámos que apenas:

- A Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira SA, apresenta contas desequilibradas, pois os resultados líquidos antes de impostos são negativos, não tendo sido também efetuado, em tempo útil, qualquer transferência pelo Município, para colmatar o desequilíbrio verificado (na percentagem de participação), contribuindo, por isso, para todos os limites do endividamento municipal.
- Relembremos que a FEIRA PARK foi dissolvida a 20 de janeiro de 2016, não tendo acarretado qualquer encargo para o Município.
- Dá-se nota que apesar dos reiterados pedidos formulados pelo Município e dada a ausência de reporte por parte da PRIMUS à data de fecho das contas, não foi possível avaliar o contributo para o endividamento, pelo que, por precaução foram consideradas as contas de 2015.

Delineado o perímetro das entidades, procederemos ao apuramento da dívida total de operações orçamentais de todo o grupo municipal. As dívidas orçamentais, encontram-se explanadas nos balanços das diversas entidades, às quais temos que deduzir as operações de tesouraria, que são as cobranças e/ou as retenções a entidades externas, bem como o valor correspondente a cauções/garantias.

Os limites máximos de dívida que o Grupo Municipal de Santa Maria da Feira, podia atingir no final de 2016, seria o montante de 48.269.708,62€, conforme mapa abaixo:

Quadro 33 – Limites para 2016

Limites para 2016	
Dívida total a 31/12 /2015	41.167.923,02 €
Margem total	35.508.928,00 €
Possibilidade de crescimento (20% de margem)	7.101.785,60 €
Limite máximo para 31/12/2016	48.269.708,62 €

Quadro 34 – Apuramento da Dívida Total

Apuramento da dívida total de operações orçamentais do grupo municipal	
Município	32.259.362,92 €
Entidades Intermunicipais e entidades associativas (alínea b) do art.º 54, n.º1)	
Adritem	29.201,39 €
Associação Nacional de Municípios	324,77 €
Associação Municípios de Terras de Santa Maria da Feira	53.321,01 €
Energia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	5.140,86 €
GAMP - Grande Área Metropolitana do Porto	160,14 €
Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	10.654,62 €
Associação Caminhos de Fátima	73,80 €
Empresas locais e participadas (alínea c) do art.º 54 n.º 1))	
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, SA	326.471,25 €
Primus, SA	0,33 €
Cooperativas e Fundações (alínea d) do art.º 54.º n.º1))	
Fundação Terras de Santa Maria - Isvouga	13.049,28 €
Outras Entidades(alínea e) do art.º 54.º n.º1))	
Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	6.133,19 €
Total endividamento	32.703.893,56 €

Informamos que a informação constante decorre da informação remetida pela entidades à data da elaboração do presente relatório, pelo que poderá estar sujeita a qualquer alteração

No orçamento de Estado para 2016, refere no seu artigo 55.º, que o montante referente à contribuição de cada Município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, não é incluída para efeitos

de endividamento. Na sequência das alterações à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, decorrentes da publicação da LEO 2016, vem inserir ao artigo 52.º o seguinte número:

5 - Para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto -Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

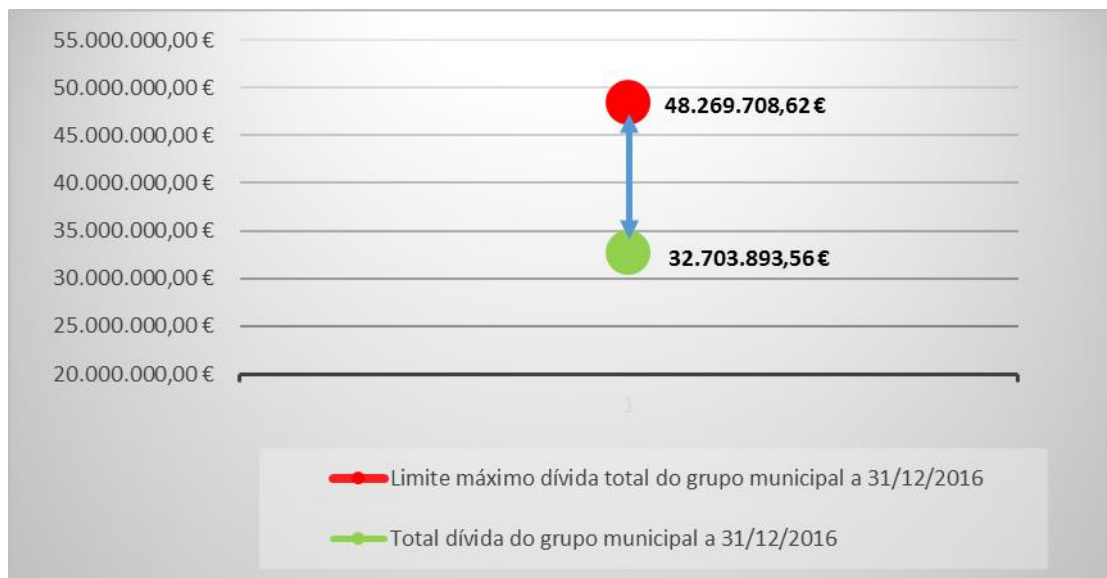
Decorre do acima exposto, que as subvenções reembolsáveis, não são englobáveis para efeitos do apuramento da dívida total do município.

Tendo em consideração, a posição do grupo municipal de Santa Maria da Feira face ao limite imposto para 2016, denota-se que ficou profundamente abaixo do limite máximo para 2016.

Quadro 35 – Posição do grupo municipal

Limite máximo para 31/12/2016	48.269.708,62 €
Total dívida do grupo municipal a 31/12/2016	32.703.893,56 €
Margem face ao limite	15.565.815,05 €

Gráfico 21 – Dívida Total do grupo municipal



Ao analisarmos a dívida total do grupo municipal desde 2013, que à data detinha 82,12% face à média das receitas correntes e 123,18% face ao limite máximo, constatamos que em 2016, essas percentagens passam respetivamente para 63,98% e 42,65%. Permite ter a perceção do posicionamento do Grupo Municipal face ao normativo legal, desde a sua entrada em vigor (01/01/2014) até 2016, em que passa de uma situação em que detém mais dívida que o limite máximo para, uma situação inferior a 50% face ao mesmo limite.

Limites para 2017

Para o ano de 2017, e tendo em consideração o disposto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, abaixo se apresenta o limite máximo previsto para o ano de 2017.

Quadro 36 – Cálculo da média das receitas correntes líquidas à data de 31/12/2016

LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL		
Receitas Correntes Líquidas	Montante	Observações
Ano	2014	52.736.297,81 €
	2015	52.000.702,50 €
	2016	55.422.023,84 €
		160.159.024,15 €
Valor de referência (média dos 3 anos)		53.386.341,38 €
Limite máximo 150% a 31/12/2017		80.079.512,08 €

Note-se que o limite apresentado é o limite total previsto no artigo supra citado, sendo que, para os Municípios que se posicionem abaixo do valor de dívida total a 31 de dezembro de 2016, a margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ou seja:

..”só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios”.

Deste modo, e tendo em consideração a dívida do grupo municipal, que pode sofrer alterações por vicissitudes de alguma entidade participada ainda remeter as contas definitivas, a 31 de dezembro de 2016, o limite máximo apurado, bem como a margem de endividamento se aferem no quadro seguinte:

Quadro 37 – Limites para 2017

Limites para 2017	
Dívida total do Grupo Municipal a 31/12 /2016	32.703.893,56 €
Margem total (150% receitas-dívida GM)	47.375.618,52 €
Possibilidade de crescimento (20% de margem)	9.475.123,70 €
Limite máximo no final de 31/12/2017	42.179.017,26 €

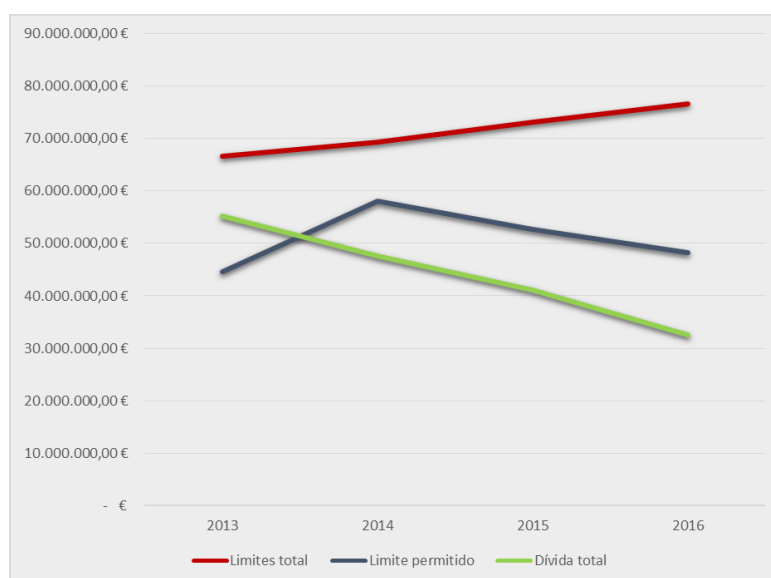
Como se pode constatar o Município, detém uma possibilidade de crescimento da sua dívida total, para 2017, em cerca de 9.475.123,70€.

Apraz-nos participar que ao longo destes anos o Município nunca utilizou a margem de crescimento da dívida, bem pelo contrário, tem continuamente vindo a diminuir a mesma, originando um limite de

endividamento permitido, consecutivamente, baixo. Este indicador afere o controlo efetivo e consolidado da dívida do Grupo Municipal, e da sua capacidade de endividamento.

O gráfico abaixo permite interpretar de uma forma clara e inequívoca a posição do Município face aos limites impostos pela Lei 73/2013 de 3 de setembro, e o seu comportamento ao longo deste quadriénio.

Gráfico 22 – Evolução dos limites versus evolução da dívida do grupo municipal



Apesar deste novo regime jurídico ser mais restritivo relativamente ao regime anterior, o Município detém uma posição extremamente confortável, relativamente a todos os limites.

Como se pode constatar pelo gráfico, os limites máximos (1,5 da receita corrente) têm crescido exponencialmente em resultado do aumento do valor das receitas correntes. Em sentido inverso, os limites permitidos (20% da margem) para aumentar a despesa, tem diminuído sucessivamente, em paridade com a dívida do grupo municipal. Afere-se ainda do gráfico, que em 2016, a dívida total, apresenta uma quebra superior face ao ano de 2015, resultante da amortização extraordinária realizada, e se analisarmos a margem entre o limite máximo e a dívida, esta situa-se em 44.201.960,33€, bastante superior à dívida do Grupo Municipal.

Contribui, basicamente, para esta situação, o esforço do Município na diminuição da dívida total, diminuição essa em cerca de 20 milhões de euros, desde o ano de 2013 até 2016. Relembramos que a margem permitida para o aumento da dívida do grupo municipal, tem como referência a dívida à data do ano findo.

VII. Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

Foi publicado a 21 de junho o Decreto-Lei n.º 127/2012 que visa estabelecer, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 14º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, os procedimentos necessários à aplicação da mesma e à operacionalização da prestação de informação, esclarecendo alguns dos conceitos previstos na LCPA.

Face às dificuldades apresentadas pelos Municípios relativamente à aplicação dos normativos infra referidos foi celebrado um Memorando de Acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que previu a criação de uma linha de crédito para os Municípios Portugueses, tendo por objetivo a revitalização das economias locais através dos pagamentos a fornecedores, e facilitar a regularização do pagamento das dívidas vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 de março de 2012.

Para efeitos da candidatura o Município de Santa Maria da Feira aderiu ao Programa II, consubstanciando-se o valor dos pagamentos em atraso (dívidas vencidas há mais de 90 dias registadas a 31/03/2012), de acordo com a informação reportada para a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), em 14.823.441,42€, tendo sido considerado como valor elegível para efeitos do presente empréstimo o montante de 12.899.356,76€.

No entanto, foi entendimento do Tribunal de Contas, que não podiam ser consideradas as faturas com data de emissão posterior a 30 de novembro de 2011, tendo sido alterados os valores constantes do Quadro VI- Lista de Pagamentos em Atraso (quadro de suporte à respetiva candidatura), através de aditamento ao contrato, tendo o valor de empréstimo a contratar ficado inalterável e objeto de visto do Tribunal de Contas por despacho de 29 de janeiro de 2013.

De acordo com o disposto contratualmente, o capital mutuado foi disponibilizado em duas tranches:

a) A primeira, no valor de 70% do montante financiado (a receber até ao 5º dia útil após a receção do visto do Tribunal de Contas) consubstanciando-se em 9.029.549,73€, tendo sido recebida pelo Município a 14 de fevereiro de 2013.

b) A segunda, no valor de 30% do montante financiado, que devia ter sido disponibilizado até ao 5º dia útil após comunicação da DGAL do cumprimento dos pressupostos necessários para o efeito (15-05-2013), previstos na alínea b) do n.º 2, do artigo 12º da Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro, o que só veio a ocorrer a 1 de julho de 2013, no valor de 3.524.004,89€. O valor não corresponde a 30% do montante elegível, porque o Município efetuou pagamentos anteriores à data da entrada da receita do PAEL, pelo que à data do recebimento da 2ª tranche o valor em dívida já era menor.

O Município de Santa Maria da Feira deu por concluído a execução de todos os pagamentos previstos no Quadro VI – Lista dos Pagamentos em Atraso a financiar com o empréstimo a contratar, alterada conforme o mencionado anteriormente em 2014.

Desde 31 de dezembro de 2014, que o Município deixou de deter pagamentos em atraso.

O pedido de adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) é acompanhado do Plano de Ajustamento Financeiro aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

O Plano de Ajustamento Financeiro preconiza a implementação de medidas de contenção de despesas e maximização de receitas de modo a permitir a sua exequibilidade, equilíbrio e sustentabilidade financeira da Autarquia.

Este plano tem um horizonte temporal equivalente ao do empréstimo concedido pelo Estado, e contém um conjunto de medidas específicas e quantificadas, que evidenciam o restabelecimento da situação financeira do Município.

Durante o ano económico de 2016, o Município procedeu a uma amortização extraordinária ao empréstimo no montante global de 4.499.984,46€, situando a dívida a 31 de dezembro de 2016, na mesma importância.

Esta anulação de parte da dívida, resulta um novo plano de pagamentos, em que os encargos anuais passam de cerca de 1 milhão para 500 mil euros.

Conforme disposto no art.º 12º da Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto, que cria o Programa de Apoio à Economia Local, e no que se refere à monitorização e acompanhamento, todos os Municípios aderentes deverão incluir no relatório de conta de gerência um anexo relativo à execução do PAEL. A monitorização é feita de acordo com os mapas que se encontram nos anexos ao presente relatório e que serão remetidos, novamente para a DGAL de forma a darmos cumprimento ao estabelecido.



PARTE III – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

VIII. Balanço

O Balanço é o mapa contabilístico que permite avaliar a posição financeira e patrimonial do Município reportada a 31 de dezembro de 2016. Apresenta devidamente agrupados e classificados, num conjunto de rubricas, os bens, os direitos e obrigações da autarquia, para os períodos de 2013 a 2016, servindo assim, como comparação aos elementos financeiros ativos, aos passivos e aos fundos próprios do Município. No presente relatório vamos analisar o quadriénio 2013/2016.

Quadro 38 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Balanço Sintético

Descrição	2016		2015		2014		2013 ¹		Δ	
									2016/2015	2016/2013
Ativo										
Imobilizado	269.379.065,36 €	84%	268.051.057,44 €	85%	245.814.167,38 €	87%	237.477.667,82 €	89%	0,50%	13,43%
Circulante										
Existências	322.686,59 €	0%	320.377,81 €	0%	338.392,87 €	0%	338.836,65 €	0%	0,72%	-4,77%
Dívidas de terceiros - curto prazo	3.537.740,14 €	1%	5.703.580,84 €	2%	4.840.463,72 €	2%	3.300.524,34 €	1%	-37,97%	7,19%
Disponibilidades	24.301.815,20 €	8%	18.819.863,08 €	6%	11.558.483,43 €	4%	4.455.253,59 €	2%	29,13%	445,46%
Acréscimos e Diferimentos	21.033.174,07 €	7%	20.576.637,15 €	7%	21.307.989,06 €	8%	21.822.718,71 €	8%	2,22%	-3,62%
Total do Ativo	318.574.481,36 €	100%	313.471.516,32 €	100%	283.859.496,46 €	100%	267.395.001,11 €	100%	1,63%	19,14%
Fundos Próprios										
Património	87.550.325,98 €	27%	87.040.101,00 €	28%	86.931.727,75 €	31%	86.906.742,97 €	33%	0,59%	0,74%
Reservas e Ajustamentos	31.565.278,21 €	10%	31.383.668,49 €	10%	9.090.277,45 €	3%	8.541.281,57 €	3%	0,58%	269,56%
Resultados transitados	87.851.069,26 €	28%	73.844.783,16 €	24%	64.121.539,55 €	23%	51.231.499,86 €	19%	18,97%	71,48%
Resultados Líquidos	11.981.856,41 €	4%	11.086.696,95 €	4%	10.438.736,56 €	4%	12.812.374,93 €	5%	8,07%	-6,48%
Total Fundos Próprios	218.948.529,86 €	69%	203.355.249,60 €	65%	170.582.281,31 €	60%	159.491.899,33 €	60%	7,67%	37,28%
Passivo										
Provisões para Riscos e Encargos	3.654.574,21 €	1%	3.895.348,39 €	1%	3.037.479,47 €	1%	1.223.353,65 €	0%	-6,18%	198,73%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo										
Emprestimos	26.388.609,46 €	8%	35.146.561,56 €	11%	40.019.075,23 €	14%	44.314.371,39 €	17%	-24,92%	-40,45%
Acordos de Pagamento							1.718.865,78 €	1%		-100,00%
FAM + subvenções	1.936.182,83 €	1%	2.058.697,05 €	1%	2.470.434,05 €	1%	- €		-5,95%	
Dívidas a terceiros - curto prazo										
Emprestimos MLP - componente a pagar a curto prazo	4.254.220,50 €	1%	4.690.524,06 €	1%	4.652.066,24 €	2%	5.029.946,83 €	2%	-9,30%	-15,42%
Outras dívidas	4.513.984,94 €	1%	2.905.626,37 €	1%	4.380.053,86 €	2%	4.751.373,94 €	2%	55,35%	-5,00%
Acréscimos e Diferimentos	58.878.379,56 €	19%	61.419.509,29 €	20%	58.718.106,30 €	21%	50.865.190,19 €	19%	-4,14%	15,75%
Total Passivo	99.625.951,50 €	31%	110.116.266,72 €	35%	113.277.215,15 €	40%	107.903.101,78 €	40%	-9,53%	-7,67%
Total dos Fundos Próprios + Passivo	318.574.481,36 €	100%	313.471.516,32 €	100%	283.859.496,46 €	100%	267.395.001,11 €	100%	1,63%	19,14%

¹No ano de 2013, não se imputava a componente dos empréstimos de médio e longo prazo a pagar no ano seguinte, na dívida de curto prazo, pelo que, para efeitos de comparabilidade foi realizado a referida

Da análise ao balanço a 31 de dezembro de 2016, e se comparado com os valores referentes ao ano de 2013, constatamos que:

- O Ativo apresentou uma evolução favorável, com um crescimento de 19,14%, o qual resultou, sobretudo, de um aumento significativo das disponibilidades em 445,46%, seguido das dívidas de terceiros a curto prazo que sofreram um aumento de cerca de 7,19%, rubricas que contribuíram, respetivamente, em 8% e 1%, para a variação total. Contribuiu igualmente o imobilizado com um aumento de 13,43%, referente essencialmente à transmissão da concessão do Europarque do Estado para o Município durante 50 anos; ao invés, contribuíram negativamente na evolução do ativo a rubrica dos acréscimos e diferimentos em 3,62%, e a rubrica das existências em 4,77%.



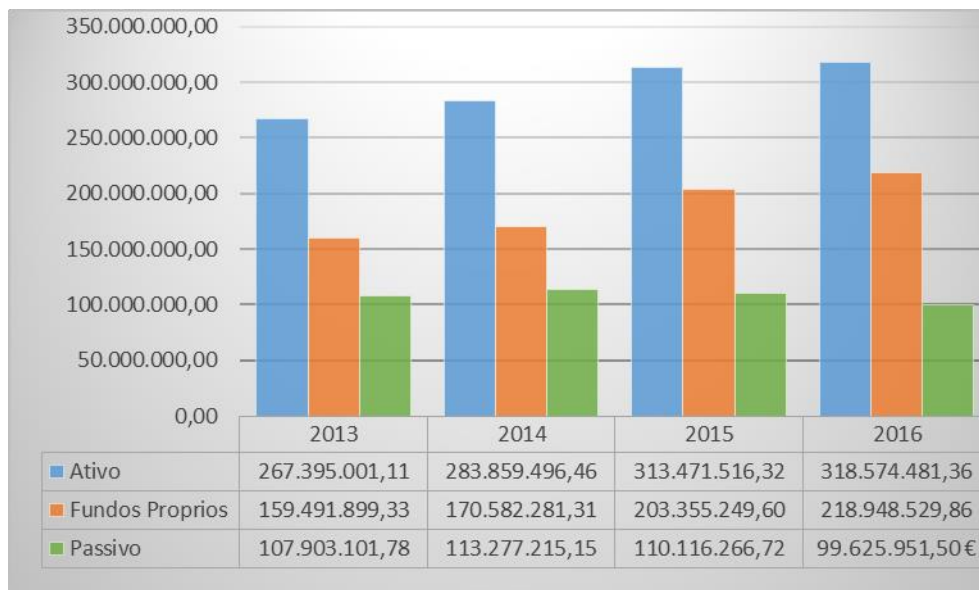
- O Passivo pelo contrário, relativamente ao ano de 2013 teve uma diminuição de 7,67%, devido essencialmente à diminuição de 40,45%, dos empréstimos na componente de médio e longo prazo e de 15,42%, na componente de curto prazo. Aprecia-se ainda referir o comportamento dos acordos de pagamento que no quadriénio obtiverem um decréscimo de 100%. Contribuiu negativamente para esta diminuição a subscrição do Fundo de Apoio Municipal (FAM), subscrição esta de carácter obrigatório imposta pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que para o Município traduziu-se no montante de 2.882.173,05€.
- Os Fundos Próprios aumentaram em 37,28% tendo sido o aumento das reservas e ajustamentos em 269,56%, relacionado com a inscrição da concessão do Europarque que mais contribuiu.

Quadro 39 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Percentagem

Descrição	2016	2015	2014	2013
Ativo				
Imobilizado	84%	85%	87%	89%
Circulante				
Existências	0%	0%	0%	0%
Dividas de terceiros - curto prazo	1%	2%	2%	1%
Disponibilidades	8%	6%	4%	2%
Acréscimos e Diferimentos	7%	7%	8%	8%
Total do Ativo	100%	100%	100%	100%
Fundos Próprios				
Património	27%	28%	31%	33%
Reservas e Ajustamentos	10%	10%	3%	3%
Resultados transitados	28%	24%	23%	19%
Resultados Líquidos	4%	4%	4%	5%
Total Fundos Próprios	69%	65%	60%	60%
Passivo				
Provisões para Riscos e Encargos	1%	1%	1%	0%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo				
Emprestimos	8%	11%	14%	17%
Acordos de Pagamento				1%
FAM + subvenções	1%	1%	1%	0%
Dívidas a terceiros - curto prazo				
Emprestimos MLP - componente a pagar a curto prazo	1%	1%	2%	
Outras dívidas	1%	1%	2%	2%
Acréscimos e Diferimentos	19%	20%	21%	18%
Total Passivo	31%	35%	40%	40%
Total dos Fundos Próprios + Passivo	100,00%	100%	100%	100%

Em síntese, o grau de dependência do Município de Santa Maria da Feira de capitais alheios exigíveis (sem acréscimos e diferimentos) para financiamento do ativo tem vindo a diminuir, sendo que passou de 21% em 2013 para 12% em 2016, e o peso do ativo nos fundos próprios aumentaram de 60% em 2013 para 69% em 2016.

Gráfico 23 – Estrutura e Evolução da Autarquia



Analisando a evolução e estrutura dos balanços, verifica-se que o ativo líquido aumentou 1,63% face ao ano anterior.

O Passivo Total para o mesmo período diminuiu no montante de 10.490.315,22€, sendo que esta diminuição corresponde a 9,53%.

Os Fundos Próprios registaram um aumento no montante de 15.593.280,26€ acompanhado pelo Resultado Líquido do Exercício no montante de 11.981.856,41€.

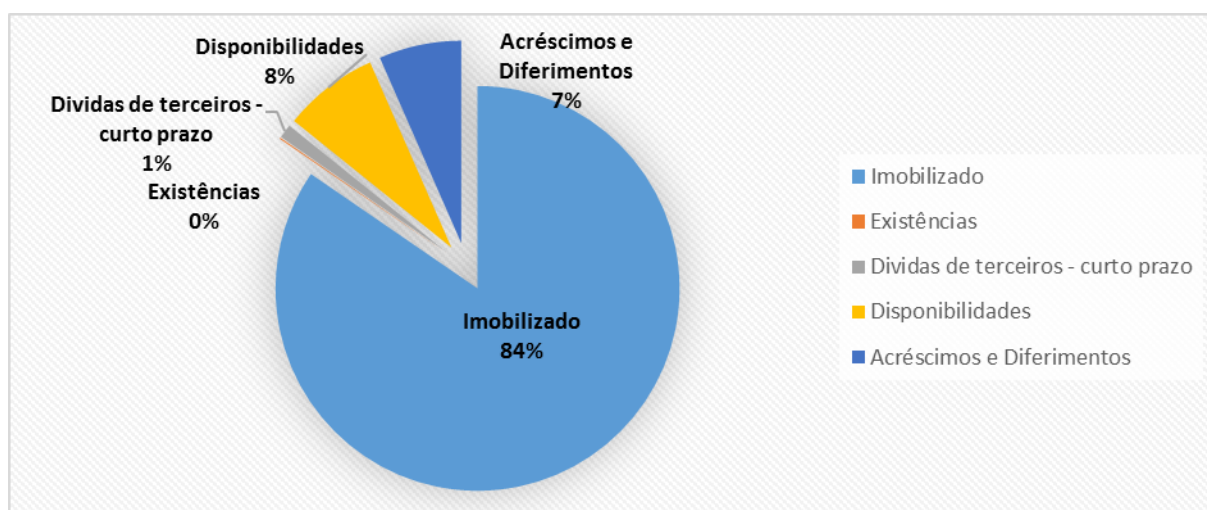
Ativo

Analisando em detalhe o Balanço do Município, à data de 31 de dezembro de 2016, extrai-se que o ativo líquido total atingiu o montante de 318.574.481,36€, ao qual corresponde em termos brutos a quantia de 410.670.859,45€.

Quadro 40 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia

Designação	2016	2015	2014	2013	Δ 2016/2013	Δ 2016/2015
Imobilizado	269.379.065,36 €	268.051.057,44 €	245.814.167,38 €	237.477.667,82 €	13,43%	0,50%
Existências	322.686,59 €	320.377,81 €	338.392,87 €	338.836,65 €	-4,77%	0,72%
Dívidas a terceiros curto prazo	3.537.740,14 €	5.703.580,84 €	4.840.463,72 €	3.300.524,34 €	7,19%	-37,97%
Disponibilidades	24.301.815,20 €	18.819.863,08 €	11.558.483,43 €	4.455.253,59 €	445,46%	29,13%
	297.541.307,29 €	292.894.879,17 €	262.551.507,40 €	245.572.282,40 €	21,16%	1,59%
Acréscimos e diferimentos						
Acréscimos de proveitos	21.033.174,07 €	20.576.437,23 €	21.304.617,05 €	21.818.274,12 €	-3,60%	2,22%
Custos diferidos	- €	199,92 €	3.372,01 €	4.444,59 €	-100,00%	-100,00%
Total Acréscimos e Diferimentos	21.033.174,07 €	20.576.637,15 €	21.307.989,06 €	21.822.718,71 €	-3,62%	2,22%
Total Ativo	318.574.481,36 €	313.471.516,32 €	283.859.496,46 €	267.395.001,11 €	10,43%	1,63%

Gráfico 24 – Estrutura do Ativo



A estrutura do ativo permanece idêntica ao do ano transato, com o imobilizado a deter o maior peso no ativo em 84%, seguido das disponibilidades em 8% e dos acréscimos e diferimentos em 7%.

Dando continuidade à análise do quadriénio, verificamos que em 2013 o imobilizado detinha 88,81%, seguido da rubrica acréscimos e diferimentos com 8,16%, as disponibilidades com 1,67%, dívidas a terceiros com 1,23% e por último com um valor residual as existências com 0,13%.

Em síntese, podemos aferir que o Imobilizado continua a deter o maior peso no Ativo, tendo sido invertido o peso dos Acréscimos e Diferimentos pelas Disponibilidades, em que esta última detém o segundo maior peso no Ativo.

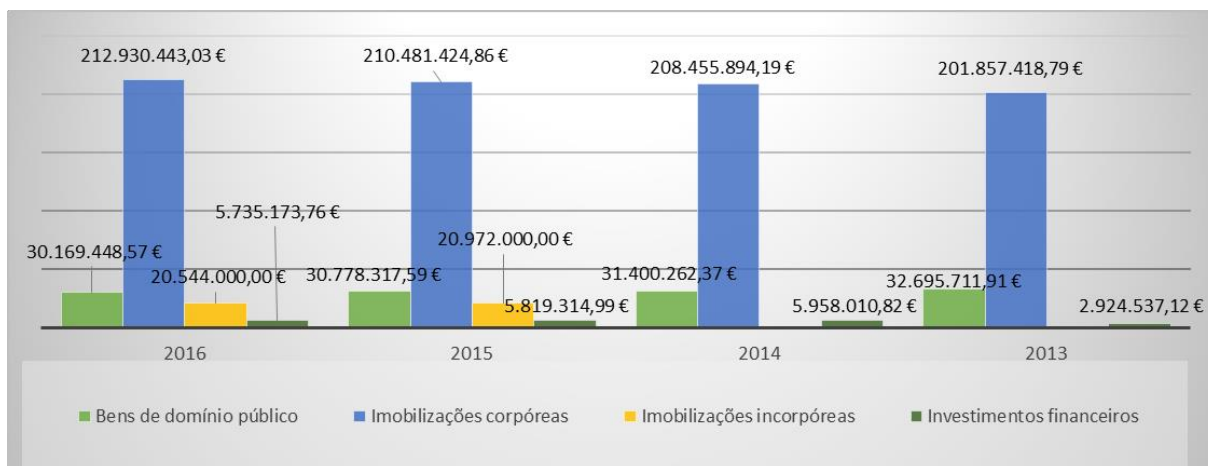
Imobilizado

A materialidade do ativo encontra-se centrada no Imobilizado.

Quadro 41 – Evolução do Imobilizado Líquido

	2016	2015	2014	2013	Δ 2016/2013	Δ 2016/2015
Bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais	3.912.967,33 €	2.995.999,91 €	2.619.071,11 €	2.114.234,79 €	85,08%	30,61%
Edifícios						
Outras construções e infra-estruturas	25.532.267,41 €	27.107.681,80 €	28.285.591,24 €	30.155.947,78 €	-15,33%	-5,81%
Bens do património histórico, artístico e cultural	182.878,38 €	182.878,38 €	182.878,38 €	182.878,38 €	0,00%	0,00%
Outros bens de domínio público	181.468,65 €	166.541,44 €	167.242,65 €	167.943,86 €	8,05%	8,96%
Imobilizações em curso	359.866,80 €	325.216,06 €	145.478,99 €	74.707,10 €	381,70%	10,65%
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	- €	- €	- €	- €		
Imobilizações incorpóreas						
Propriedade industrial e outros direitos	20.544.000,00 €	20.972.000,00 €				-2,04%
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	50.376.813,21 €	49.940.846,47 €	50.330.376,32 €	49.880.684,23 €	0,99%	0,87%
Edifícios e outras construções	134.411.008,66 €	134.524.777,01 €	123.211.625,98 €	125.495.985,68 €	7,10%	-0,08%
Equipamento básico	699.736,71 €	686.239,15 €	598.019,25 €	604.780,02 €	15,70%	1,97%
Equipamento de transporte	153.465,37 €	156.047,94 €	106.030,17 €	83.429,27 €	83,95%	-1,65%
Ferramentas e utensílios	115.148,12 €	55.661,82 €	22.640,12 €	32.494,96 €	254,36%	106,87%
Equipamento administrativo	317.725,57 €	328.549,27 €	389.670,08 €	486.875,50 €	-34,74%	-3,29%
Taras e vasilhame	- €	4.744,59 €	9.489,18 €	4.103,58 €	-100,00%	-100,00%
Outras imobilizações corpóreas	1.661.399,33 €	1.767.163,47 €	1.513.283,87 €	1.655.101,28 €	0,38%	-5,98%
Imobilizações em curso	25.175.598,70 €	22.899.192,77 €	32.156.556,85 €	23.495.761,90 €	7,15%	9,94%
Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	19.547,36 €	118.202,37 €	118.202,37 €	118.202,37 €	-83,46%	-83,46%
Investimentos financeiros						
Partes de capital	2.852.989,73 €	2.937.140,94 €	3.075.837,77 €	2.924.537,12 €	-2,45%	-2,87%
Obrigações e títulos de participação	2.882.174,05 €	2.882.174,05 €	2.882.173,05 €	- €		0,00%
Outras aplicações financeira	9,98 €	- €				
Total	269.379.065,36 €	268.051.057,44 €	245.814.167,38 €	237.477.667,82 €	13,43%	0,50%

Gráfico 25 – Evolução do Imobilizado Líquido



O Município de Santa Maria da Feira terminou o ano de 2016 com um ativo líquido valorizado em 318.574.481,36€, dos quais 269.379.065,36€, ou seja 84,56%, dizem respeito a ativos de imobilizado fixo.

O imobilizado continua a deter um peso bastante significativo no ativo líquido total, que reflete a ação do Município ao nível da política de investimento definida e da forte aposta no investimento municipal como condição essencial.

No Imobilizado, o predomínio continua a recair sobre o imobilizado fixo de natureza corpórea que compreende o expressivo valor de 212.930.443,03€ seguido dos bens de domínio público que ascendem a 30.169.448,57€.

Comparativamente a 2015, a componente Imobilizações Corpóreas teve um aumento de 2.449.018,17€ devido especialmente a obras que finalizaram no ano em apreço, mas se compararmos com 2013 o aumento fixa-se em 11.073.024,24€.

Os Investimentos Financeiros apresentam uma diminuição de 84.141,23€ comparativamente ao ano transato, devido essencialmente à dissolução da empresa FeiraPark, que teve um impacto no ativo de 75.000,00€, e à adoção do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), o qual determina o ajustamento dos investimentos financeiros face às variações ocorridas nos capitais próprios das participadas. Sendo que, a participação mais valorizada foi da empresa Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto.

No quadro seguinte, pode identificar-se as participações do Município superiores ou iguais a 20% e os seus respetivos ajustamentos.

Quadro 42 – Investimentos Financeiros

Entidades Participadas	% Capital detido	Custo de aquisição ¹	Valor ajustado 2012	Valor ajustado 2013	Valor ajustado em 2014	Valor ajustado em 2015	Valor ajustado em 2016
Empresa Municipal Feira Viva	100%	942 230,83 €	1 218 581,88 €	1 147 947,55 €	1 270 889,09 €	1 126 608,05 €	1 110 442,27 €
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	50%	334 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	20%	30 000,00 €	15 863,85 €	15 564,33 €	29 987,67 €	35 574,91 €	42 589,48 €

¹Este valor inclui prestações suplementares

De seguida, proceder-se-á a uma análise mais desenvolvida do Imobilizado, aludindo numa primeira fase aos bens móveis, seguida dos bens imóveis.

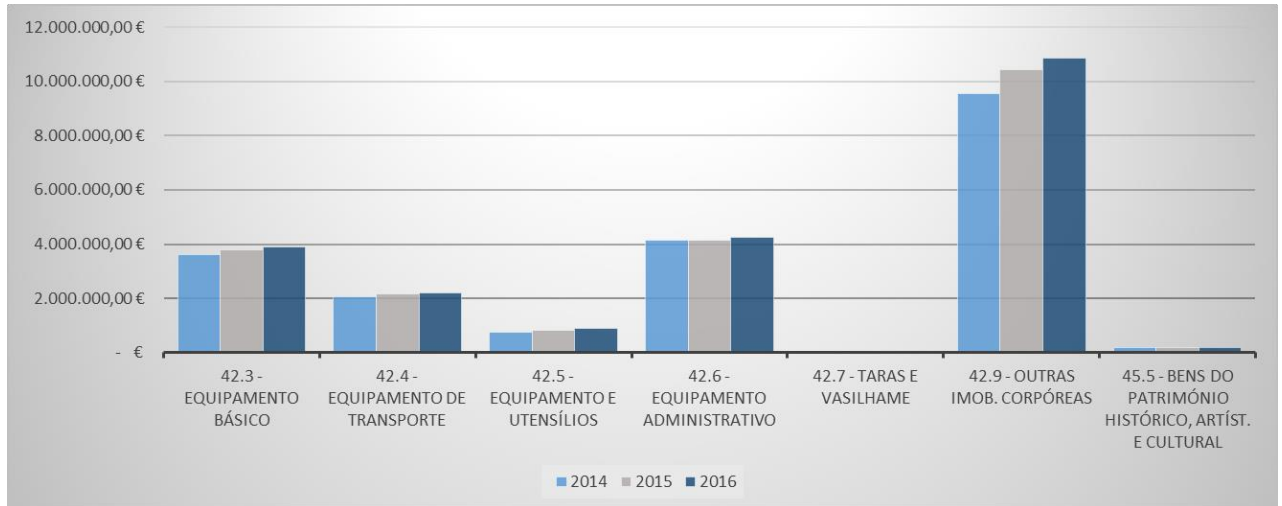
Bens Móveis

No exercício de 2016 verificou-se um aumento no Ativo Bruto no valor de 698.050,46€ referente a novas aquisições, grandes reparações ou beneficiações e doações.

Quadro 43 – Composição Ativo Bruto – Bens Móveis

	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
42.3 - Equipamento Básico				
Básico	3.622.599,63 €	3.804.353,33 €	3.881.726,26 €	2,03%
42.4 - Equipamento de Transporte				
Transporte	2.069.949,19 €	2.163.700,38 €	2.192.228,94 €	1,32%
42.5 - Equipamento e Utensílios				
Utensílios	759.975,37 €	808.205,09 €	894.245,40 €	10,65%
42.6 - Equipamento Administrativo				
Administrativo	4.152.479,00 €	4.155.304,91 €	4.240.394,15 €	2,05%
42.7 - Taras e Vasilhame				
Vasilhame	35.718,23 €	35.718,23 €	35.718,23 €	0,00%
42.9 - Outras Imob. Corpóreas				
Corpóreas	9.552.074,45 €	10.425.000,29 €	10.846.019,71 €	4,04%
45.5 - Bens do Património histórico, artíst. e cultural				
Património histórico, artíst. e cultural	182.878,38 €	182.878,38 €	182.878,38 €	0,00%
TOTAL	20.375.674,25 €	21.575.160,61 €	22.273.211,07 €	3,24%

Gráfico 26 – Evolução do Ativo Bruto – Bens Móveis



A conta **42.5 – Ferramentas e Utensílios**, destaca-se pela aquisição de um estilhador bem como equipamentos e materiais utilizados em construção;

Quadro 44 – Ferramentas e Utensílios

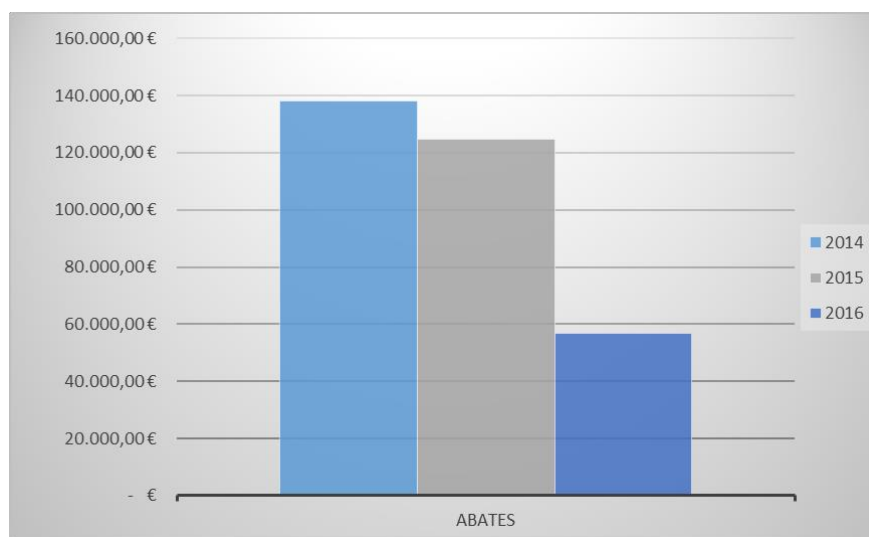
Ferramentas e Utensílios	2014	2015	2016
Valor Imobilizado	759.975,37 €	808.205,09 €	894.245,40 €
Aumento Relativo ao Ano Anterior	—	5,97%	10,65%

Durante o exercício de 2016, verificou-se uma diminuição do Ativo Bruto no total de 56.761,48€ referente a abates.

Quadro 45 – Diminuição Bens Móveis

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições		Saldo Final
			Alienações	Transf. E Abates	
42.3 - Equipamento Básico	3.804.353,33 €	82.203,83 €	- €	4.830,90 €	3.881.726,26 €
42.4 - Equipamento de Transporte	2.163.700,38 €	28.528,56 €	- €	- €	2.192.228,94 €
42.5 - Equipamento e Utensílios	808.205,09 €	88.953,89 €		2.913,58 €	894.245,40 €
42.6 - Equipamento Administrativo	4.155.304,91 €	98.393,87 €	- €	13.304,63 €	4.240.394,15 €
42.7 - Taras e Vasilhame	35.718,23 €	- €	- €	- €	35.718,23 €
42.9 - Outras Imob. Corpóreas	10.425.000,29 €	456.731,79 €	- €	35.712,37 €	10.846.019,71 €
45.5 - Bens do Património histórico, artíst. E cultural	182.878,38 €	- €	- €	- €	182.878,38 €
TOTAL	21.575.160,61 €	754.811,94 €	- €	56.761,48 €	22.273.211,07 €

Gráfico 27 – Abates



Verifica-se que o número de bens abatidos durante o ano 2016 deve-se principalmente a bens que estavam em mau estado de conservação, que não compensava a sua recuperação e material que se encontrava obsoleto.

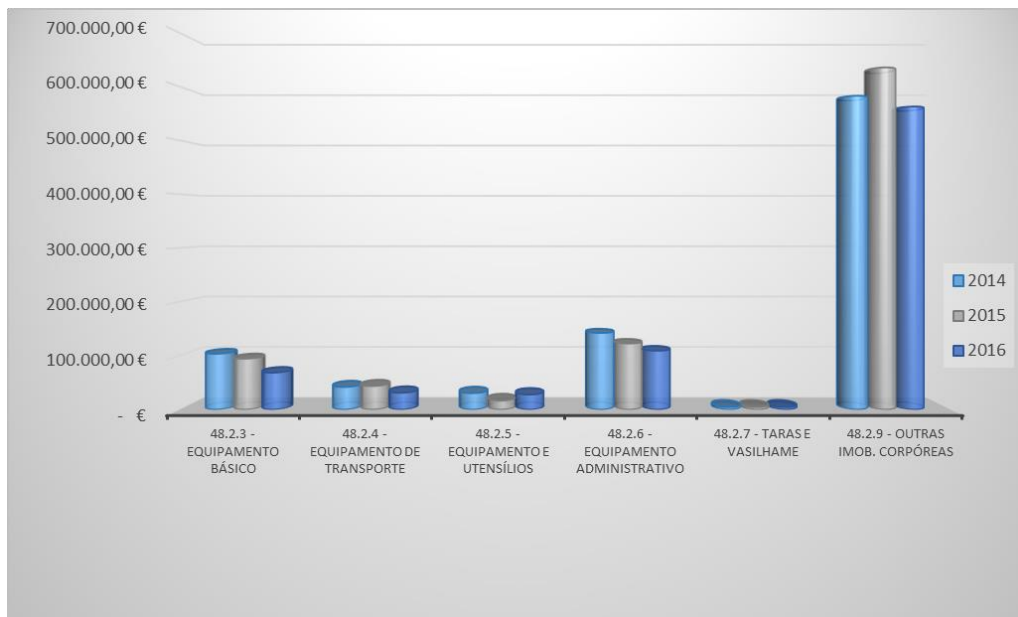
No exercício de 2016, verificou-se um aumento das amortizações nas rubricas 48.2.5, como se pode atestar na tabela e no gráfico a seguir apresentados.



Quadro 46 – Amortizações do Exercício

	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
48.2.3 - Equipamento Básico	103.542,27 €	94.398,18 €	68.474,36 €	-27,46%
48.2.4 - Equipamento de Transporte	41.915,27 €	43.733,42 €	31.111,13 €	-28,86%
48.2.5 - Equipamento e Utensílios	30.479,13 €	16.856,71 €	27.770,19 €	64,74%
48.2.6 - Equipamento Administrativo	142.201,35 €	122.677,09 €	109.188,24 €	-11,00%
48.2.7 - Taras e Vasilhame	4.744,60 €	4.744,59 €	4.744,59 €	0,00%
48.2.9 - Outras Imob. Corpóreas	582.450,31 €	635.145,96 €	562.495,93 €	-11,44%
TOTAL	905.332,93 €	917.555,95 €	803.784,44 €	-12,40%

Gráfico 28 – Amortizações do Exercício



BENS IMÓVEIS

O valor dos imóveis corresponde a 78,90% do imobilizado em 2016, refletido no mapa do Ativo Bruto, o qual resulta de um acréscimo na conta **45.1 – Terrenos e Recursos Naturais**, em 30,61% e na conta **45.9 – Outros Bens de Domínio Público**, em 8,99% em relação ao ano 2015.

Quadro 47 – Ativo Bruto – Bens Imóveis

	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
42.1 - Terrenos e recursos naturais	50.330.376,32 €	49.940.846,47 €	50.376.813,21 €	0,87%
42.2 - Edifícios e outras construções	150.932.315,96 €	165.690.205,38 €	168.952.479,48 €	1,97%
45.1 - Terrenos e recursos naturais	2.619.071,11 €	2.995.999,91 €	3.912.967,33 €	30,61%
45.3 - Outras construções e infraestruturas	54.591.164,87 €	56.205.938,55 €	57.497.479,69 €	2,30%
45.9 - Outros bens de domínio público	173.852,94 €	173.852,94 €	189.481,36 €	8,99%
TOTAL	258.646.781,20 €	275.006.843,25 €	280.929.221,07 €	2,15%

Gráfico 29 – Evolução Ativo Bruto – Bens Imóveis

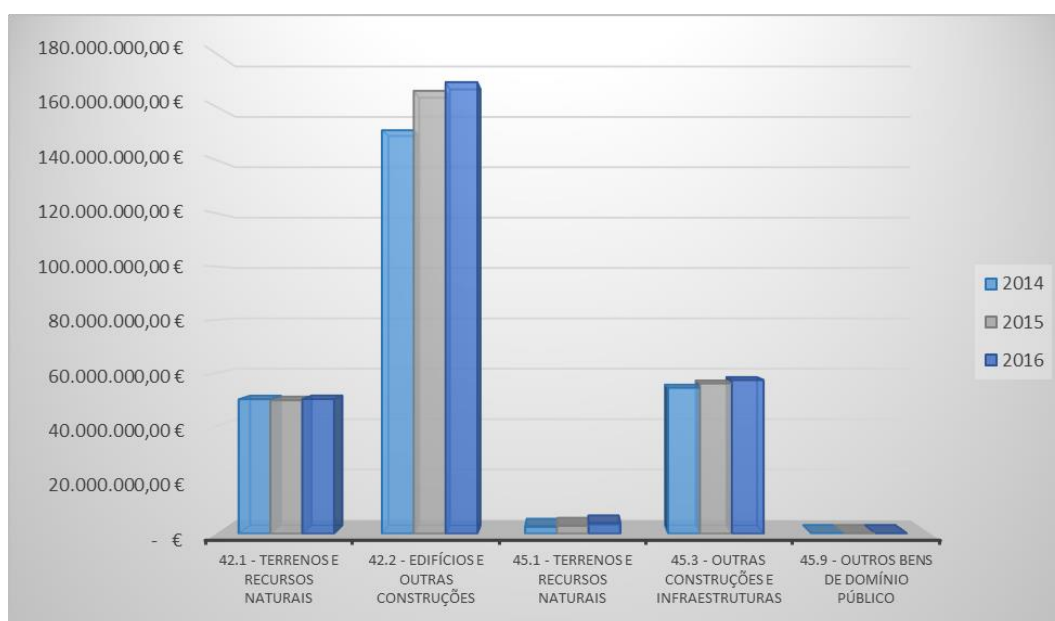
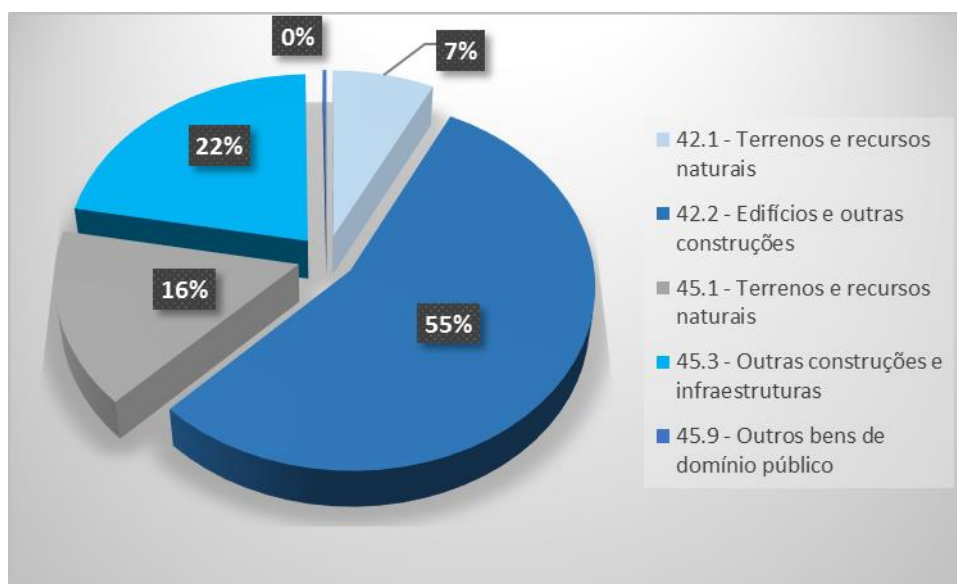


Gráfico 30 – Distribuição do Aumento 2015-2016



Através do gráfico acima representado verifica-se que as rubricas que registam um maior aumento são:

Conta 45.1 - Terrenos e recursos naturais, o aumento deve-se ao facto da inventariação de parcelas de terreno para Domínio Público, no valor de 932.847,22€, como de pode verificar no quadro abaixo. Contudo, no decorrer de 2016, foram desafetadas parcelas de domínio público para domínio privado, no montante global de 15.879,80€.

**Quadro 48 – Terrenos e Recursos Naturais**

Nr. Inv.	Designação	Valor (a)
64839	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	7.970,00 €
64842/ 64843	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	280,00 €
64844/ 64845	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	460,00 €
64846/ 64847	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	834,00 €
64849	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	485,00 €
64850	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	490,00 €
64851	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	490,00 €
64852	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	240,00 €
64853	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.160,00 €
64854	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	140,00 €
64855	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	110,00 €
64856	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	138,75 €
64857	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	350,00 €
64858	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	9.400,00 €
64859	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	45,00 €
64860	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	115,00 €
64866	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2.380,00 €
64867	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	770,00 €
64868	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.325,00 €
64869	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	315,00 €
64870	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	240,00 €
64871	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	330,00 €
64872	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	170,00 €
64876	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	320,00 €
64877	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	34.080,50 €
64882	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	170,00 €
64883	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	128.090,00 €
64884	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	5.475,00 €
64885	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	22.325,00 €
64886/64887/64888	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	40.405,00 €
64889/64890	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	121.750,00 €
64891	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	575,00 €
64893	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2.475,00 €
64894/64895	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	900,00 €
64896/64897	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2.582,50 €
64899/64900-64901	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	55.990,00 €
64902/64903	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.262,50 €
64904/64905/64906	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	151.870,00 €
64907	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.195,00 €
64908	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	595,00 €
64909	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	23.150,00 €
64910/64911	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	19.460,00 €
64912	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.325,00 €
64913	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	655,00 €
64915	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	450,00 €
64916	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	210,00 €
64917	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	730,00 €
64918	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2.675,00 €
64920	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	8.160,00 €
64923	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	40,00 €
64924	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	50,00 €
64925	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	775,00 €
64926	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	185,00 €
64927	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	210,00 €



Nr. Inv.	Designação	Valor (a)
64928	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	240,00 €
64929	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	370,00 €
64930	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	910,00 €
64931	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	410,00 €
64932	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	920,00 €
64933	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	875,00 €
64934	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	8.570,00 €
64935	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.010,00 €
64936	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	305,00 €
64937/64938	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	25.325,00 €
64940	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	710,00 €
64941	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	245,00 €
64942	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	590,00 €
64943	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	155,00 €
64944	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.245,00 €
64945	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	165,00 €
64946	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2.725,00 €
64947	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.565,00 €
64948	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	475,00 €
64949	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	205,00 €
64950	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.765,00 €
64951/64952	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	5.925,00 €
64954/64955/64956	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	78.890,00 €
64963	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	335,00 €
64964	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.190,00 €
64965	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	540,00 €
64966	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	423,50 €
64967	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.945,00 €
64968	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	64,00 €
64969	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	425,00 €
35667	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	11.396,22 €
64854	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2.138,35 €
64844	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	547,93 €
64845	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	547,94 €
64846	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2.472,04 €
64847	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2.472,04 €
64868	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	4.931,79 €
64851	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	3.154,58 €
64852	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	3.154,58 €
64853	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	3.154,58 €
64870	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.557,12 €
64893	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	3.126,55 €
64948	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.128,17 €
64949	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.128,17 €
64882	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.052,75 €
64915	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2.805,47 €
64917	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	3.576,92 €
64869	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	5.582,46 €
64891	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2.500,90 €
64892	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2.500,90 €
64810	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	5.828,87 €
64846	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2.840,72 €
64847	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2.840,72 €
64871	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	3.625,51 €
64867	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	3.297,75 €
64907	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	5.820,65 €
64718	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	3.010,91 €
64934	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	3.981,30 €
64858	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	20.634,99 €
64876	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1.950,21 €
64974	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	25.195,38 €
TOTAL.....		932.847,22 €

Conta 45.3 – Outras Construções e Infraestruturas, teve um aumento devido ao facto da inventariação de empreitadas que se encontravam em imobilizado em curso, como se pode verificar no quadro abaixo.

Quadro 49 – Outras Construções e Infraestruturas

Nr. Inv.	Descrição Obra	Valor	Classificação
62858	REPARAÇÃO DA REDE DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA CHÃO D'ÁGUA - MOZELOS	11.911,05 €	45.3
62947	RUA DAS CRUZES - ARGONCILHE	9.239,57 €	
TOTAL CONTA 45.3		21.150,62 €	

Na **conta 42.2 – Edifícios e outras construções**, verifica-se um aumento na inventariação de empreitadas do imobilizado em curso para o corpóreo, sendo as mais relevantes as que se encontram elencadas no quadro abaixo.

Quadro 50 – Edifícios e Outras Construções

Nr. Inv.	Descrição Obra	Valor	Classificação
62856	CONSTRUÇÃO REDE DRENAGEM DOMESTICA NA EB 2/3 ARRIFANA	16.261,29 €	42.2.2.12
62905	CONSTRUÇÃO PAVILHAO DESPORTIVO FIAES - 1ªFASE E 2ª FASE	2.028.352,47 €	42.2.1.03
35058/35069/ 35114/35209	SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURAS E TETOS EM FIBROCIMENTO CONTENDO PARTÍCULAS DE AMIANTO - EM ESCOLAS DO CONCELHO - TRAVANCA, FORNOS, RIO MEÃO E LOBÃO	41.486,09 €	42.2.1.06
35054/ 35060/ 35114	SUBSTITUIÇÃO COBERTURAS EM FIBROCIMENTO CONTENDO PARTICULAS DE AMIANTO ESTABELECIMENTOS EDUCAÇÃO DO EB E PRE-ESCOLAR.	59.635,96 €	42.2.1.06
62855	POLIDESPORTIVO-ARGONCILHE	32.067,55 €	42.2.1.03
TOTAL CONTA 42.2		2.177.803,36 €	

As obras terminadas por inventariar têm vindo a diminuir e são referentes a obras que se encontravam em curso.

À presente data encontra-se concluída por inventariar a ETAR de Fiães, com o valor de 3.494.322,84€. Esta situação deve-se à contestação realizada pelo primeiro empreiteiro, não tendo havido até à presente data auto de receção provisório.

As diminuições ao inventário dizem respeito a alienações, transferências e abates, representando um valor bruto total de 980.419,98€.

Quadro 51 – Diminuições de Imóveis

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições		Saldo Final
			Alienações	Transf. E Abates	
42.1 - Terrenos e recursos naturais	49.940.846,47 €	968.791,63 €	68.013,77 €	464.811,12 €	50.376.813,21 €
42.2 - Edifícios e outras construções	165.690.205,38 €	3.693.989,39 €	- €	431.715,29 €	168.952.479,48 €
45.1 - Terrenos e recursos naturais	2.995.999,91 €	932.847,22 €	- €	15.879,80 €	3.912.967,33 €
45.3 - Outras construções e infraestruturas	56.205.938,55 €	1.291.541,14 €	- €	- €	57.497.479,69 €
45.9 - Outros bens de domínio público	173.852,94 €	15.628,42 €	- €	- €	189.481,36 €
TOTAL	275.006.843,25 €	6.902.797,80 €	68.013,77 €	912.406,21 €	280.929.221,07 €

Quadro 52 – Abates – Bens Imóveis

Nr. Inv.	Classificação Patrimonial	Descrição	Data de Abate	Descrição	Documento Abate	Valor Patrimonial Atual
32604	42.1	PARCELA TERRENO	42735	12 Venda Terrenos	34 - A	837,98 €
41090	42.1	PREDIO RUSTICO-HABITAÇÃO SOCIAL	42590	10 Outros	19 - A	119.711,50 €
41091	42.1	PREDIO RUSTICO-HABITAÇÃO SOCIAL	42590	10 Outros	19 - A	79.807,66 €
41182	42.1	PREDIO RUSTICO-Z.I.R.MEAO/P.BRANDAO-PARC.48	42495	12 Venda Terrenos	3 - A	3.094,67 €
64373	42.1	PARCELA TERRENO-URBANIZAÇÃO OUTEIRINHO-LOTE 1	42541	10 Outros	12 - A	26.528,88 €
64382	42.1	PARCELA TERRENO-URBANIZAÇÃO OUTEIRINHO-LOTE 77	42521	13 Permuta	8 - A	22.358,13 €
64383	42.1	PARCELA TERRENO-URBANIZAÇÃO OUTEIRINHO-LOTE 78	42521	13 Permuta	8 - A	22.482,63 €
64439	42.1	PARCELA TERRENO-Z.I.R.MEAO/P.BRANDAO-MOD.139	42500	12 Venda Terrenos	4 - A	1.634,80 €
64441	42.1	PARCELA TERRENO-Z.I.R.MEAO/P.BRANDAO-MOD.141	42500	12 Venda Terrenos	5 - A	1.688,40 €
64625	42.1	PREDIO URBANO-OUTEIRINHO-LOTE 1	42521	13 Permuta	8 - A	1.472,28 €
64626	42.1	PREDIO URBANO-OUTEIRINHO-LOTE 2	42521	13 Permuta	8 - A	2.109,88 €
64840	42.1	PARCELA TERRENO-DESAFETAÇÃO DOMINIO PUBLICO	42495	12 Venda Terrenos	1 - A	735,00 €
64881	42.1	PARCELA TERRENO-DOMINIO PRIVADO	42591	12 Venda Terrenos	15 - A	10.545,00 €
64957	42.1	PARCELA TERRENO-DESAFETAÇÃO DOMINIO PUBLICO	42735	12 Venda Terrenos	35 - A	1.055,00 €
TOTAL						294.061,81 €

Imobilizado em Curso

O total das imobilizações em curso é o que consta no Balanço e que perfaz o total de 25.175.598,70€, que reflete as obras que foram contabilizadas na 44 – imobilizações em curso e que ainda não tiveram o seu término, ou ainda não se obteve o auto de receção provisório.

Quadro 53 – 44.2.1 – Terrenos e Recursos Naturais

Identificação do Projeto		Valor
Número	Designação	
397/2012	TERRENOS OBJETO DE CONTRATOS FUTUROS	345.758,20 €
TOTAL		345.758,20 €

**Quadro 54 – 44.2.2.1.03 – Instalações Desportivas e Recreativas**

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
13/2011	CONSTRUÇÃO PAVILHAO DESPORTIVO DE MOZELOS		166.479,17 €
149/2012	PAVILHAO DESPORTIVO S.JOAO VER		1.214.253,24 €
15/2016	REABILITAÇÃO DE SALAS DE APOIO CCTAR CAIXA ARTES		142.010,50 €
5/2016	CONSTRUÇÃO DE SALAS DE APOIO AO PAVILHÃO DESPORTIVO - S. JOÃO DE VER		158.576,01 €
TOTAL			1.681.318,92 €

Quadro 55 – 44.2.2.1.06 – Escolas

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
151/2012	DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO MURO VEDAÇÃO EB1 MATA-PAÇOS BRANDAO		13.235,00 €
155/2012	CENTRO ESCOLAR ARRIFANA		32.945,00 €
2/2011	CENTRO ESCOLAR VALE		10.201,92 €
31/2012	CENTRO ESCOLAR FORNOS		17.113,94 €
98/2012	CONSTRUÇÃO EB 2,3 SANTA MARIA FEIRA E PAVILHAO DESPORTIVO		6.313.892,96 €
CONT.160/2009	REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO EB 2/3 PAÇOS BRANDAO		3.550.888,34 €
14/2016	REFORMULAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ESPECIAIS EM 24 JARDINS INFANCIA SANTA MARIA DA FEIRA		147.255,20 €
16/2016	CONSTRUÇÃO DE COBERTOS-CENTRO ESCOLAR MURADO-MOZELOS		26.571,50 €
31/2016	ESCOLA SECUNDARIA COELHO E CASTRO		107.963,25 €
33/2016	CENTRO ESCOLAR FEIRA		7.687,51 €
TOTAL			10.227.754,62 €

Quadro 56 – 44.2.2.1.08.01 – Comissão de Proteção Menores

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
28/2015	ADAPTAÇÃO INSTALAÇÕES COMISSAO PROTEÇÃO MENORES		50.045,21 €
TOTAL			50.045,21 €

**Quadro 57 – 44.2.2.1.08.02 – Europarque**

Identificação do Projeto		Valor
Número	Designação	
18/2016	REABILITAÇÃO DE COBERTURAS, RESTAURO E PINTURAS GERAIS EXTERIORES NO EDIFÍCIO DO LAGO E PRINCIPAL - EUROPARQUE	74.616,25 €
25/2016	REABILITAÇÃO DO COMPLEXO EUROPARQUE	34.440,00 €
TOTAL		109.056,25 €

Quadro 58 – 44.2.2.1.08.99 – Outros

Identificação do Projeto		Valor
Número	Designação	
387/2012	RESTAURO E AMPLIAÇÃO UNIDADE SAUDE RIO MEAO	40.918,47 €
32/2016	AMPLIAÇÃO DA USF DE RIO MEAO	6.088,50 €
TOTAL		47.006,97 €

Quadro 59 – 44.2.2.1.99 – Outros

Identificação do Projeto		Valor
Número	Designação	
17/2011	DEMOLIÇÃO DE INSTALAÇÕES	18.381,00 €
20/2011	REPARAÇÃO TANQUE PÚBLICO-RUA SALGUEIRINHA-SANTA MARIA LAMAS	5.024,14 €
388/2012	FONTENÁRIO E ESCULTURA	5.638,19 €
TOTAL		29.043,33 €

**Quadro 60 – 44.2.2.2.01 – Viadutos, arruamentos e Obras Complementares**

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
221/2012	CONSTRUÇÃO OBRAS ARTE CORRENTES-NOGUEIRA REGEDOURA		36.512,00 €
5/2011	ARRUAMENTO ACESSO CENTRO ESCOLAR MURADO-MOZELOS		287.237,61 €
6/2011	ARRUAMENTO ACESSO CENTRO SOCIAL MOZELOS		105.834,67 €
15/2015	CONSTRUÇÃO INFRAESTRUTURAS EM CASALDAÇA/GANDARA - GUISANDE		181.236,99 €
19/2015	ALARGAMENTO DE ARRUAMENTO-RUA DAS PEDREIRAS E TRAVESSA DAS PEDREIRAS-LOUROSA		85.132,38 €
23/2015	REQUALIFICAÇÃO RUA CARLOS MARTINS - MOZELOS		27.192,03 €
27/2015	ARRUAMENTO DE ACESSO AO CAIS DE PORTO CARVOEIRO		17.835,00 €
29/2015	RECONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE DE ARRUAMENTO MUNICIPAL, EM ELEMENTOS PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO, NA RUA DE PORTO JUNCO, AO ENTRONCAMENTO C/ A RUA PRINCIPAL, FREGUESIA DE S. M. DO SOUTO		12.559,67 €
2/2016	REQUALIFICAÇÃO DE PASSEIOS - RUA JOÃO PAULO II - LOUROSA		120.092,62 €
6/2016	CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE - TRAVESSA DO ALTO DO EITEIRO - LOUROSA		11.536,83 €
9/2016	CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE ESTACIONAMENTO DE APOIO ÀS PEDREIRAS - LOUROSA		157.935,76 €
TOTAL			1.043.105,56 €

Quadro 61 – 44.2.2.2.03 – Iluminação Pública

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
18/2015	EFICIENCIA ENERGETICA NA ILUMINAÇÃO PUBLICA		955.857,46 €
TOTAL			955.857,46 €

Quadro 62 – 44.2.2.2.04 – Parques e Jardins

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
10/2011	RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS PEDREIRAS ABANDONADAS DE LOUROSA		1.685.528,02 €
55/2013	REQUALIFICAÇÃO DAS PEDREIRAS DAS PENAS - SANTA MARIA FEIRA		838.711,63 €
35/2016	REQUALIFICAÇÃO DA QUINTA DO CASTELO		14.760,00 €
TOTAL			2.538.999,65 €

Quadro 63 – 44.2.2.2.05 – Instalações Desportivas e Recreativas

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
11/2013	CAMPO FUTEBOL VILAMAI ORENSE-VILA MAIOR		5.917,28 €
12/2013	BALNEARIOS CAMPO TREINOS-CANEDO		62.986,47 €
13/2013	CAMPO TREINOS-CANEDO		63.820,12 €
14/2013	SANITARIO PUBLICO-ARRIFANA		2.697,01 €
15/2013	SANITARIOS PUBLICOS EM REBORDELO-CANEDO		23.409,33 €
16/2013	POLIDESPORTIVO DE VILARES-CANEDO		20.017,08 €
17/2013	CAMPO TREINOS-FIAES		21.091,52 €
18/2013	CAMPO TREINOS-RIO MEAO		19.804,33 €
20/2013	CAMPO TREINOS-TRAVANCA		49.007,16 €
21/2013	CAMPO FUTEBOL-S.JOAO DE VER		22.458,10 €
22/2013	CAMPO TREINOS-SANTA MARIA LAMAS		15.414,42 €
23/2013	BALNEARIOS CAMPO DE TREINOS-LOUROSA		4.899,82 €
24/2013	CAMPO TREINOS EM LOUROSA		26.514,74 €
25/2013	PARQUE JOGOS DO VALE		25.537,06 €
26/2013	CAMPO TREINOS DO ARRIFANENSE		663,59 €
27/2013	PARQUE JOGOS M ^a CAROLINA LEITE-ARRIFANA		1.515,00 €
28/2013	CAMPO DE FUTEBOL-ESCAPAES		1.078,74 €
29/2013	PAVILHAO MUNICIPAL-LOUROSA		10.234,09 €
30/2013	PISTA ATLETISMO DE LOUROSA		54.905,86 €
31/2013	PISCINA DE LOUROSA-HALL ENTRADA		18.596,20 €
32/2013	QUADRO ELECTRICO DIV.SANEAMENTO		5.774,36 €
33/2013	REMODELAÇÃO EB1 ORDONHE		6.049,16 €
34/2013	PISTA DE AQUECIMENTO-LOUROSA		129.926,88 €
35/2013	BALNEARIOS DO MILHEIROENSE		15.707,40 €
36/2013	PARQUE DESPORTIVO SANFINS		7.713,66 €
37/2013	CAMPO JOGOS MILHEIROS POIARES		20.632,75 €
38/2013	ALARGAMENTO VIA PUBLICA NA RUA S.CRISTOVAO-SANGUEDO		5.110,92 €
39/2013	ZONA DESPORTIVA DE FIAES		55.836,74 €
40/2013	CAMPO TREINOS GRUPO DESPORTIVO DE PAÇOS DE BRANDAO-TERRAPLANAGENS		47.343,78 €
41/2013	CAMPO FUTEBOL POUSEDELA		4.580,00 €
42/2013	PARQUE DESPORTIVO POUSEDELA-NOGUEIRA REGEDOURA		1.006,02 €
44/2013	CONSTRUÇÃO COMPLEXO DESPORTIVO E AMPLIAÇÃO DAS PISCINAS FIAES		156.595,64 €
TOTAL			906.845,23 €

**Quadro 64 – 44.2.2.2.07 – Viação Rural**

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
12/2014	TRABALHOS REALIZADOS DE CALCETEIRO-RUA DE ACESSO AO CASTELO		4.704,75 €
12/2015	PAVIMENTAÇÃO BETAO BETUMINOSO-ARRUAMENTOS CONCELHO 1ª FASE		791.904,22 €
24/2015	REQUALIFICAÇÃO RUAS DR.CANDIDO PINHO, ANTONIO MARTINS SORES LEITE E OLIVAL E AV.5 DE OUTUBRO E MONUMENTO		254.648,94 €
25/2015	PAVIMENTAÇÃO TRAVESSA DO RANZAL - 2ªFASE - S.JOAO DE VER		52.086,13 €
3/2016	ARRUAMENTO DE ACESSO AO CENTRO ESCOLAR DE CANEDO		19.682,98 €
7/2016	PAVIMENTAÇÃO, EM BETÃO BETUMINOSO, DA RUA DO OLIVAL - S. JOÃO DE VER E RUA DO CALVÁRIO - SANTA MARIA DA FEIRA		116.309,40 €
30/2016	REQUALIFICAÇÃO DE CRUZAMENTO NA AV DR FRANCISCO SA CARNEIRO S.J.VER		14.660,86 €
11/2016	PAVIMENTAÇÃO, EM BETÃO BETUMINOSO, DE ARRUAMENTOS EM PICALHOS - SANTA MARIA DA FEIRA		126.417,19 €
20/2016	PAVIMENTAÇÃO EM BETAO BETUMINOSO DE ARRUAMENTOS DO CONCELHO-2ª FASE		511.496,65 €
23/2016	REQUALIFICAÇÃO DO PAVIMENTO DA RUA DA AGRELA DE BAIXO - SANGUEDO		20.668,94 €
27/2016	REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS RODOVIARIOS DA EN326 P. BRANDÃO /ESPARGO		14.230,39 €
28/2016	REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS DE BETÃO BETUMINOSO NAS RUAS DO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA		34.883,65 €
29/2016	PAVIMENTAÇÃO, EM BETÃO BETUMINOSO, DAS RUAS NACIONAL E TRAVANCA - SANTA MARIA DA FEIRA		143.449,85 €
TOTAL			2.105.143,95 €

Quadro 65 – 44.2.2.2.08 – Sinalização e Trânsito

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
391/2012	SEMAFOROS		2.741,56 €
TOTAL			2.741,56 €

Quadro 66 – 44.2.2.2.12.01 – Redes de Abastecimento de Água

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
15/2011	EXECUÇÃO REDE DE AGUA E SANEAMENTO - FEIRA PARK		106.652,69 €
152/2012	RESERVATORIO R53-MOSTEIRO		6.892,88 €
153/2012	RESERVATORIO R39-VALE		6.892,87 €
3/2014	CONSTRUÇÃO ADUTORA R48.2 E/OU R48.3 - REDE BAIXA DA CIDADE DA FEIRA		426.916,71 €
10/2016	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELETROMECÂNICO PARA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA EM MOZELOS		27.613,00 €
19/2016	FUNDAÇÃO PARA ROTUNDA EN109-4 FORNOS		1.113,15 €
TOTAL			576.081,30 €

**Quadro 67 – 44.2.2.2.12.02 – Redes de Saneamento e Esgotos**

Número	Identificação do Projeto Designação	Valor
154/2012	INTERCEPTOR RIO MEAO	47.146,44 €
18/2011	CONSTRUÇÃO REDE DRENAGEM AGUAS PLUVIAIS - RUA 13 AGOSTO - S.MIGUEL SOUTO	14.049,63 €
4/2011	CONSTRUÇÃO REDE DRENAGEM PLUVIAL RUA S.MARTINHO- ARGONCILHE	104.258,49 €
99/2012	CONSTRUÇÃO VIA ACESSO AO PEC	61.248,92 €
CONT.51/2006	CONSTRUÇÃO ETAR FIAES	3.539.330,44 €
CONT.83/2007	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DO LOTEAMENTO REGATO - FIAES	121.812,76 €
CONT.90/2010	REPERFILAMENTO DO INTERCEPTOR DO CASTER-SANTA MARIA FEIRA	104.257,99 €
CONT.99/2010	REABILITAÇÃO EMISSARIO RIOMAIOR - SANTA MARIA LAMAS	57.899,19 €
1/2013	CONSTRUÇÃO COLETOR DRENAGEM AV.BELCHIOR CARDOSO DA COSTA	14.144,37 €
3/2013	CONSTRUÇÃO REDE DRENAGEM PLUVIAL-LUGAR OUTEIRO-SANTA MARIA LAMAS	15.429,85 €
47/2013	INTERCEPTOR ARGONCILHE	1.500,00 €
7/2014	EXECUÇÃO REDES DRENAGEM DOMESTICA E PLUVIAL NA RUA CANIÇAS, TRAVESSA DE VALVOES E TRAVESSA RANZAL-S.JOAO VER	101.751,89 €
3/2015	INFRAESTRUTURAS NAS RUAS 1 MAIO E DAS PEDREIRAS - LOUROSA	13.571,18 €
1/2016	CONSTRUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA DAS ESCOLAS - RIOMEÃO	19.039,36 €
13/2016	CONSTRUÇÃO CIVIL EM SANEAMENTO NA RUA DAS FOGACEIRAS - FEIRA	3.180,00 €
17/2016	SANEAMENTO DE TERRAS E DRENAGEM NA AREA DE IMPLANTAÇÃO DO PAVILHAO	142.929,46 €
21/2016	CONSTRUÇÃO REDE PLUVIAL NA RUA ROMANA-LOUROSA	21.291,16 €
22/2016	REPARAÇÃO REDE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA RAINHA SANTA ISABEL E RUA VARZEA-ARRIFANA	9.525,37 €
24/2016	EXECUÇÃO DA REDE DE AGUAS PLUVIAIS - LOTEAMENTO ALBERTO FERREIRA GONÇALVES - MOZELOS	8.977,99 €
8/2016	EXECUÇÃO DE MOVIMENTO DE TERRAS E DE REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS - GUISANDE	36.315,49 €
TOTAL		4.437.659,98 €

Quadro 68 – 44.2.2.2.12.03 – Construções diversas em Curso

Número	Identificação do Projeto Designação	Valor
19/2011	MANUTENÇÃO / CONSERVAÇÃO - OBRA ARTE	3.169,40 €
CONT.146/2009	AQUISIÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS	114.494,90 €
TOTAL		117.664,30 €

**Quadro 69 – 44.2.5 – Ferramentas e Utensílios**

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
45/2013	RODA DO MOINHO		1.516,21 €
TOTAL			1.516,21 €

Quadro 70 – 44.5.3.1 – Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
26/2016	CONSTRUÇÃO DO MURO DE SUPORTE DE TERRAS NA RUA TERRAS DE SANTA MARUA - ARRIFANA		34.650,74 €
8/2015	EXECUÇÃO PARA N1 ROTUNDA DA EN COM A RUA INACOR E RUA DE S.JOAO - LOUROSA		5.018,40 €
16/2014	EXECUÇÃO FECHO REDE ABASTECIMENTO AGUA E DE SANEAMENTO VARIOS PONTOS CONCELHO		245.490,56 €
TOTAL			285.159,70 €

Quadro 71 – 44.5.3.2 – Parques e Jardins

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
38/2012	MOINHO		18.853,87 €
216/2012	EQUIPAMENTO PARA RUA DR. FERREIRA PINHO VILA MAIOR		5.097,31 €
217/2012	CRUZEIRO		8.881,03 €
218/2012	MOINHO EM MOURE		11.493,41 €
392/2012	MOINHO NO ROSSIO - RIO CASTER		5.503,05 €
393/2012	FURO CARTESIANO		8.483,88 €
394/2012	EQUIPAMENTO PARA JARDIM INFANCIA-PAÇOS BRANDAO		5.515,38 €
395/2012	EQUIPAMENTO PARA J.I. PEREIRO - MILHEIROS DE POIARES		4.737,54 €
396/2012	EQUIPAMENTO PARA J.I. OUTEIRO - MILHEIROS POIARES		2.743,42 €
97/2012	EQUIPAMENTO PARA PARQUE DESPORTIVO DE VILA MAIOR		3.398,21 €
TOTAL			74.707,10 €

Quadro 72 – 44.8.1 – Terrenos e Recursos Naturais

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
398/2012	TERRENOS OBJETO DE CONTRATOS FUTUROS		19.547,36 €
TOTAL			19.547,36 €

Circulante

O ativo circulante, com o montante de 28.162.241,93€, que representa 8,84% do ativo líquido total, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades.

Quadro 73 – Ativo Circulante

Designação	2016	2015	2014	2013	Δ 2016/2015	Δ 2016/2013
Existências						
36 Matérias primas, subsidiárias e de consumo	322 684,77 €	320 377,81 €	338 392,87 €	338 836,65 €	0,72%	-4,77%
32 Mercadorias	1,82 €	- €	- €	- €		
Dívidas de Terceiros Curto Prazo						
211 Clientes c/c	3 382,50 €	- €	- €	- €		
212 Contribuintes c/c	53 192,99 €	62 536,15 €	3 057,13 €	- €	-14,94%	
213 Utentes c/c	1 931 178,68 €	2 987 704,58 €	1 596 448,06 €	1 493 337,93 €	-35,36%	29,32%
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	- €	- €	- €	106,20 €		-100,00%
24 Estado e Outros Entes Públicos	962 204,38 €	- €	15 396,40 €	118 514,83 €		711,89%
26 Outros devedores	587 781,59 €	2 653 340,11 €	3 225 562,13 €	1 688 565,38 €	-77,85%	-65,19%
Depósitos em Inst. Bancárias e Caixa						
11 Caixa	2 605,37 €	4 288,29 €	7 844,56 €	7 673,43 €	-39,24%	-66,05%
12 Depósito em instituições financeiras	24 299 209,83 €	18 815 574,79 €	11 550 638,87 €	4 447 580,16 €	29,14%	446,35%
Total	28 162 241,93 €	24 843 821,73 €	16 737 340,02 €	8 094 614,58 €	13,36%	247,91%

A parcela mais relevante no ativo circulante é a disponibilidades que detém 24.301.815,20€, correspondendo a 86% do total e do ativo circulante e a 8% do total do ativo líquido. As dívidas de terceiros de curto prazo, totalizam o montante de 3.537.740,14€, que corresponde a 13% sobre o ativo circulante e a 1% sobre o total do ativo.

Nas rubricas de caixa e depósito em instituições financeiras verificou-se um acréscimo de 29,14%, comparativamente ao ano transato.

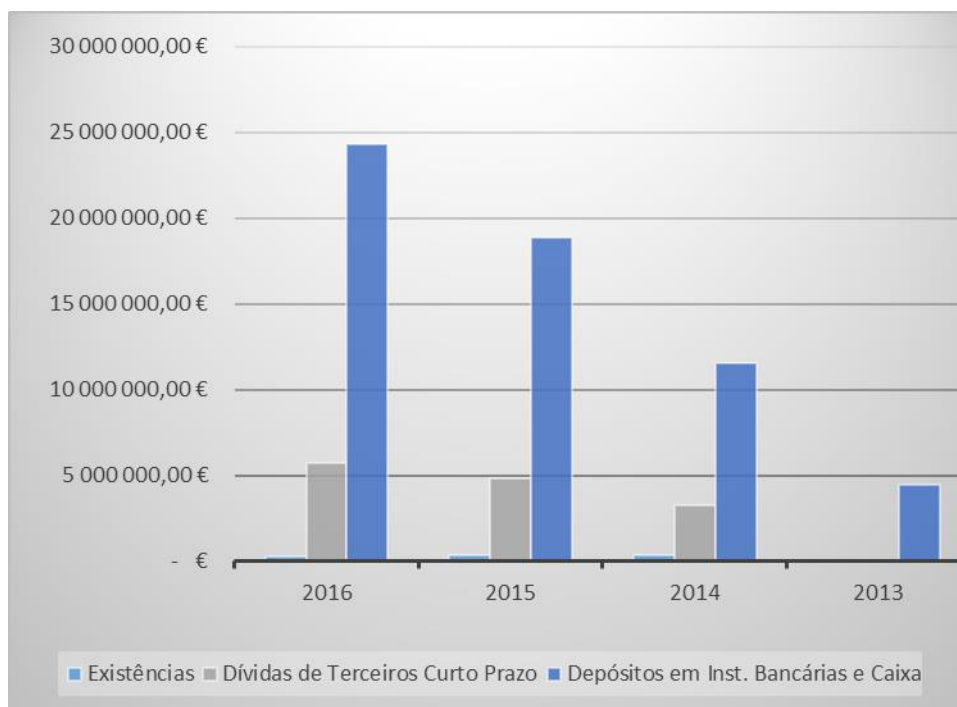
Contudo, a dívida de utentes ostenta o montante bruto de 6.678.910,03€, tendo sido provisionado o montante de 4.747.731,35€, por serem dívidas em atraso, a mais de 180 dias, do qual resulta o valor

de 1.931.178,68€. Este acréscimo resulta da dificuldade de cobrança das receitas municipais referentes nomeadamente às taxas de saneamento e recolha de resíduos sólidos, e das rendas de habitação social, agravada pela conjuntura económica que o país atravessa.

Encontra-se igualmente registada nesta rubrica a dívida da Indáqua S.A. ao Município referente às cobranças realizadas e ainda não transferidas para o Município a 31 de dezembro de 2016.

Nas dívidas de terceiros, destaca-se a dívida do Estado ao Município, que deriva de uma alteração à política contabilística de registo das transferências de impostos, nomeadamente do IMI, Derrama, IUC e IMT, que se referem ao mês de dezembro e apenas transferido em janeiro do corrente ano.

Gráfico 31 – Ativo Circulante



Acréscimos e Diferimentos - ativo

A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos.

Em 2016, o reconhecimento de custos e proveitos de natureza ativa fixou-se no montante de 21.033.174,07€, que comparado com o ano de 2015, regista um aumento no montante de 456.536,92€, que corresponde uma percentagem de 2,22%.

O quadro infra ilustra as receitas cobradas em 2016, mas cuja transferência para o Município só ocorre em 2017.

Quadro 74 – Acréscimos e Diferimentos - Ativo

Contas	Acréscimos e Diferimentos - Ativo	Valor
27.1.1.1	Juros a receber_Depósitos à ordem	- €
27.1.1.2	Juros a receber_Depósitos a prazo	31,26 €
27.1.9	Outros acréscimos de proveitos	
27.1.9.1	IMI	16.946.540,19 €
27.1.9.2	Derrama	2.379.709,00 €
27.1.9.3	IUC	186.023,62 €
27.1.9.4	RSU	325.800,85 €
27.1.9.5	DGESTE	10.852,17 €
27.1.9.6	Refeições Escolares	61.282,85 €
27.1.9.7	IMT	298.474,98 €
27.1.9.9	Outros	824.459,15 €
27.2.1	Seguros	- €
Total		21.033.174,07 €

A parcela dominante nos acréscimos de proveitos é da responsabilidade do Imposto Municipal de Imóveis (IMI), e da Derrama que são cobrados pela Autoridade Tributária e transferidos para o Município no ano de 2017, mas referentes ao ano de 2016.

O cálculo da receita do IMI foi efetuado com base nas listagens disponibilizadas no *site* da Autoridade Tributária, acrescido do montante transferido em janeiro de 2017, enquanto, para a derrama a estimativa apresentada é a que consta no Orçamento para 2017, uma vez que não existe documentação de suporte para um cálculo rigoroso do valor, adicionado o montante transferido em janeiro. Entendeu-se que o critério mais apropriado seria o adotado para o Orçamento de 2017, que consiste na média dos últimos 24 meses, conforme exigência do POCAL.

A componente do IMI diminuiu no montante de 148.604,49€, e a Derrama diminuiu no montante de 11.921,00€.

As receitas referentes ao Imposto Único de Circulação (IUC) tiveram um acréscimo de cerca de 23,08% enquanto que, os outros impostos (SISA e os juros arrecadados do IMI e do IMT), tiveram um aumento exponencial de 578,49%.

As receitas com as refeições escolares e com a cobrança de RSU têm uma diferente aplicação, pois são receitas procedentes do serviço prestado pelo Município em dezembro de 2016, mas apenas debitado aos utentes/clientes em 2017.

A componente de RSU e das refeições escolares, comparativamente com o ano de 2015, sofreram uma diminuição pouco significativa.

Fundos Próprios

Gráfico 32 – Peso dos Fundos Próprios

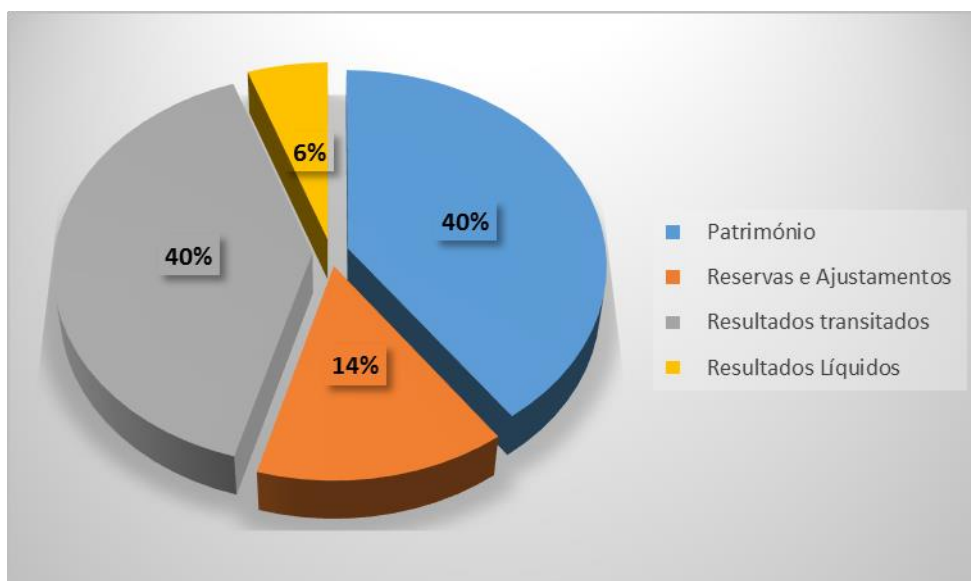
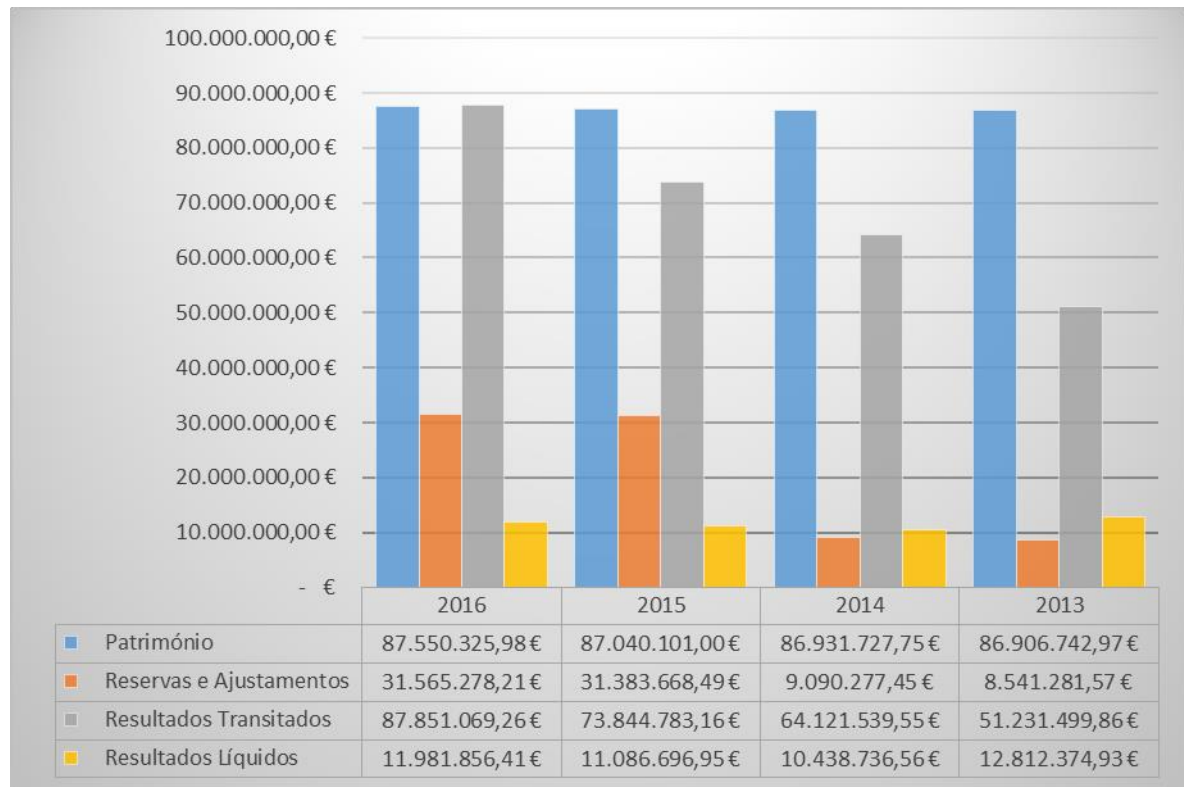


Gráfico 33 – Distribuição dos Fundos Próprios



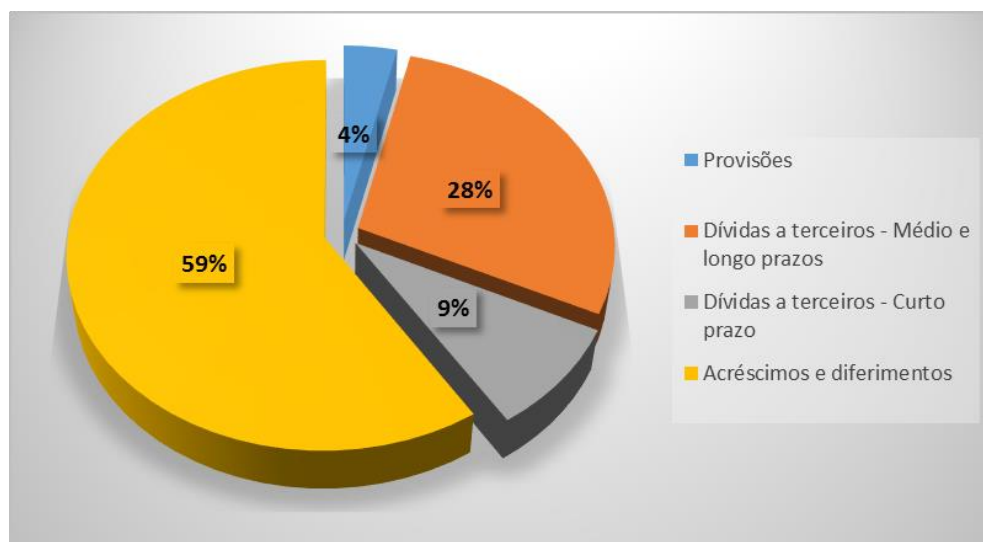
Os Fundos Próprios totalizam no final de 2016 o valor de 218.948.529,86€, que corresponde a um aumento face a 2015, em 7,67%.

Salienta-se, ainda que, durante o exercício económico de 2016, foram identificados factos alguns patrimoniais, às contas do Imobilizado, que alteram a composição do património municipal e que até àquela data não tinham sido devidamente relevados.

Remete-se para as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, nomeadamente, no ponto 8.2.2.8 a apreciação detalhada dos Fundos Próprios com todos os movimentos explicados e justificados.

Passivo

Gráfico 34 – Estrutura do Passivo



Quadro 75 – Estrutura do Passivo

Designação	2016	2015	2014	2013	Δ 2016/2015
Provisões	3.654.574,21 €	3.895.348,39 €	3.037.479,47 €	1.223.353,65 €	-6,18%
Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo					
Empréstimos de médio e longo prazo	26.388.609,46 €	35.146.561,56 €	40.019.075,23 €	44.314.371,39 €	-24,92%
Acordos de Pagamento				1.718.865,78 €	
Subvenções Reembolsáveis	289.223,78 €				
FAM - componente a pagar de MLP	1.646.959,05 €	2.058.697,05 €	2.470.434,05 €		-20,00%
Total Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	28.324.792,29 €	37.205.258,61 €	42.489.509,28 €	46.033.237,17 €	-23,87%
Dívidas a terceiros - Curto Prazo					
Empréstimos de MLP-componente a pagar a curto	4.254.220,50 €	4.690.524,06 €	4.652.066,24 €	5.029.946,83 €	-9,30%
Adiantamentos por conta de vendas	637.505,02 €	293.239,88 €	761.559,88 €		117,40%
Fornecedores c/c	58.794,32 €	180.039,75 €	125.055,49 €	376.505,29 €	-67,34%
Fornecedores-Faturas em receção e conferência	780.270,71 €	170.575,28 €	852.020,05 €	1.063.022,90 €	357,43%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes					
Fornecedores de imobilizado c/c	- €		33.364,29 €	541.115,79 €	
Fornecedores de imobilizado-Faturas em receção	31.026,39 €	7.605,61 €	562.777,22 €	1.311.956,20 €	307,94%
Estado e outros entes públicos	206.978,78 €	171.591,77 €	330.239,33 €	198.843,78 €	20,62%
Administração autárquica	13.120,35 €	6.063,53 €	8.203,55 €	11.575,35 €	116,38%
Outros credores	1.191.314,37 €	734.550,33 €	453.899,89 €	313.660,93 €	62,18%
Garantias e Cauções	1.594.975,00 €	1.341.960,22 €	1.252.934,16 €	934.693,70 €	18,85%
Total Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	8.768.205,44 €	7.596.150,43 €	9.032.120,10 €	9.781.320,77 €	15,43%
Acréscimos e diferimentos					
Acréscimos de custos	2.352.317,39 €	1.854.202,82 €	1.960.088,92 €	1.982.562,22 €	26,86%
Proveitos diferidos	56.526.062,17 €	59.565.306,47 €	56.758.017,38 €	48.882.627,97 €	-5,10%
Total Acréscimos e Diferimentos	58.878.379,56 €	61.419.509,29 €	58.718.106,30 €	50.865.190,19 €	-4,14%
Total Passivo	99.625.951,50 €	110.116.266,72 €	113.277.215,15 €	107.903.101,78 €	-9,53%

A análise efetuada atende à informação contida no balanço, integrando quer as operações orçamentais quer as não orçamentais.

Como se pode observar, à data de 31 de dezembro de 2016, o passivo total atingiu o montante de 99.625.951,50€ tendo-se verificado uma diminuição no montante de 10.490.315,22€ relativamente ao ano de 2015, que corresponde a 9,53%.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo diminuíram no global no montante de 8.880.466,32€, comparativamente com o ano 2015, que corresponde a 23,87%. Para isso contribuiu a amortização dos empréstimos de médio e longo prazo, em 24,92% e o Fundo de Apoio Municipal (FAM) concretizado ao abrigo do artigo 19º da Lei n.º 53/2014 de 25 agosto, em 411.738,00€.

Por outro lado, esta rubrica teve um aumento insignificante, resultante das subvenções reembolsáveis realizadas ao abrigo do Programa Operacional Temático Valorização do Território e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em que o Município tem que reembolsar durante o período de 7 anos o montante total de 371.859,20€.

As dívidas a terceiros de curto prazo no global, aumentaram no montante de 1.172.055,01€ relativamente ao ano de 2015, que corresponde a 15,43%. Este aumento deve-se essencialmente ao comportamento registados pelas rubricas, adiantamento por conta de vendas, fornecedores conta corrente com faturas em receção e conferência, e outros credores.

No que se relaciona com os adiantamentos por conta de vendas, este aumento deve-se essencialmente respeito às vendas de imóveis em hasta pública que aguardam a escritura definitiva, este aumento traduziu-se em 344.265,14€, ou seja, 117,40%. Com efeito, esta potencial dívida será derogada aquando da realização das escrituras que se encontram pendentes.

A rubrica “fornecedores de conta corrente – faturas em receção e conferência”, aumentou em 357,43%, e refere-se exclusivamente a faturação que deu entrada na contabilidade em janeiro de 2017, impossibilitando o pagamento das mesmas ainda no ano em apreço. Contudo, pode constatar-se que a faturação que se encontrava validada (fornecedores conta corrente), mas ainda não vencida, diminuiu em 67,34%.

Analogamente a conta “outros credores” aumentou relativamente ao ano findo, e deveu-se exclusivamente à transferência de duas tranches, ambas no montante de 306.491,93€, indevidamente depositadas na conta do Município e que aguardávamos instruções da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, para a sua restituição. À data do presente relatório esta situação já se encontra regularizada.

Para além destes valores, esta rubrica engloba o valor da participação anual, para 2017, na subscrição do FAM, conforme o plano financeiro.

Uma análise mais particularizada desta rubrica foi devidamente explicitada no capítulo II – Análise ao Endividamento.

Acréscimos e Diferimentos – passivo

Quadro 76 – Acréscimos e Diferimentos - Passivo

Contas	Acréscimos e Diferimentos - Passivo	Valor
27.3.2	Remunerações a liquidar	1.767.110,10 €
27.3.3.1	Juros a liquidar_Emprestimos de médio e longo prazo	36.041,36 €
27.3.4	Custos correntes (água, eletricidade, aquecimento)	446.332,95 €
27.3.5	Prestação de serviços	63.538,41 €
27.3.9	Outros acréscimos de custos	39.294,57 €
27.4.5	Subsídios para investimentos	56.497.933,65 €
27.4.9	Outros proveiros diferidos	28.128,52 €
Total		58.878.379,56 €

Igualmente confinados ao princípio da especialização dos exercícios são os acréscimos e diferimentos de natureza passiva. Têm lugar sempre que no exercício económico se relevam custos ou se processam receitas, e que devem ser reconhecidos no próprio exercício ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercícios posteriores.

No que concerne aos proveitos diferidos, destaca-se as remunerações a pagar em 2017, cujo custo deverá onerar o exercício a que respeita, ou seja, 2016.

A conta 27.3.4 tem um acréscimo muito significativo em 1181,95%, devido à alteração do fornecedor de energia. Este atrasou-se na emissão atempada para o período de consumo, o que levou a que a faturação referente aos consumos de novembro e dezembro de 2016, tenha sido apenas realizada em janeiro de 2017.

Do total dos acréscimos de custos a parcela com maior expressividade respeita a reconhecimento dos subsídios para investimento, no montante global de 56.497.933,65€.

Este exercício económico conta com uma nova obra concluída Construção do Pavilhão Desportivo de Fiães - 2ª Fase, já amortizado como demonstra o quadro infra.

Como garantia do controlo de cada candidatura realizada, foi elaborado um mapa específico, onde constam todas as obras associadas, com data de finalização, número de inventário do património associado a cada obra, valor efetivamente arrecadado por candidatura e valor das amortizações a realizar.



Quadro 77 – Obras Financiadas

Designação obras	Ano utilização	Amortizações				conta 27.4.5
		Valor de construção ou aquisição	Amortizações anteriores (1)	Amortizações Exercício 2016 (2)	Amortizações acumuladas (1+2)	
Biblioteca Municipal 3ª fase	2000	1 134 871,12	632 388,08	8 967,07	641 355,16	27.4.5.4.1.1.21
Recuperação da Casa dos Condes de Fijó	2001	265 466,93	53 881,10	3 592,07	57 473,17	27.4.5.4.1.1.47
Abastecimento de água e saneamento na Póvoa e Framil - Canedo	2002	335 983,71	144 908,35	11 128,59	156 036,94	27.4.5.4.1.1.34
Abastecimento de água, drenagem doméstica e pluvial Vergada (Mozelos) Ferradal e Gualtar (Fiaes)	2002	281 649,67	136 923,93	10 317,85	147 241,78	27.4.5.4.1.1.35
Drenagem Doméstica e Pluvial nos lugares de Casas e Lourosela	2002	589 521,35	296 550,81	21 182,20	317 733,01	27.4.5.4.1.1.36
Etar da Remolha	2002	1 059 906,34	100 539,31	7 181,38	107 720,69	27.4.5.4.1.1.37
Redes de Abastecimento de Água e Drenagem de Esgotos Domésticos e Pluviais em Santa Maria da Feira	2002	434 032,71	235 663,68	16 833,12	252 496,80	27.4.5.4.1.1.38
Beneficiação do CM 1025 (Igreja/Pousadela/EN14)	2002	469 298,99	118 888,48	8 492,03	127 380,52	27.4.5.4.1.1.80
Revitalização do Centro Histórico de Santa Maria da Feira	2002	617 463,46	139 131,37	11 577,82	150 709,20	27.4.5.4.1.1.81
Remodelação e Ampliação do Edifício das Termas das Caldas de S. Jorge	2003	3 195 346,17	810 254,93	21 208,47	831 463,40	27.4.5.4.1.1.67
Requalificação Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª Fase	2003	344 209,76	143 904,41	11 583,74	155 488,15	27.4.5.4.1.1.50
Construção de Pontões Derrocados Pelas Cheias - 1ª Fase	2003	301 840,29	145 533,64	11 194,90	156 728,54	27.4.5.4.1.1.74
Construção das Redes de Abastecimento de Água e Drenagem Pluvial em Monte de Cima Lodeiro-Paços de Brandão	2004	525 783,84	214 292,56	17 857,71	232 150,27	27.4.5.4.1.1.61
Eliminação Pontos de Conflito em Vias Municipais - 1ª Fase	2003	674 135,13	88 132,45	7 036,18	95 168,63	27.4.5.4.1.1.62
Eliminação Pontos de Conflito em Vias Municipais - 2ª Fase	2003	694 326,22	283 414,75	23 107,50	306 522,25	27.4.5.4.1.1.63
Eliminação Pontos de Conflito em Vias Municipais - 3ª Fase	2003	335 109,81	123 886,76	10 852,88	134 739,64	27.4.5.4.1.1.64
Fechos de Rede em várias Freguesias do Concelho - 2ª fase	2004	596 380,03	214 561,07	17 919,29	232 480,36	27.4.5.4.1.1.27
Abastecimento de água e saneamento na via estruturante Paços de Brandão/Riomeão - EN 109,04	2004	408 474,18	151 539,79	12 628,32	164 168,11	27.4.5.4.1.1.32
Redes de abastecimento de água na Vergada e Ermil e redes de drenagem em Ermil-Mozelos, Stª Mª Feira	2004	293 294,59	98 530,04	8 210,84	106 740,87	27.4.5.4.1.1.33
Requalificação do Espaço Urbano em Stª Mª Feira	2004	387 965,27	147 142,00	11 817,54	158 959,55	27.4.5.4.1.1.46
Recuperação/Ampliação de Escolas Primárias do Concelho	2004	619 470,60	87 446,07	5 892,77	93 338,84	27.4.5.4.1.1.49
Construção da Escola Pré-Primária de S. Domingos, Argoncilhe	2004	252 961,53	24 852,76	2 055,31	26 908,07	27.4.5.4.1.1.51
Construção, Recuperação e Ampliação de Escolas no Concelho, 2ª fase	2004	536 219,60	46 081,85	4 171,84	50 253,69	27.4.5.4.1.1.52
Requalificação Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 4ª fase	2004	330 336,69	104 755,17	10 357,77	115 112,94	27.4.5.4.1.1.55
Fechos de Rede em várias freguesias do Concelho - 3ª Fase	2004	422 177,60	156 849,60	13 773,86	170 623,47	27.4.5.4.1.1.59
Fechos de Rede em várias Freguesias do Concelho	2004	699 758,45	278 282,13	22 320,26	300 602,40	27.4.5.4.1.1.60
Zona Industrial de Romariz - Santa Maria da Feira	2005	1 377 230,45	430 334,75	39 121,34	469 456,10	27.4.5.4.1.1.70
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira - 4ª Fase	2005	832 578,73	215 789,82	21 358,79	237 148,61	27.4.5.4.1.1.23
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira - 3ª Fase	2005	804 903,57	219 658,38	23 679,81	243 338,19	27.4.5.4.1.1.24
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª Fase	2005	745 898,83	192 293,52	18 721,15	211 014,68	27.4.5.4.1.1.25
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira	2005	546 010,10	86 571,14	9 672,59	96 243,73	27.4.5.4.1.1.26
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial na Rua de S. Tiago - Lobão	2005	364 916,12	122 333,63	11 121,24	133 454,87	27.4.5.4.1.1.29
Construção de Redes de Drenagem de Esgotos Domésticos e Pluviais nas EN's 222 e 223	2005	943 885,35	333 981,42	29 656,15	363 637,58	27.4.5.4.1.1.30
Construção/Remodelação das Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial em Vila Boa, Stª Mª da Feira	2005	303 566,15	113 040,86	10 276,44	123 317,30	27.4.5.4.1.1.31
Redes de Drenagem de Águas Pluviais no Concelho de Santa Maria da Feira -2ª Fase	2005	419 660,22	123 972,42	12 542,26	136 514,69	27.4.5.4.1.1.40
Requalificação Urbana no Concelho de Stª Mª Feira	2005	299 051,46	85 558,35	9 719,19	95 277,54	27.4.5.4.1.1.48
Requalificação Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 3ª fase	2005	585 839,91	171 459,23	15 174,01	186 633,25	27.4.5.4.1.1.53
Revitalização Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira	2006	273 753,80	61 827,02	6 320,55	68 147,56	27.4.5.4.1.1.56
Construção do Prolongamento e Electrificação da Via Estruturante do Eixo Industrial Norte e	2005	1 124 559,67	460 797,29	40 457,80	501 255,09	27.4.5.4.1.1.79
Construção da Rotunda do Casalinho	2005	347 184,78	73 964,20	6 889,22	80 853,43	27.4.5.4.1.1.58
Fechos de Rede em várias freguesias do Concelho - 4ª Fase	2005	347 184,78	73 964,20	6 889,22	80 853,43	27.4.5.4.1.1.58
Zona Industrial de Soutelo - Fiães	2006	1 206 893,73	423 802,57	42 380,26	466 182,82	27.4.5.4.1.1.69
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial em Santa Maria da Feira	2006	719 779,61	132 220,24	16 248,90	148 469,14	27.4.5.4.1.1.28
Redes de Drenagem Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira	2006	660 233,05	130 383,42	12 939,25	143 322,67	27.4.5.4.1.1.39
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª fase	2007	806 703,34	69 929,30	8 149,47	78 078,78	27.4.5.4.1.1.41



Designação obras	Ano utilização	Amortizações				conta 27.4.5
		Valor de construção ou aquisição	Amortizações anteriores (1)	Amortizações Exercício 2016 (2)	Amortizações acumuladas (1+2)	
<u>Recuperação e Ampliação do Edifício na Rua Dr. Elisio de Castro em Santa Maria da Feira</u>	2006	270 191,35	9 112,26	911,23	10 023,48	27.4.5.4.1.1.77
<u>Complexo Desportivo e Ampliação da Piscina Calvario de Fiães</u>	2007	901 684,86	62 322,10	69 246,78	131 568,87	27.4.5.4.1.1.22
<u>Redes de Abastecimento de água em Canedo e Vale, Stª Mª Feira</u>	2007	566 090,94	98 237,31	12 104,42	110 341,73	27.4.5.4.1.1.45
<u>Recuperação e Ampliação da Escola nº1 Paços Brandão</u>	2007	400 319,22	30 555,00	3 395,00	33 950,00	27.4.5.4.1.1.54
<u>Revitalização Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª fase</u>	2007	577 988,47	138 843,63	15 893,62	154 737,25	27.4.5.4.1.1.57
<u>Projecto Despertar Novos Museus</u>	2007	213 072,04	97 971,05	5 191,53	103 162,58	27.4.5.4.1.1.71
<u>Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 3ª fase</u>	2008	573 112,22	54 272,05	6 784,01	61 056,05	27.4.5.4.1.1.42
<u>Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 4ª fase</u>	2008	731 078,56	140 375,62	17 457,51	157 833,14	27.4.5.4.1.1.43
<u>Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 5ª fase</u>	2008	431 152,16	81 566,33	10 126,87	91 693,19	27.4.5.4.1.1.44
<u>Reabilitação EN 327</u>	2008	1 808 856,28	600 540,28	75 067,54	675 607,82	27.4.5.4.1.1.73
<u>Museu Convento dos Loios</u>	2008	1 671 224,61	108 171,34	7 001,06	115 172,40	27.4.5.4.1.1.16
<u>Museu Papel</u>	2008	1 280 007,58	94 502,41	7 296,90	101 799,31	27.4.5.4.1.1.72
<u>Ordenamento Valorização e Requalificação das Margens do caster</u>	2008	618 497,27	105 636,00	13 204,50	118 840,50	27.4.5.4.1.1.75
<u>Ordenamento Valorização e Requalificação das Margens do caster</u>	2008		84 549,20	10 568,65	95 117,85	27.4.5.1.1.1.02.01
<u>Requalificação da Rua dos Descobrimientos</u>	2008	144 016,64	46 194,40	5 774,30	51 968,70	27.4.5.1.1.1.02.03
<u>Parque Empresarial da Cortiça (Via de acesso) -1ª Fase</u>	2009	2 326 432,01	571 111,72	80 442,93	651 554,64	27.4.5.4.1.1.68
<u>Reservatórios 1ª fase</u>	2009	2 216 603,67	86 818,69	12 655,57	99 474,25	27.4.5.4.1.1.65
<u>Reservatórios 2ª fase</u>	2009	2 215 060,00	84 069,34	11 799,22	95 868,56	27.4.5.4.1.1.66
<u>Reordenamento de instalações das Redes de Educação Pre-escolar e do Ensino Básico - Construção da Escola EB1 Murado, Mozelos</u>	2009	970 371,34	57 490,85	5 523,92	63 014,77	27.4.5.4.1.1.78
<u>Município Digital</u>	2009	710 357,78	614 090,77	28 518,38	642 609,15	27.4.5.1.1.9.02
<u>Conclusão do Interceptor do Caster</u>	2009	469 298,99	118 888,48	8 492,03	127 380,52	27.4.5.1.1.1.02.02
<u>Construção da Escola Fixa de Trânsito de Fiães, Santa Maria da Feira</u>	2010	453 362,07	10 154,63	1 692,44	11 847,06	27.4.5.4.1.1.76
<u>Centro Escolar de Igreja Lobão</u>	2011	1 162 900,12	82 112,07	15 772,34	97 884,41	27.4.5.4.1.1.06
<u>Centro Escolar de Valrico Souto</u>	2011	780 605,14	45 653,12	11 298,30	56 951,41	27.4.5.4.1.1.13
<u>Centro Escolar Souto Nogueira da Regedoura</u>	2011	925 358,72	61 349,65	12 087,59	73 437,24	27.4.5.4.1.1.01
<u>Centro Escolar S. Domingos - Argoncilhe</u>	2011	716 626,58	39 124,36	8 666,74	47 791,10	27.4.5.4.1.1.04
<u>Centro Escolar de Louredo</u>	2011	842 924,52	48 286,27	9 196,14	57 482,41	27.4.5.4.1.1.05
<u>Centro Escolar Chão do Monte - Lamas</u>	2011	551 789,67	38 107,16	5 740,89	43 848,06	27.4.5.4.1.1.10
<u>Centro Escolar de Espargo</u>	2012	926 995,87	51 882,24	14 966,69	66 848,93	27.4.5.4.1.1.11
<u>Centro Escolar de Mosteiró</u>	2012	1 590 138,61	96 285,43	21 226,15	117 511,58	27.4.5.4.1.1.09
<u>Centro Escolar de Arraiol - Sanguedo</u>	2012	838 459,10	45 605,83	11 778,24	57 384,07	27.4.5.4.1.1.08
<u>Mobilidade para todos</u>	2013	75 026,96	18 536,56	4 631,42	23 167,98	27.4.5.4.7.1
<u>Fundo Coesão</u>	2013	12 294 170,85	211 077,29	68 475,46	279 552,76	27.4.5.4.1.1.82
<u>Centro Escolar de Igreja Lourosa</u>	2013	1 003 905,71	47 368,72	15 141,93	62 510,65	27.4.5.4.1.1.07
<u>Centro Escolar S. João Vêr</u>	2013	2 337 662,01	81 327,67	27 109,22	108 436,89	27.4.5.4.1.1.12
<u>Via Feira Nova - 1ª Fase da Via Circular à Cidade (Operação Norte-10-0350-FEDER-000029)</u>	2013	728 579,63	84 182,05	28 060,68	112 242,73	27.4.5.4.1.1.17
<u>Via Feira Nova - 1ª Fase da Via Circular à Cidade (Operação Norte-10-0350-FEDER-000029)</u>	2013		25 089,67	8 363,22	33 452,89	27.4.5.1.1.1.02.04
<u>Jardim de Infância de Igreja, Sanguedo</u>	2013	399 442,61	19 258,21	4 775,14	24 033,35	27.4.5.1.1.1.04
<u>Ampliação do Museu Convento dos Lóios</u>	2014	829 477,97	34 066,61	17 033,30	51 099,91	27.4.5.4.1.1.16
<u>Caldas RiverNatura</u>	2014	207 918,10	9 760,63	5 755,61	15 516,24	27.4.5.4.7.2
<u>Reabilitação e Gestão Activa do Corredor Ecológico do Rio Uima</u>	2014	557 898,85	46 085,03	23 042,51	69 127,54	27.4.5.4.1.1.02
<u>Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua</u>	2015	2 668 876,32	45 462,56	38 060,54	83 523,10	27.4.5.4.1.1.18
<u>Recuperação das Pedreiras de Lourosa</u>	em curso	812 619,71				27.4.5.4.4.4
<u>Pavilhão S. J. Ver</u>	em curso	1 373 095,56				27.4.5.4.1.1.87
<u>Eficiência Energética na Iluminação Pública</u>	em curso	947 911,90				27.4.5.4.4.5
<u>EDV Digital SAMA</u>	em curso	255 339,52				27.4.5.4.1.1.86
<u>EDV Digital</u>	em curso	619 680,37				27.4.5.4.1.1.83
<u>Construção e Instalação do Centro de Informação Turística de Santa Maria da Feira</u>	2015	490 288,42	10 885,51	6 283,86	17 169,37	27.4.5.4.1.1.85
<u>Construção das Redes Baixa Laje e Caster (B2)</u>	2015	4 251 294,49	35 777,76	35 777,76	71 555,53	27.4.5.4.4.1
<u>Construção das Redes Baixa Laje e Caster (B3)</u>	2015	2 067 146,84	17 396,56	17 396,56	34 793,12	27.4.5.4.4.2
<u>Construção das Redes Baixa Laje e Caster (B4)</u>	2015	2 524 554,16	21 245,98	21 245,98	42 491,95	27.4.5.4.4.3
<u>Construção do Pavilhão Desportivo de Fiães - 2ª</u>	2016	2 037 435,20	750,88	9 987,25	10 738,13	27.4.5.4.3.1
<u>Construção da Unidade de Saúde de Argoncilhe</u>	2015	1 139 002,28	14 236,08	14 236,08	28 472,17	27.4.5.1.1.1.03
<u>Centro Escolar de Canedo</u>	2015	1 693 280,72	33 446,81	33 312,16	66 758,97	27.4.5.4.1.1.19
		95 367 817,48	12 986 086,85	1 544 259,93	14 530 346,78	

IX. Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do Município durante o ano de 2016.

Quadro 78 – Demonstração de Resultados

CÓDIGO DAS CONTAS	CONTAS	EXERCÍCIOS			
		2016		2015	
	Custos e perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	8.613,64 €		12.325,31 €	
	Matérias	2.431.493,21 €	2.440.106,85 €	1.425.010,07 €	1.437.335,38 €
62	Fornecimento e serviços externos		16.670.986,42 €		15.592.581,27 €
	Custos com o pessoal				
641+642	Remunerações	10.483.745,26 €		10.596.268,13 €	
643 a 648	Encargos sociais	3.105.542,87 €	13.589.288,13 €	3.001.902,61 €	13.598.170,74 €
63	Transf. e subs. correntes concedidos e prestações sociais		4.541.295,74 €		4.108.581,99 €
66	Amortizações do exercício		7.533.884,24 €		7.628.553,20 €
67	Provisões do exercício		1.199.253,62 €		1.775.595,35 €
65	Outros custos operacionais		168.156,50 €		145.610,96 €
	(A)		46.142.971,50 €		44.286.428,89 €
68	Custos e perdas financeiras		427.335,85 €		551.177,56 €
	(C)		46.570.307,35 €		44.837.606,45 €
69	Custos e perdas extraordinários		3.816.984,94 €		2.562.717,47 €
	(E)		50.387.292,29 €		47.400.323,92 €
88	Resultado Líquido do exercício		11.981.856,41 €		11.086.696,95 €
	(X)		62.369.148,70 €		58.487.020,87 €
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços				
7111	Venda de mercadorias				
7112+7113	Vendas de produtos				
	(B)		- €		- €
712	Prestações de serviços	7.868.367,30 €	7.868.367,30 €	7.948.600,44 €	7.948.600,44 €
	()		7.868.367,30 €		7.948.600,44 €
72	Impostos e taxas		26.991.024,15 €		26.316.619,80 €
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade		1.990.689,79 €		985.416,62 €
73	Proveitos suplementares		1.022,44 €		679,32 €
74	Transferências e subsídios obtidos		19.971.065,01 €		19.678.077,92 €
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		36.361,76 €		45.771,02 €
	(B)		56.858.530,45 €		54.975.165,12 €
78	Proveitos e ganhos financeiros		345.469,62 €		222.031,23 €
	(D)		57.204.000,07 €		55.197.196,35 €
79	Proveitos extraordinários		5.165.148,63 €		3.289.824,52 €
	(F)		62.369.148,70 €		58.487.020,87 €
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		10.715.558,95 €		10.688.736,23 €
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		- 81.866,23 €		- 329.146,33 €
	Resultados Correntes: (D - C)		10.633.692,72 €		10.359.589,90 €
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		11.981.856,41 €		11.086.696,95 €

Quadro 79 – Estrutura dos Custos/Proveitos

Estrutura dos Custos		
	2016	2015
Materias primas e subsidiarias	4,84%	3,03%
Fornecimentos e serviços	33,09%	32,90%
Transferências e subsídios concedidos	9,01%	8,67%
Pessoal	26,97%	28,69%
Amortizações	14,95%	16,09%
Outros custos operacionais	0,33%	0,31%
Custos extraordinários	7,58%	5,41%
Provisões	2,38%	3,75%

Estrutura dos Proveitos		
	2016	2015
Vendas e prestações serviços	12,62%	13,59%
Impostos e taxas	43,28%	45,00%
Transferências e subsídios obtidos	32,02%	33,65%
Proveitos suplementares	0,00%	0,00%
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,06%	0,08%
Proveitos e ganhos financeiros	0,55%	0,38%
Proveitos extraordinários	8,28%	5,62%

Os proveitos globais gerados no ano de 2016 totalizaram 62.369.148,70€, enquanto, os custos totais atingiram 50.387.292,29€, gerando um Resultado Líquido do Exercício de 11.981.856,41€.

A ótica de custos e proveitos por natureza facilita a exposição sistemática daqueles valores em Resultados Operacionais, Resultados Financeiros e Resultados Extraordinários.

Da análise dos resultados operacionais, contata-se um acréscimo de todas as rubricas que concorrem para os custos operacionais, com exceção da rubrica de provisões do exercício, custos com pessoal e amortizações do exercício.

Os acréscimos mais significativos dos custos operacionais verificam-se na rubrica custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no montante de 1.002.771,47€, que corresponde a 69,77% e na rubrica transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, no montante de 432.713,75€ que corresponde a 10,53%, comparativamente com o ano transato.

No que respeita às rubricas que sofreram um decréscimo foram as provisões do exercício e as amortizações do exercício, nos montantes respetivamente de 576.341,73€ e 94.668,96€ comparativamente com o ano transato. O valor imputado às provisões encontra-se devidamente justificado nas Notas às Demonstrações Financeiras no ponto 8.2.27.

Relativamente aos custos com pessoal, verificou-se igualmente um decréscimo no montante de 8.882,61€ comparativamente com o ano de 2015, apesar de se ter verificado o aumento do salário mínimo nacional. Esta diminuição vai ao encontro do estipulado na Lei do Orçamento de Estado.

As amortizações do exercício representam 14,95% do peso no total dos custos, apresentando um montante de 7.533.884,24€.

Focalizada a análise nos Proveitos Operacionais, constata-se que o seu valor em 2016 se fixou em 56.858.530,45€, exibindo um crescimento de 3,43%, relativamente ao ano anterior.

Os impostos e taxas, que se apresentam como principal componente das receitas operacionais representando cerca de 41,66% do total das receitas, obtiveram um incremento de 674.404,35€, originado pelo aumento do imposto municipal sobre transmissões (IMT) e pelo imposto único de circulação (IUC).

Relativamente à rubrica de trabalhos para a própria entidade, apresentou uma variação muito significativa, no montante de 1.005.273,17€, percentualmente 102,02%, em comparação com o ano de 2015, em virtude de terem sido concluídas obras realizadas pela própria entidade. Esta situação denota que, a implementação de novas formas de controlo exercido pelo Município nas atividades por ele realizadas, para além da aplicação da contabilidade analítica, tem produzido efeitos.

No ano de 2016, os resultados financeiros diminuíram cerca de 75,13% (resultante principalmente das taxas de juros indexadas à taxa Euribor) comparativamente ao ano transato e fixaram-se em 81.866,23€ cujo valor conjugado com o resultado operacional justifica um resultado corrente de 10.636.944,98€.

Relativamente aos resultados extraordinários em 2016, com referência ao ano de 2015, aumentaram cerca de 57,00%, no montante de 1.875.324,11€.

Tal como é dado a observar, é a atividade operacional que perentoriamente influiu na formação desse ganho, ao contribuir com um resultado de 10.718.811,21€. A atividade operacional do Município é de facto aquela que é determinante para os resultados obtidos. De igual forma, do lado dos custos são os operacionais os que mais relevam, com um peso percentual de cerca de 91,58%, expurgado o resultado líquido.

Em síntese, conclui-se que, à exceção dos Resultados Financeiros, os quais não detêm grande expressividade, as restantes componentes de resultados contribuíram positivamente para a melhoria do resultado líquido de 2016.

O detalhe da apreciação dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários consta das Notas ao balanço e à Demonstração de Resultados, em pontos próprios.

Finaliza-se a apreciação da Demonstração dos Resultados do Exercício de 2016, com destaque gráfico das análises dos custos e dos proveitos entre os exercícios económicos de 2015 e de 2016, bem como com uma análise aos Indicadores Financeiros.

Gráfico 35 – Análise dos Custos 2016-2015

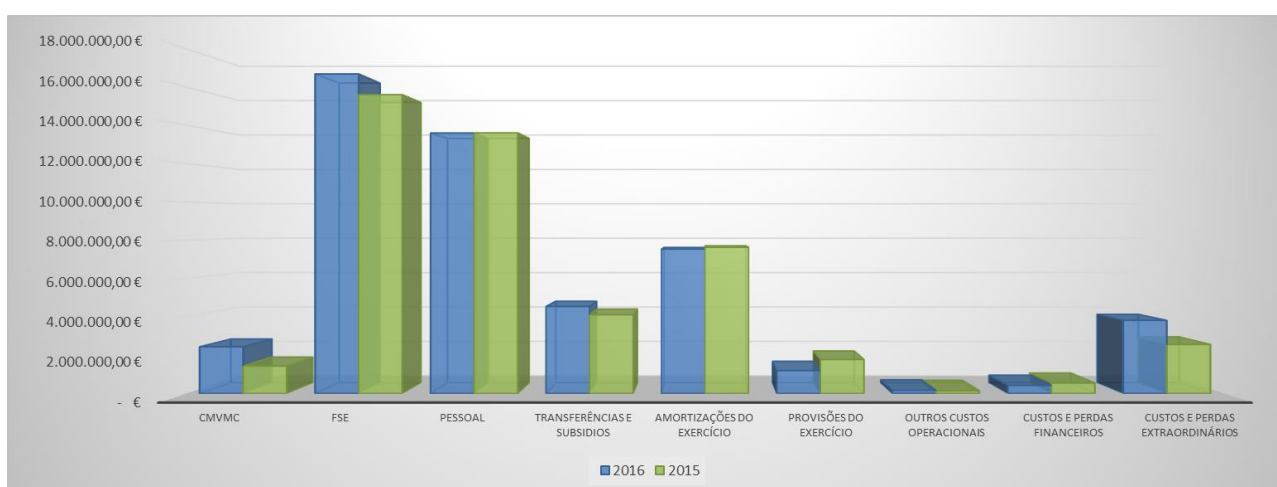


Gráfico 36 – Análise dos Proveitos 2016-2015

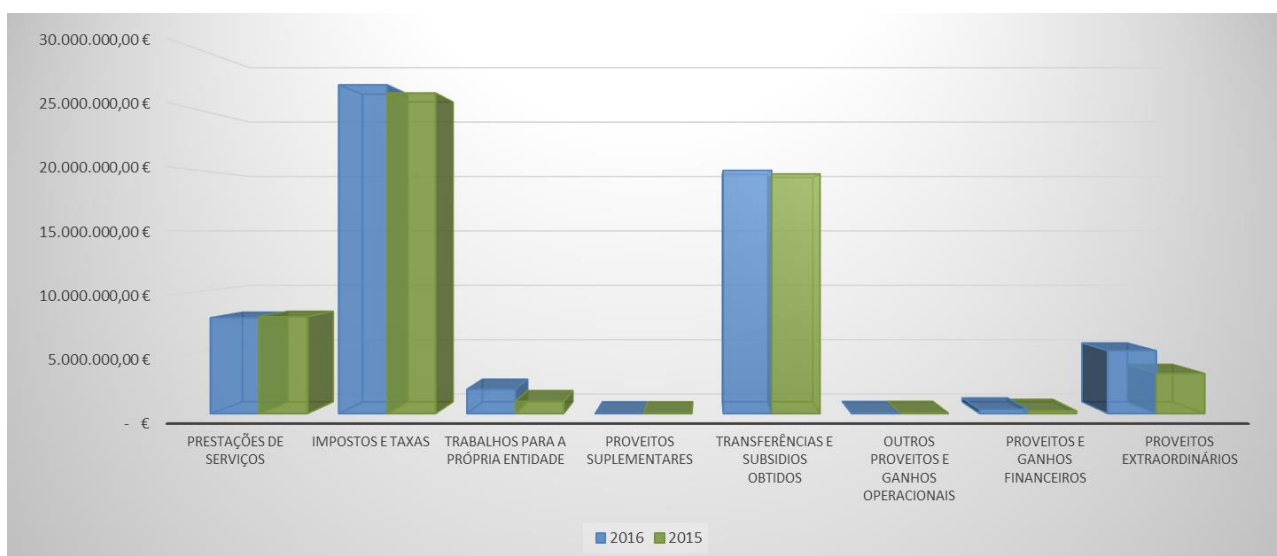
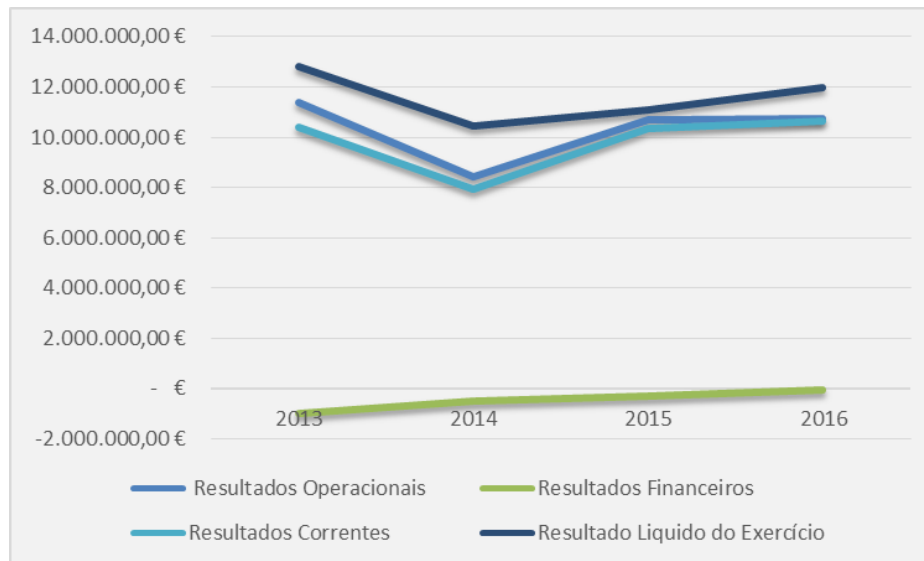


Gráfico 37 – Evolução dos Resultados



Quadro 80 – Indicadores Financeiros

Indicadores financeiros	2013	2014	2015	2016
Estrutura do Ativo				
Ativo Fixo / Ativo Total	88,81%	86,60%	85,51%	84,56%
Ativo Circulante / Ativo Total	3,03%	5,90%	7,93%	8,84%
Estrutura do Passivo				
Passivo curto prazo / Passivo Exigível	8,51%	17,53%	16,96%	23,64%
Passivo médio longo prazo / Passivo Exigível	91,49%	82,47%	83,04%	76,36%
Análise do Passivo Exigível:				
• Coefficiente de Endividamento				
Passivo exigível / Fundos Próprios	35,00%	30,20%	13,64%	11,04%
• Coefficiente de Endividamento a curto prazo				
Exigível a curto prazo / Fundos Próprios	2,98%	5,29%	2,42%	2,75%
• Coefficiente de Endividamento a longo prazo				
Exigível a médio e longo prazo / Fundos Próprios	32,02%	24,91%	11,21%	8,28%
Exigível a médio e longo prazo / Imobilizado Corpóreo	21,77%	17,71%	14,57%	10,86%
Índice de Liquidez Geral				
Ativo Circulante / Passivo a curto prazo	170,36%	185,31%	298,58%	321,19%
Índice de Solvência				
Dividas a Terceiro/Fundos Prop. e Passivo	1,78%	3,18%	2,42%	2,75%
Índices de Autonomia Financeira				
Fundos Próprios / Ativo Total	59,65%	60,09%	64,87%	68,73%
Capitais Permanentes / Ativo Imobilizado	88,66%	71,03%	89,74%	91,79%

Quadro 81 – Rácios

Rácios/Ano	2013	2014	2015	2016
Receita Total per Capita	558,91 €	484,53 €	495,35 €	551,20 €
Receita Total Km2	360.691,19 €	312.693,94 €	319.675,74 €	355.719,93 €
Despesa Total Per Capita	654,46 €	472,49 €	421,02 €	462,12 €
Despesa Total por Km2	422.355,81 €	304.922,51 €	271.708,32 €	298.231,89 €
Receitas Proprias per Capita	227,79 €	256,43 €	243,13 €	273,83 €
Receitas Proprias por Km2	147.006,23 €	165.489,26 €	156.905,15 €	176.717,41 €
Fundos Municipais per capita	123,73 €	120,34 €	128,77 €	130,35 €
Fundos Municipais por Km2	79.848,52 €	77.659,74 €	83.104,23 €	84.124,11 €
Investimento por Km2	148.854,62 €	92.932,02 €	61.764,70 €	114.899,58 €
Despesas Com Pessoal Per Capita	100,39 €	99,28 €	99,07 €	97,67 €
Despesas Com Pessoal por Km2	64.786,80 €	64.072,98 €	63.932,88 €	63.029,69 €
Custos com Pessoal / número de efectivos	17.076,34 €	17.354,37 €	17.671,18 €	17.716,43 €
Dados de Suporte				
Nº habitantes	139.312	139.312	139.312	139.312
Km2	215,87	215,87	215,87	215,87
Receita Total - Cobrada	77.862.406,53 €	67.501.240,69 €	69.008.401,99 €	76.789.260,89 €
Receitas Próprias	31.734.235,94 €	35.724.166,83 €	33.871.115,53 €	38.147.987,99 €
Fundos Municipais	17.236.900,00 €	16.764.408,00 €	17.939.711,00 €	18.159.872,00 €
Investimento -compromissos assumidos	32.133.246,18 €	20.061.235,95 €	13.333.144,95 €	24.803.372,04 €
Custo com pessoal - despesa paga	13.985.525,47 €	13.831.434,41 €	13.801.190,62 €	13.606.219,90 €
Nº efectivos	819	797	781	768
Despesa Total - compromissos	91.173.949,32 €	65.823.621,92 €	58.653.674,95 €	64.379.317,74 €



X. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), o resultado líquido do exercício positivo pode ser repartido em Reforço do Património e/ou Constituição ou reforço de Reservas, sendo que nos termos do ponto 2.7.3.5 deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 - Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício. O reforço do Património (Conta 51) é sempre obrigatório até que o seu valor contabilístico corresponda a 20% do Ativo Líquido.

Nestes termos propõe-se que o resultado líquido de 11.981.856,41€ apurado no exercício de 2016, seja aplicado da seguinte forma:

1. Reservas Legais no montante de 599.092,82€.
2. Resultados Transitados o montante de 11.382.763,59€

XI. Contabilidade Analítica - Obras por Administração Direta

O desenho e implementação de um Sistema de Contabilidade Analítica (SCA) para o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços é obrigatório, nos termos do n.º 2.8.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro na sua atual redação.

Em 2010, iniciou-se um novo projeto de contabilidade analítica com o objetivo de aferir os procedimentos já utilizados e criar novos para a consolidação dos mesmos. Este projeto teve apoio do Consultor e Assessor Autárquico Dr. Pedro Mota e Costa.

A implementação do Sistema Contabilidade Analítica, apresentou como principais objetivos, de acordo com o estabelecido no POCAL:

- Clarificar a utilização dos recursos públicos numa perspetiva de economia e eficiência;
- Facilitar a determinação da base de suporte à fixação das taxas e preços públicos, em conformidade com RGT e LFL;
- Apoiar a adoção de decisões sobre a produção de bens e serviços com conhecimento profundo dos seus proveitos e custos;
- Permitir comparar o desempenho da Autarquia com outras entidades públicas e privadas que realizem atividades similares.

Como principais informações que o modelo poderá fornecer, face à sua avaliação da performance da atividade económica autárquica podemos obter:

- Custo das intervenções por administração direta;
- Quantificar os custos dos serviços prestados e bens produzidos;
- Determinar o custo das atividades e projetos municipais;
- Quantificar o custo das transferências para outras entidades;
- Determinar o custo dos equipamentos municipais;
- Quantificar os custos por unidades orgânicas, edifícios e reparações do património municipal.

Uma correta implementação do SCA obriga à intervenção da informação dos sistemas aplicacionais MEDIDATA, relacionando os dados produzidos nas seguintes aplicações:

- POCAL/CTA – Sistema Integrado de Gestão Autárquica;
- OBM – Gestão de Obras Municipais e Atividades;
- MAQ – Gestão de Máquinas;
- ARM – Aprovisionamento: Gestão de Stocks e Aprovisionamento;
- PAT – Património: Gestão de Imobilizado;
- PES – Gestão de Pessoal.

A implementação do SCA iniciou-se no ano 2010 no Município de Santa Maria da Feira, sendo o exercício económico de 2016 aquele em que a informação já obtida pode ser utilizada com a devida cautela para serem utilizados na tomada de decisões de gestão estratégica.

As OBM e o ARM, servem para se proceder ao envio de requisições internas e externas de bens e serviços para o desenvolvimento das atividades definidas para o ano civil. O POCAL, como a aplicação que engloba todas as aplicações, que consiste no registo contabilístico dos documentos e respetivas imputações.

De seguida, iremos apresentar algumas tabelas e gráficos exemplificativos dos resultados obtidos com o Sistema de Contabilidade Analítica de 2016.

Total de Custos por Grupo de Centro de Custos

Quadro 82 – Custos por Grupo de Centro de Custos

Grupo	Designação do Grupo	Custos
91	Centro de Investimento	53.957,24 €
92	Atividades Municipais	49.442.053,82 €
93	Funções	50.292.285,48 €
94	Infra-Estruturas e Equipamentos	8.356.680,50 €
97	Transferências, Subsídios e Prestações Debitáveis	78.843,08 €
TOTAL		108.223.820,12 €

Analisando o total de custos de 2016 por grupos de centros de custos verificamos que os custos apresentam um total de 108.223.820,12€.

Obras por Administração Direta

O ano 2016 apresentou 1.990.689,79€ de custos em obras executadas por administração direta, uma vez que, aquando da sua conclusão e fecho de obras esta passa para o imobilizado definitivo.

Esta passagem para o imobilizado é feita através da contabilização da conta 75 – Trabalhos para a Própria Entidade por contrapartida da respetiva conta de imobilizado.

O mapa que se segue, demonstra detalhadamente as obras por administração direta, de valor mais significativo, que perfaz o total de 1.198.102,04€, sendo que, o valor de 792.587,75€ são referentes a grandes conservações/ reparações.

Quadro 83 – Obras por Administração Direta

OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA	VALOR
BENEFICIAÇÃO DE CAMINHOS FLORESTAIS - FREGUESIA DE CANEDO	11.396,22 €
PAVILHÃO DE FIÃES - MANUTENÇÃO 2016	36.328,23 €
MANUTENÇÃO CONVENTO DOS LOIOS	14.152,12 €
ESCOLA EB1 FEIRA N 2 S.M.FEIRA - MANUTENÇÃO 2016	12.853,75 €
JARDIM-DE-INFÂNCIA MONTINHO S. M. FEIRA - MANUTENÇÃO 2016	10.413,78 €
JI E EB1 AVENIDA FIÃES - MANUTENÇÃO 2016	29.940,26 €
MANUTENÇÃO JI IGREJA, GIÃO	11.288,20 €
MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS EB POUSADELA	11.219,51 €
REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR DA EB SANTO ANTÓNIO, RIO MEÃO	13.617,68 €
ESCOLA EB1 S.M. LAMAS N. 1 S. M. LAMAS - MANUTENÇÃO 2016	10.511,50 €
EUROPARQUE - SANTA MARIA DA FEIRA - CONSERVAÇÃO 2016	12.270,77 €
EUROPARQUE - CONSERVAÇÃO 2016	10.236,55 €
REPARAÇÃO DE PAVIMENTO EM DIVERSOS LOCAIS - FREGUESIA DE RIO MEÃO	12.640,31 €
ZONA INDUSTRIAL DO ROLIGO - SANTA MARIA DA FEIRA	28.909,44 €
RECONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE DE ARRUAMENTO MUNICIPAL, EM ELEMENTOS PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO, EM REPARAÇÃO DE DERROCADADA DO EXISTENTE, NA RUA DO CAMPO GRANDE, DO N.º338 AO 482, NA FREGUESIA DE SANTA MARIA DE LAMAS.	12.264,75 €
CEMITÉRIO MUNICIPAL - MANUTENÇÃO 2016	10.163,64 €
MURO NA RUA DE MOURE - CONSTRUÇÃO DE ANEXO - CONTRATO PROMESSA DE PERMUTA DE 09/07/2013 SANTA MARIA DE LAMAS	11.235,99 €
AVENIDA FRANCISCO SÁ CARNEIRO - S. J. VÊR	13.498,99 €
REABILITAÇÃO PARQUE ESTACIONAMENTO-LUGAR PAÇO-LOUROSA	14.245,90 €
PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	20.634,99 €
RUA DO CENTRO SOCIAL - CANEDO	16.640,49 €



OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA	VALOR
REPARAÇÃO DE PAVIMENTO DE DIVERSAS RUAS NA FREGUESIA DE CANEDO	28.455,16 €
REPARAÇÃO DE PAVIMENTO EM DIVERSOS LOCAIS NA FREGUESIA DE NOGUEIRA DA REGEDOURA	11.440,54 €
REPARAÇÃO DE PAVIMENTO EM DIVERSOS LOCAIS - FREGUESIA DE S. PAIO DE OLEIROS	10.546,86 €
REPARAÇÃO DE PAVIMENTO EM DIVERSOS LOCAIS DA FREGUESIA DE S. J. VÊR	79.844,02 €
PAVIMENTAÇÃO DA RUA DA LAVANDEIRA - S. J. VÊR	10.510,86 €
REPARAÇÃO DE PASSEIOS NA FREGUESIA DE ESCAPÃES	11.365,78 €
REPARAÇÃO DE PASSEIOS NA FREGUESIA DE ESCAPÃES	38.931,39 €
REPARAÇÃO DE PASSEIOS EM DIVERSOS LOCAIS NA FREGUESIA DE FIÃES	20.846,59 €
RUA DA MATA E RUA DO CRUZEIRO - PAÇOS DE BRANDÃO	11.129,28 €
REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PASSEIOS EM DIVERSOS LOCAIS - FREGUESIA DE S. J. VÊR	11.424,22 €
CONSTRUÇÃO DE TRAMO DE REDE PÚBLICA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, NA RUA BURGO DE RYFANA, AO ENTRONCAMENTO DA RUA SACADURA CABRAL E RUA DE MANHOUCE, NA FREGUESIA DE ARRIFANA.	14.497,92 €
AGUAS PLUVIAIS NA RUA MOINHOS SOBREDA - CANEDO	17.392,04 €
AGUAS PLUVIAIS EM DIVERSOS LOCAIS - FREGUESIA DE FIÃES	18.178,30 €
AGUAS PLUVIAIS EM DIVERSOS LOCAIS NA FREGUESIA DE S. JOÃO DE VÊR	16.813,08 €
AGUAS PLUVIAIS NA RUA DO LARVÃO - VILA MAIOR	31.188,70 €
REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS AJARDINADOS NA CIDADE DE SANTA MARIA DA FEIRA	11.382,94 €
MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES - MANUT.DE ESP. VERDES NA CIDADE DE SMFEIRA 2016 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL VEGETAL (VG ARVORES; RELVAS; PLANTAS, HERBACEAS; SEMENTES; ARBUSTOS, BOLBOS, RAIZES)	17.341,86 €
MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES - MANUT.DE ESP. VERDES NA CIDADE DE SMFEIRA 2016 - GUIMBRAS, CENTRO HISTORICO, ZONA ENVOLVENTE ÀS PISCINAS MUNICIPAIS	32.598,02 €
ZONA ENVOLVANTE À ZONA DESPORTIVA DE TAREI - S. MIGUEL DE SOUTO	19.603,81 €
REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS - SANTA MARIA DA FEIRA 2016	32.314,26 €
CONSTRUÇÃO RUA SALGUEIRINHA-SANTA MARIA DE LAMAS	18.874,54 €
ZONA ENVOLVENTE ANTIGO HOSPITAL DE OLEIROS-S.PAIO OLEIROS	30.674,96 €
REPARAÇÃO PASSEIOS-FREGUESIA DE PAÇOS DE BRANDAO	51.742,99 €
REPARAÇÃO PASSEIOS-FREGUESIA DE RIO MEAO	63.598,28 €



OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA	VALOR
REQUALIFICAÇÃO RUA MATA-SANTA MARIA DE LAMAS	15.082,12 €
REQUALIFICAÇÃO PASSEIOS NAS FREGUESIAS DE LOBAO, GUISANDE, GIAO E LOUREDO	19.099,97 €
REPARAÇÃO REDE VIARIA DIVERSOS LOCAIS-CANEDO, VALE E VILA MAIOR	19.320,85 €
REPARAÇÃO REDE VIARIA-RUA VOLTA-S.MIGUEL SOUTO	13.933,72 €
DRENAGEM PLUVIAL-RUA CANCELINHA E RUA CARACAS-CANEDO	51.743,04 €
DRENAGEM PLUVIAL-RUA FIGUEIRAS DE BAIXO-RIO MEAO	13.166,07 €
DRENAGEM PLUVIAL NA FREGUESIA DE RIO MEAO	28.437,48 €
COLECTOR E AGUAS PLUVIAIS-RUA GESTAL-CANEDO	13.894,77 €
COLECTOR E AGUAS PLUVIAIS-RUA JOSE OLIVEIRA PAIS-PAÇOS DE BRANDAO	11.325,59 €
COLECTOR E AGUAS PLUVIAIS-AV.ESTADIO, TRAVESSA OUTEIRO, RUA MONTE NOVA, RUA NOVA-RIO MEAO	21.532,18 €
MANUTENÇÃO ESPAÇOS VERDES NA CIDADE DE SANTA MARIA DA FEIRA	19.067,09 €
MANUTENÇÃO ESPAÇOS VERDES NA CIDADE DE SANTA MARIA DA FEIRA	23.680,44 €
MINAS EM SOUTELO-FIAES	12.659,25 €

Quadro 84 – Grupos

Grupo	Designação do Grupo	Custos
93	FUNÇÕES	50.292.285,48 €
93.1	FUNÇÕES GERAIS	22.169.810,68 €
93.1.1	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	21.830.992,70 €
93.1.2	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	338.817,98 €
93.2	FUNÇÕES SOCIAIS	25.366.062,53 €
93.2.1	EDUCAÇÃO	7.980.115,81 €
93.2.2	SAÚDE	44.565,47 €
93.2.3	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	1.142.335,95 €
93.2.4	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	9.438.061,21 €
93.2.5	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVAS E RELIGIOSOS	6.760.984,09 €
93.3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	336.147,63 €
93.3.1	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	- €
93.3.2	INDÚSTRIA E ENERGIA	59.552,76 €
93.3.3	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	- €
93.3.4	COMÉRCIO E TURISMO	116.784,45 €
93.3.5	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	159.810,42 €
93.4	OUTRAS FUNÇÕES	2.420.264,64 €
93.4.1	OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA	- €
93.4.2	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	2.420.264,64 €
93.4.3	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADA	- €

Do quadro acima, o que se destaca mais são os Serviços Gerais da Administração Pública, uma vez que os custos referentes às orgânicas do Município recaíram nesta analítica.

A Educação absorve uma grande parte dos custos das funções sociais. Nele estão incluídos todos os custos associados por exemplo:

- Refeições escolares;
- Regime de fruta escolar;
- Transportes escolares;
- Atividades de enriquecimento curricular;
- Custos com os edifícios escolares;
- Transferências/ subsídios para os agrupamentos escolares.

A Habitação e Serviços Coletivos também absorvem igualmente um volume elevado de custos, visto que, nesta analítica recaem os custos com toda a Habitação Social, com a Divisão Jardins e Espaços Verdes e com a Divisão de Ambiente.

Nos Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos estão representados os custos associados a equipamentos Municipais, tais como:

- Transferências/ subsídios atribuídos a associações desportivas e culturais;
- Europarque;
- Bibliotecas;
- Museus;
- Polidesportivos;
- Praia Fluvial Mámoa;

- Cine Teatro António Lamoso;
- Parque Ornitológico de Lourosa;
- Pista de Atletismo de Lourosa;
- Casa do Povo de Santa Maria da Feira;
- Quinta do Castelo.

Em particular apresentamos a análise da implementação da contabilidade de custos na orgânica da Biblioteca Municipal, Museu do Papel, Museu Convento dos Lóios e Europarque.

A Biblioteca Municipal apresenta como principal função o fornecimento de bens e de serviços, designadamente, a RCLP (Rede Concelhia de Leitura Pública), Eventos/ Extensão Cultural, Núcleo Pedagógico, sistemas de informação, cafetaria, Art@biblio, outras não diferenciadas e custos gerais. O quadro seguinte apresenta os custos da Biblioteca Municipal.

Quadro 85 – Custos da Biblioteca Municipal

Composição dos Custos	
Custos com Pessoal	582.225,90 €
Amortizações	18.101,32 €
Eletricidade	32.947,98 €
Água	1.795,89 €
Limpeza	25.552,02 €
Comunicações	7.354,21 €
Total.....	667.977,32 €

O Museu do Papel, por sua vez tem como principal função o fornecimento de bens e de serviços, nomeadamente, produção de papel, conceção e produção de produtos de loja, comunicação e imagem, iniciativas culturais, serviços educativos, gestão museológica, cafetaria, outras não diferenciadas, conservação e custos gerais.

O quadro abaixo demonstra os custos do Museu do Papel.

Quadro 86 – Custos do Museu do Papel

Composição dos Custos	
Custos com Pessoal	81.227,95 €
Amortizações	13.222,21 €
Eletricidade	9.776,49 €
Água	1.324,50 €
Limpeza	7.247,22 €
Comunicações	173,54 €
Total.....	112.971,91 €

O Museu Convento dos Lóios tem como principal objetivo o fornecimento de bens e de serviços, particularmente, em atividades como o Castro de Romariz, Gestão Museológica-Exposição Permanente, Serviços Educativos, Conservação e Restauro, Exposições Temporárias, Outras não diferenciadas, conservação e custos gerais.

O quadro seguinte demonstra os custos do Museu do Convento dos Lóios.

Quadro 87 – Custos do Convento dos Lóios

Composição dos Custos	
Custos com Pessoal	178.433,54 €
Amortizações	140.656,77 €
Eletricidade	18.782,15 €
Água	2.677,06 €
Limpeza	7.286,30 €
Comunicações	175,20 €
Total.....	348.011,02 €

O Europarque tem como principal função a prestação de serviços, apresentando para o efeito a distinção entre atividades, conservação e custos gerais.

O quadro abaixo demonstra os custos do Europarque.



Quadro 88 – Custos do Europarque

Composição dos Custos	
Energia	147.720,35 €
Comunicação	6.284,32 €
Água	65.919,91 €
Gás	37.133,35 €
Segurança	154.766,77 €
Conservação	852,45 €
Limpeza	8.367,73 €
Amortização da Concessão	428.000,00 €
Amortização de bens	13.988,23 €
Serviços Especializados	114.809,41 €
Total.....	977.842,52 €

XII. Anexos às Demonstrações Financeiras

Introdução

Estabelece o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL.

8.1 Caracterização da Entidade

8.1.1. Identificação

Município de Santa Maria da Feira

Apartado 135

4524-909 Santa Maria da Feira

Número de identificação fiscal: 501 157 280

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho de Santa Maria da Feira é constituído por 21 freguesias com uma área de 215,87 km².

N.º de eleitores: 125 634 dos quais fazem parte 19 cidadãos da União Europeia e 29 cidadãos estrangeiros (fora União Europeia), conforme informação da DGAI (Direção Geral de Administração Interna – Administração Eleitoral), publicada no Diário da República n.º 43, 2ª Série, de 1 de março de 2017.

8.1.2. Legislação

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 162/99, de 14 de setembro, 60-A/2005, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro.

8.1.3. Estrutura organizacional efetiva

A estrutura orgânica, o quadro de pessoal, bem como a reestruturação de serviços foram aprovados pelo Executivo Municipal na reunião ordinária que teve lugar no dia 13 de dezembro de 2012, e homologados pela Assembleia Municipal a 28 de dezembro de 2012, com a adaptação da estrutura orgânica do município nos termos da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, ao DL n.º 305/2009 de 23 de outubro, o que na prática se traduziu numa redução do número de unidades orgânicas e, por conseguinte, do número de dirigentes/chefias e respetiva despesa passamos de 37 unidades orgânicas para 27 e de 1 subunidade orgânica para 4, correspondendo em termos totais a uma redução de 7 dirigentes/chefias.

8.1.4. Descrição sumária das atividades

O Município de Santa Maria da Feira exerce a sua atividade de acordo com as atribuições que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações.

8.1.5. Recursos Humanos

O Órgão Executivo Municipal é composto à data de 31 de dezembro de 2016 pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Emídio Ferreira Santos Sousa e por dez Vereadores, designadamente:

- ✓ José Manuel da Silva Oliveira – Vice-presidente - Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes
- ✓ Cristina Manuela Cardoso Tenreiro – Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude
- ✓ Vitor Carlos Latourrette Marques – Vereador do Pelouro de Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde
- ✓ Helena Maria de Sá Portela – Vereadora de Administração e Finanças
- ✓ António Gil Alves Ferreira – Vereador da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus
- ✓ Eduardo Marques dos Santos Cavaco
- ✓ Mário António Pinho de Oliveira

- ✓ Susana Alexandra Lopes Correia
- ✓ António Ferreira de Bastos
- ✓ Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira

8.1.6. Organização Contabilística

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, sendo o sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, desenvolvido pela empresa Medidata Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A..

Grande parte das aplicações está interligada entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

8.1.7. Outras informações relevantes

- ❖ Ações Inspetivas levadas a efeito por órgãos de controlo interna (IGF e IGAT), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

Data da Ação: 04/06/2015 – ainda a decorrer

Assunto: Auditoria ao Município de Santa Maria da Feira – Controlo das obrigações e objetivos resultantes da adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e Controlo da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).

Entidade: IGF

- ❖ Documentos de Gestão:

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 foram aprovados em 2016 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 27 de outubro de 2016 e 3 de novembro de 2016, respetivamente.

- ❖ Indicadores de Gestão:

Participação fixa no IRS.....	4.003.155,00€;
Fundo Equilíbrio Financeiro Corrente.....	10.463.986,00€;
Fundo Equilíbrio Financeiro de Capital.....	1.162.664,00€;
Fundo Social Municipal.....	2.530.073,00€;
Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação.....	52.034.174,83€;
Receitas de Investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação.....	697.355,75€.

8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas na base da continuidade das operações do Município em conformidade com os princípios contabilísticos da entidade contabilística, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

A informação contida no Balanço e na Demonstração de Resultados, reflete a imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo, dos Fundos Próprios e dos Resultados do Município de Santa Maria da Feira.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a numeração definida pelo POCAL, no seu ponto 8.

As notas que não sejam aplicáveis ao Município de Santa Maria da Feira, não serão incluídas no presente anexo.

8.2.1. Derrogação das disposições do POCAL

Não foi derogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida nas demonstrações financeiras reflete a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira (apresentada no Balanço) do desempenho (apresentado na demonstração dos resultados) e dos fluxos de caixa e das operações orçamentais.

8.2.2. Comparabilidade

Tendo como objetivo, não só a correção de situações reportadas a exercícios económicos anteriores, bem como a alteração de metodologias de contabilização que melhor se conformem com as características qualitativas da informação financeira, efetuaram-se em 2015 os ajustamentos que a propósito se mostraram necessários, afetando-se desta forma a comparabilidade com o exercício anterior, concretamente:

- Correções relativas a exercícios anteriores, com impacto no balanço inicial, imobilizado e amortizações acumuladas do exercício;

- Alteração da política contabilística do registo das receitas provenientes do estado e que foram arrecadadas em 2017, passaram a ser contabilizadas como dívida do Estado ao Município.

8.2.3. Critérios Valorimétricos

Neste ponto refere os critérios valorimétricos relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes a ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

Investimentos financeiros

Partes de Capital – em virtude de termos obtido em tempo oportuno a maioria das contas das participadas relativamente ao exercício de 2016, foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Todas as restantes participações estão valorizadas ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo não seja recuperável, é efetuada a constituição de uma provisão para aplicações financeiras.

Imobilizado

O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de aumentar a vida útil, são registados como custo do período em que incorrem.

Os imóveis classificados como de interesse público, referidos na nota 8.2.14, não têm valor contabilístico atribuído.

Amortizações

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

8.2.7. Movimentos do Ativo Imobilizado

Ativo Bruto		2016					
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO							
451 Terrenos e Recursos Naturais	2.995.999,91 €	- €	932.847,22 €	- €	- €	15.879,80 €	3.912.967,33 €
452 Edifícios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
453 Outras Construções e Infra-estruturas	56.205.938,55 €	- €	1.291.541,14 €	- €	- €	- €	57.497.479,69 €
455 Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	182.878,38 €	- €	- €	- €	- €	- €	182.878,38 €
459 Outros Bens de Domínio Público	173.852,94 €	- €	15.628,42 €	- €	- €	- €	189.481,36 €
445 Imobilizações em Curso	325.216,06 €	- €	34.650,74 €	- €	- €	- €	359.866,80 €
446 Adiantamentos por conta de Bens de Domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	59.883.885,84 €	- €	2.274.667,52 €	- €	- €	15.879,80 €	62.142.673,56 €
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS							
449 Adiantamentos por conta de Bens de Domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
443 Imobilizações Incorpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
431 Despesas de Instalação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
432 Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
433 Propriedade Industrial e Outros Direitos	21.400.000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	21.400.000,00 €
	21.400.000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	21.400.000,00 €
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS							
421 Terrenos e Recursos Naturais	49.940.846,47 €	- €	968.791,63 €	68.013,77 €	- €	464.811,12 €	50.376.813,21 €
422 Edifícios e Outras Construções	165.690.205,38 €	- €	3.693.989,39 €	- €	- €	431.715,29 €	168.952.479,48 €
423 Equipamento Básico	3.804.353,33 €	- €	82.203,83 €	- €	- €	4.830,90 €	3.881.726,26 €
424 Equipamento de Transporte	2.163.700,38 €	- €	28.528,56 €	- €	- €	- €	2.192.228,94 €
425 Ferramentas e Utensílios	808.205,09 €	- €	88.953,89 €	- €	- €	2.913,58 €	894.245,40 €
426 Equipamento Administrativo	4.155.304,91 €	- €	98.393,87 €	- €	- €	13.304,63 €	4.240.394,15 €
427 Taras e Vasilhames	35.718,23 €	- €	- €	- €	- €	- €	35.718,23 €
429 Outras Imobilizações Corpóreas	10.425.000,29 €	- €	456.731,79 €	- €	- €	35.712,37 €	10.846.019,71 €
442 Imobilizações em Curso	22.899.192,77 €	- €	4.756.796,16 €	- €	2.480.390,23 €	- €	25.175.598,70 €
448 Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corpóreas	118.202,37 €	- €	- €	- €	98.655,01 €	- €	19.547,36 €
	260.040.729,22 €	- €	10.174.389,12 €	68.013,77 €	2.579.045,24 €	953.287,89 €	266.614.771,44 €
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
411 Partes de Capital	3.081.188,81 €	- €	- €	- €	- €	75.000,00 €	3.006.188,81 €
412 Obrigações e Títulos de Participação	2.882.174,05 €	- €	- €	- €	- €	- €	2.882.174,05 €
414 Investimentos em Imóveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
415 Outras Aplicações Financeiras	- €	- €	9,98 €	- €	- €	- €	9,98 €
441 Imobilizações em Curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
447 Adiantamentos por Conta de Investimentos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	5.963.362,86 €	- €	9,98 €	- €	- €	75.000,00 €	5.888.372,84 €
TOTAL	347.287.977,92 €	- €	12.449.066,62 €	68.013,77 €	2.579.045,24 €	1.044.167,69 €	356.045.817,84 €

O valor inscrito em Investimentos Financeiros, do mapa supra, não coincide com o valor que se encontra escriturado no Balanço, devido à valorização das participações pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

2016

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	- €	- €	- €	- €
4851 TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €
4852 EDIFÍCIOS	- €	- €	- €	- €
4853 OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	29.098.256,75 €	2.866.955,53 €	- €	31.965.212,28 €
4855 BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	- €	- €	- €	- €
4859 OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	7.311,50 €	701,21 €	- €	8.012,71 €
	29.105.568,25 €	2.867.656,74 €	- €	31.973.224,99 €
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
4831 DESPESAS DE INSTALAÇÃO	- €	- €	- €	- €
4832 DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO	- €	- €	- €	- €
4833 PROPRIEADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	- €	- €	- €	- €
4834 CONCESSÕES CEDIDAS AO MUNICÍPIO	428.000,00 €	428.000,00 €	- €	856.000,00 €
	428.000,00 €	428.000,00 €	- €	856.000,00 €
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
4821 TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €
4822 EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	31.165.428,37 €	3.444.285,06 €	68.242,61 €	34.541.470,82 €
4823 EQUIPAMENTO BÁSICO	3.118.114,18 €	68.474,36 €	4.598,99 €	3.181.989,55 €
4824 EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	2.007.652,44 €	31.111,13 €	- €	2.038.763,57 €
4825 FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	752.543,27 €	27.770,19 €	1.216,18 €	779.097,28 €
4826 EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	3.826.755,64 €	109.188,24 €	13.275,30 €	3.922.668,58 €
4827 TARAS E VASILHAME	30.973,64 €	4.744,59 €	- €	35.718,23 €
4829 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	8.657.836,82 €	562.495,93 €	35.712,37 €	9.184.620,38 €
	49.559.304,36 €	4.248.069,50 €	123.045,45 €	53.684.328,41 €
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
491 PARTES DE CAPITAL	- €	- €	- €	- €
492 OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	- €	- €	- €	- €
495 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €
Total.....	79.092.872,61 €	7.543.726,24 €	123.045,45 €	86.513.553,40 €

8.2.8. Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado

A desagregação do Ativo Imobilizado pelas rubricas de Edifícios e Outras Construções e Viaturas encontram-se no Mapa Ativo Bruto e Amortizações e Provisões e contém a sua descrição, data de aquisição e de reavaliação, valor de aquisição ou outro valor contabilístico, taxas de amortização, amortizações do exercício e acumuladas, alienações, transferências e abates no exercício e os respetivos valores do Ativo Imobilizado.

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (*ver mapas em Anexos*).

8.2.12. Imobilizações Corpóreas e em Curso em poder de Terceiros

Imobilizações em poder de Terceiros, incluindo bens de Domínio Público cedidos por Contrato de Concessão:

Imóveis em Poder de Terceiros

Freguesia	Destino	Outorgantes	Escritura
Arrifana	Parque Público de Lazer	Freguesia de Arrifana	24/2004
Arrifana	Sede e Polidesportivo	Centro de Cultura e Desporto de Arrifana	86/1999
Escapães	Sede	Associação Recreativa e Columbófila de Escapães	09/2002
Escapães	Sede	Rotary Clube da Feira	09/2009
Espargo		Fundação Técnica e Científica do Desporto	46/2005
Fiães	Sede	Grupo Columbófilo de Fiães	28/2002
Gião	Reconstrução / Recuperação da antiga Escola Primária do Outeiro	Freguesia de Gião	6/2011
Gião	Equipamentos	Freguesia de Gião	20/2012
Guisande	Centro de Dia e Lar da Terceira Idade	Centro Social S. Mamede - Guisande	8/2011
Lobão	Lar de Idosos	Centro Social de S. Tiago de Lobão	36/2010
Lobão	Sede	Rancho Folclórico de S. Tiago de Lobão	76/2001
Lourosa	Lar da Terceira Idade	Centro Social de Lourosa	1/2011
Lourosa	Sede	Grupo Cénico de Lourosa	3/2005
Lourosa	Sede	Sociedade Columbófila de Lourosa	47/2001
Mozelos	Sede	Futebol Clube de Mozelos	19/2008
Mozelos	Sede	Grupo Columbófilo de Mozelos	24/2006
Mozelos	Sede	Os Dragões de Mozelos - Associação de Cultura Desporto e Recreio	21/2005
Nogueira da Regedoura	Campo de Jogos	Centro Popular de Trabalhadores de Pousadela	29/2001
Paços de Brandão	Campo de Ténis	Clube de Ténis de Paços de Brandão	36/2005
Paços de Brandão	Pavilhão Desportivo	Grupo Recreativo Independente Brandoense	90/2001
Paços de Brandão	Campo de Treinos e respetivos Equipamentos de Apoio	Clube Desportivo de Paços de Brandão	10/2012
Pigeiros	Sede	Associação Desportiva-Sociedade Columbófila de Pigeiros	6/2010



Imóveis em Poder de Terceiros

Freguesia	Destino	Outorgantes	Escritura
Pigeiros	Campo de Futebol, Polidesportivo e Outros Equipamentos	Freguesia de Pigeiros	69/2012
Rio Meão	Sede para Coletividades e Promoção de Atividades	Freguesia de Rio Meão	110/2000
Rio Meão	Pavilhão Gimnodesportivo	Juventude Atlético de Rio Meão	49/2001
Sanguedo	Sede	União Columbófila de Sanguedo	41/2003
S. M ^a da Feira	Sede	Clube de Caça e Pesca de Santa Maria da Feira	27/1991
S. M ^a da Feira	Posto de Abastecimento de Combustíveis	Clube Desportivo Feirense	11/2001
S. M ^a da Feira	Construção de Polo ...	Casa dos Choupos - Cooperativa Multisectorial de Solidariedade Social, CRL	86/2011
S. M ^a da Feira	Utilização como Estaleiro	Freguesia de Santa Maria da Feira	3/2011
S. M ^a da Feira	Sede da Junta	Freguesia de Santa Maria da Feira	2/2011
S. M ^a da Feira	Sede	Sociedade Columbófila de Vila da Feira	63/2008
S. M ^a da Feira	Sede	Grupo Golgota	26/2005
S. João de Vêr	Sede Social	A.C.D.L.S. - Associação Cultural e Desportiva Lavandeira, S. João de Vêr	45/2006
S. João de Vêr	Unidade de Saúde Familiar	Freguesia de S. João de Vêr	86/2010
S. João de Vêr	Instalação de Equipamento Podesportivo	Freguesia de S. João de Vêr	47/2006
S. Paio de Oleiros	Auditório	Freguesia de S. Paio de Oleiros	13/2007
Travanca	Casa Mortuária	Freguesia de Travanca	07/2011
Travanca	Complexo Desportivo	Freguesia de Travanca	45/2004
Vale	Edifício de Apoio à Terceira Idade	Centro Social e Paroquial do Vale	25/2006
Argoncilhe	Polidesportivo e sede da Liga de Melhoramentos e Beneficência da Vergada	Liga de Melhoramentos e Beneficência dos Lugares de Ordonhe, Ramil Vergada e Ermilhe	21/2013
Guisande	Centro Cívico do Viso	Centro Social S. Mamede	15/2014
Fiães	Implantação de Posto Redutor	Lusitâniagás - Companhia de Gás do Centro, SA	26/2014
Rio Meão	Escola Primária Viela	Freguesia de Rio Meão	15/2016
Mozelos	Construção Edifício destinado ao desenvolvimento das atividades estatutárias da associação.	GDCM - Grupo de Dinamização Cultural de Mozelos	21/2016

8.2.14. Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar, continua a respeitar essencialmente aos bens doados ao Museu Convento dos Loios e ao Museu do Papel, pela complexidade artística que lhes são reconhecidas.

8.2.15. Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Relativamente aos bens de domínio público, não estão a ser amortizados os bens do património histórico, artístico e cultural (45.5), terrenos (45.1) e aquisição de livros (42.3) em conformidade com o disposto nas alíneas a) e g) n.º 1, do artigo 36º da Portaria n.º 671/2000, publicada na II Série do Diário da República do dia 17 de abril de 2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE).

8.2.16. Mapa das entidades participadas

O valor contante do mapa abaixo ilustrado não coincide com o valor que se encontra escriturado no Balanço, devido à valorização das participações pelo método de equivalência patrimonial (MEP), conforme já mencionado.

Entidades Participadas	Sede	Contribuinte	Capitais Próprios	R. Líquido do Exercício (2016)	Participação capital social	
					Valor	%
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M.	Rua António Martins Soares Leite, Nº355 4524-909 Santa Maria da Feira	505120151	1.110.442,27 €	44.907,19 €	692.230,83 €	100,00%
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A	Rua dos Descobrimentos, nº12 r/c, esq. Santa Maria da Feira	504134353	- 420.739,99 € -	82.030,08 €	125.000,00 €	50,00%
Energaia-Agência de Energia do Sul da área Metropolitana do Porto	Avenida Manuel Violas, nº476 Sala 23 4410-136 S.Felix da Marinha	504454536	212.947,39 €	32.572,83 €	30.000,00 €	20,00%
Suldouro, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A	Rua Conde Barão 4415-103 Sermonde Vila Nova de Gaia	503698812	17.491.002,44 €	1.000.737,23 €	510.000,00 €	15,00%
Primus	Av. dos Aliados, 236-1º 4000-065 Porto	502823305	216.674,03 €	a)	499,00 €	0,06%
Fundacao "Terras Santa Maria"	Rua António Castro Corte Real - Apartado 132 4520- 909 Santa Maria da Feira	502556773	4.126.878,10 €	324.490,04 €	4.987,98 €	10,00%
ADCL-Águas do Centro Litoral, SA	ETA da Boavista Av. Dr. Luis Albuquerque 3030-410 Coimbra	513606181	90.753.761,22 €	3.970.212,23 €	700.120,00 €	1,74%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Rua Tenente Espanca, 20 1050 - 223 Lisboa	513319182	650.000.000,00 €	a)	2.882.173,05 €	0,44%
Águas do Norte, S.A.	Avenida Osnabruck, 29 5000- 427 Vila Real	513606084	281.372.940,55 €	13.024.049,41 €	484.750,00 €	0,32%

a) não foram apresentadas as contas

8.2.22. Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado nas respetivas contas, tendo sido provisionado o montante de 5.456.445,78€ conforme se pode constatar no balanço a 31 de dezembro de 2016. Estas dívidas dizem respeito principalmente à cobrança da taxa de resíduos sólidos e de saneamento, rendas de habitação social, refeições escolares, entre outras.

Ver Nota do ponto 8.2.27 – Provisões.

8.2.26. Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património do Município, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo.

Assim, estas contas refletem para além dos recibos para cobrança, fundos caucionados, depósitos de garantia e garantias bancárias tituladas por documentos que revistam a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante, tais como, retenções em numerário e depósitos bancários.

A informação aqui invocada consta em Mapas em Anexo.



Cod. Conta	Designação	Saldo Inicial		Do Ano		Saldo Final	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Devedor	Credor
09	CONTAS DE ORDEM	7.721.703,82 €	7.721.703,82 €	4.675.254,35 €	4.675.254,35 €	- €	- €
09.1	RECIPOS PARA COBRANÇA	38.210,10 €	- €	- €	- €	38.210,10 €	- €
09.1.1	EXERCICIO ANTERIOR	38.011,17 €	- €	- €	- €	38.011,17 €	- €
09.1.1.01	RECEITA LIQUIDADADA	38.011,17 €	- €	- €	- €	38.011,17 €	- €
09.1.1.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.1.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2	EXERCICIO CORRENTE	198,93 €	- €	- €	- €	198,93 €	- €
09.1.2.01	RECEITA LIQUIDADADA	198,93 €	- €	- €	- €	198,93 €	- €
09.1.2.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2	FUNDOS CAUCIONADOS	2.471.813,11 €	3.810.818,16 €	65.224,59 €	320.406,87 €	- €	1.594.187,33 €
09.2.1	CAUÇÕES DE EMPREITADAS	2.470.901,61 €	3.347.221,52 €	65.224,59 €	277.472,79 €	- €	1.088.568,11 €
09.2.1.01	PRESTADA	- €	3.347.221,52 €	- €	277.472,79 €	- €	3.624.694,31 €
09.2.1.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.1.03	DEVOLVIDA	2.470.901,61 €	- €	65.224,59 €	- €	2.536.126,20 €	- €
09.2.2	CAUÇÕES DE LOTEAMENTO E OBRAS	- €	458.919,14 €	- €	40.766,58 €	- €	499.685,72 €
09.2.2.01	PRESTADA	- €	458.919,14 €	- €	40.766,58 €	- €	499.685,72 €
09.2.2.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.2.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SANITARIO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4	DEPOSITOS DE CAUÇÃO DO PESSOAL	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5	CAUÇÕES DE CAÇA	8.100,00 €	61.604,32 €	- €	5.857,50 €	- €	59.361,82 €
09.2.5.01	PRESTADA	- €	4.677,50 €	- €	2.167,50 €	- €	6.845,00 €
09.2.5.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5.03	DEVOLVIDA	911,50 €	- €	- €	- €	911,50 €	- €
09.3	GARANTIAS BANCÁRIAS	549.867,23 €	3.872.675,56 €	391.689,32 €	3.897.933,57 €	- €	6.829.052,58 €
09.3.1.01	Prestadas	- €	56.926,82 €	- €	3.690,00 €	- €	60.616,82 €
09.3.1.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.1.03	Devolvidas	7.188,50 €	- €	- €	- €	7.188,50 €	- €
09.3.2	Fornecedores de Imobilizado	542.678,73 €	3.815.748,74 €	391.689,32 €	3.894.243,57 €	- €	6.775.624,26 €
09.3.2.01	Prestadas	- €	3.815.748,74 €	- €	3.894.243,57 €	- €	7.709.992,31 €
09.3.2.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.2.03	Devolvidas	542.678,73 €	- €	391.689,32 €	- €	934.368,05 €	- €
09.3.3	Loteamentos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.01	Prestadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.03	Devolvidas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.9	CONTRAPARTIDA	4.661.813,38 €	38.210,10 €	4.218.340,44 €	456.913,91 €	8.385.029,81 €	- €
09.9.1	RECIPOS DE COBRANÇA	- €	38.210,10 €	- €	- €	- €	38.210,10 €
09.9.2	FUNDOS CAUCIONADOS	1.339.005,05 €	- €	320.406,87 €	65.224,59 €	1.594.187,33 €	- €
09.9.3	GARANTIAS BANCÁRIAS	3.322.808,33 €	- €	3.897.933,57 €	391.689,32 €	6.829.052,58 €	- €
	Total	7.721.703,82 €	7.721.703,82 €	4.675.254,35 €	4.675.254,35 €		

Contas de Ordem

Descrição	Valores	Descrição	Valores
Saldo da Gerência Anterior	4.700.023,48 €	Garantia e Cauções Accionadas	
Garantias e Cauções	4.661.813,38 €	Garantia e Cauções Devolvidas	456.913,91 €
Recibos para Cobrança	38.210,10 €	Receita Virtual cobrada	
Garantias e Cauções Prestadas	4.218.340,44 €	Receita Virtual anulada	
Receita Virtual Líquida	- €	Saldo para Gerência Seguinte	8.461.450,01 €
		Garantias e Cauções	8.423.239,91 €
		Recibos para Cobrança	38.210,10 €
Total geral	8.918.363,92 €	Total geral	8.918.363,92 €



O POCAL apenas obriga à contabilização dos valores titulados por documentos, os que são prestados ao Município, omitindo a obrigação dos valores titulados por documentos, mas prestado pelo Município a entidades externas pelo que abaixo se procede à divulgação das garantias emitidas:

Banco	Garantia n.º	Benefeciário	Valor
Santander totta	962300488011370	E.P. - Estradas de Portugal, SA	61.200,00 €
Santander totta	36230488084943	E.P. - Estradas de Portugal, SA	19.000,00 €
Santander totta		ICERR - Direção Estradas de Aveiro	3.000,00 €
Novo banco	283599	ICERR - Direção Estradas de Aveiro	52.872,58 €
Novo banco	282429	ICERR - Direção Estradas de Aveiro	28.930,28 €
Banco comercial português	125-02-0101257	Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	165.102,10 €
Banco comercial português	125-02-0080724	Ministério da Economia - Instituto Geológico e Mineiro	7.481,97 €
Banco comercial português	125-02-0091696	Juiz de Direito da Comarca de Santa Maria da Feira	11.677,48 €
Caixa geral de depósitos	9015.007661.293	Comissão C. Região Norte	404.738,61 €
Caixa geral de depósitos	0306.002693.493	Tribunal Judicial Vila Feira	15.921,63 €
Caixa geral de depósitos	0306.002697.793	Tribunal Judicial Vila Feira	5.112,68 €
Caixa geral de depósitos	0306.002703.593	Tribunal Judicial Vila Feira	5.112,68 €
Caixa geral de depósitos	0306.002732.993	Tribunal Judicial Vila Feira	1.084,89 €
Caixa geral de depósitos	0306.002710.893	Tribunal Judicial Vila Feira	698,32 €
Caixa geral de depósitos	0306.002714.093	Tribunal Judicial Vila Feira	567,38 €
Caixa geral de depósitos	0306.002718.393	Tribunal Judicial Vila Feira	274,34 €
Caixa geral de depósitos	0306.002725693	Tribunal Judicial Vila Feira	250,65 €
Caixa geral de depósitos	0306.002729.993	Tribunal Judicial Vila Feira	329,21 €
Caixa geral de depósitos	0306.002736.193	Tribunal Judicial Vila Feira	110.913,66 €
Total			894.268,46 €

8.2.27. Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício

Para a constituição do montante final do saldo das provisões que abaixo se apresenta, a antiguidade do saldo em dívida foi fundamental para o cálculo do valor a considerar.

Contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	- €	- €	- €	- €
29.1	Provisões para cobranças duvidosas	4.326.206,65 €	1.130.239,13 €	- €	5.456.445,78 €
29.1.1	Clientes	38.210,10 €	- €	- €	38.210,10 €
29.1.2	Contribuintes c/c	- €	10,25 €	- €	10,25 €
29.1.3	Utentes	3.732.221,58 €	1.015.509,77 €	- €	4.747.731,35 €
29.1.3.1	Rendas da Habitação Social	417.020,45 €	251.538,80 €	- €	668.559,25 €
29.1.3.2	Saneamento/Resíduos Sólidos	2.610.605,59 €	622.128,63 €	- €	3.232.734,22 €
29.1.3.3	Refeições Escolares	349.696,81 €	86.125,26 €	- €	435.822,07 €
29.1.3.9	Outras Situações	354.898,73 €	55.717,08 €	- €	410.615,81 €
29.1.4	Devedores Diversos	555.774,97 €	114.719,11 €	- €	670.494,08 €
29.2	Provisões para Riscos e Encargos	3.895.348,39 €	- €	240.774,18 €	3.654.574,21 €
29.2.1	Processos Judiciais em Curso	3.895.348,39 €	- €	240.774,18 €	3.654.574,21 €
39	Provisões para depreciações de existências	126.378,91 €	- €	- €	126.378,91 €
39.6	Materias-primas, subsidiarias e de consumo	126.378,91 €	- €	- €	126.378,91 €
49	Provisões para investimentos financeiros	- €	- €	- €	- €

O saldo final das provisões no exercício de 2016 ascendeu a 9.237.578,90€ tendo ocorrido uma diminuição no montante de 240.774,18€, referente a provisões para riscos e encargos.

Deste modo, foram provisionadas todas as dívidas em mora há mais de 6 meses, sendo que no final da conta “Provisões para Cobrança Duvidosa” obteve um aumento equivalente a 1.130.239,13€, consequência da dificuldade de cobrança das rendas de habitação social, das refeições escolares e da taxa de recolha de resíduos sólidos.

Dado o avolumar de dívidas aprovisionadas, o Município está a realizar um estudo casuístico, quer do ponto de vista formal, quer legal, de forma a identificar a incobrabilidade dos saldos em causa, a prescrição de certas dívidas, de forma a regularizar os saldos a curto prazo.

Relativamente às provisões para existências o valor das provisões manteve-se inalterável, em virtude da existência em stock de artigos com baixa rotatividade.

De acordo com a Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto de 2012 no seu artigo 40º e 62º, o Município tem que se pronunciar acerca da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, em virtude dos resultados líquidos negativos. O Município já procedeu ao lançamento de um concurso público para o



estudo de viabilidade da sociedade supra mencionada, cujo objeto de exploração são as termas das Caldas de S. Jorge, ativo imóvel propriedade do Município, bem como alguns bens móveis. As termas constituem um ativo importante que visa a satisfação das necessidades de interesse geral bem como a promoção do desenvolvimento local e regional do concelho, e uma vez que, ainda não existem conclusões acerca do referido estudo, não se afigura a existência da necessidade de constituição de uma provisão associada aos resultados líquidos da entidade participada à data da constituição do balanço. Assim, aguarda-se a conclusão do estudo de viabilidade para que o Município se pronuncie com toda a fiabilidade e certeza acerca do assunto.

As provisões para riscos e encargos referem-se a processos judiciais que foram alvo de identificação do risco de resolução desfavorável ao Município num conjunto de processos judiciais em curso, conforme o seguinte quadro.

Processo n.º	Valor reclamado 2016	Valor reclamado 2015
680/1999 do 4º civil do Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira	- €	184.674,54 €
469/06. OBEVIS	99.180,25 €	99.180,25 €
2935/07.OTBVFR - Tribunal Judicial Santa Maria da Feira	- €	15.000,00 €
3788/08.7TBVFR - Expropriação	103.756,08 €	103.756,08 €
767/09.OBEVIS	143.614,25 €	143.614,25 €
1110/12.7TBVFR	- €	175.985,00 €
2947/14.8TBVFR - 2ºJCível do Tribunal Judicial Santa Maria da Feira	- €	713.361,30 €
3134/14.0TBVFR - 3-ºJCível do Tribunal Judicial de Santa Maria da Fei	2.419.856,97 €	2.419.856,97 €
877/15.5BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	39.920,00 €	39.920,00 €
433/16.0BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30.001,00 €	- €
3261/16.0/8AVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30.001,00 €	- €
2/16.5T8VFR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	751.625,58 €	- €
1078/16.0BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	36.619,08 €	- €
Total	3.654.574,21 €	3.895.348,39 €
Diminuição		- 240.774,18 €

As provisões foram efetuadas, tendo em consideração a materialidade dos valores em causa.

À data de 31 de dezembro de 2016, de acordo com o princípio da prudência, mantém-se para além de alguns processos litigiosos em curso, já referenciados em anos anteriores, outros constituídos, cujos desfechos e efeitos financeiros de desconhecem.

8.2.28. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial, constantes do balanço.

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
5 Fundos Proprios				
51 Patrimonio	87.040.101,00 €	510.224,98 €	- €	87.550.325,98 €
57 Reservas	31.383.668,49 €	609.609,72 €	- 428.000,00 €	31.565.278,21 €
57.1 Reservas legais	3.821.682,46 €	554.334,85 €		4.376.017,31 €
57.5 Subsídios	2.529.581,99 €	- €		2.529.581,99 €
57.6 Doações	2.535.265,39 €	55.274,87 €		2.590.540,26 €
57.7 Reservas decorrentes da transferência de activos	22.497.138,65 €		- 428.000,00 €	22.069.138,65 €
57.7.01 Cedências de terreno ao município	1.525.138,65 €		- €	1.525.138,65 €
57.7.02 Europarque	20.972.000,00 €		- 428.000,00 €	20.544.000,00 €
59 Resultados Transitados	73.844.783,16 €	9.992.000,56 €	- 4.014.285,54 €	87.851.069,26 €
59.01 Aplicação de Resultados - credito	84.187.275,89 €	10.532.362,10 €		94.719.637,99 €
59.02 Ajustamentos Financeiros - MEP -débito	28.113,90 €			28.113,90 €
59.99 Outras Variações de Capital - débito	10.314.378,83 €	540.361,54 €	4.014.285,54 €	6.840.454,83 €
Total	192.268.552,65 €	11.111.835,26 €	- 4.442.285,54 €	206.966.673,45 €

Foram efetuadas correções ao balanço inicial, tendo-se verificado o aumento em 510.224,98€. Não obstante os valores contabilizados a título de correções ao balanço inicial terem vindo a diminuir substancialmente nos últimos exercícios económicos, face aos montantes outrora registados.

As alterações realizadas foram predominantemente provenientes das regularizações ao inventário dos bens do imobilizado, no montante de 510.215,00€ e em Investimentos Financeiros, pelo registo da renda perpétua emitida pela Lei n.º 34549, a 13 de fevereiro de 1936. No quadro infra apresenta-se o resumo:

Conta Geral	Diminuições	Aumentos
41.5.2		9,98 €
42.1	- €	510.215,00 €

Nas Reservas foram relevados factos que tiveram essencialmente a ver com o registo de parcelas de terrenos que vieram à posse do Município por doação ou cedência, e principalmente pelo aumento resultante da aplicação dos resultados líquidos.

Por conseguinte, procederemos à desagregação dos valores constantes por rubrica:



Na 57.1 – Reservas Legais – O aumento de 554.334,85€ refere-se unicamente à aplicação de resultados líquidos conforme deliberação da Assembleia Municipal.

Na conta 57.5 – Subsídios – não foram contabilizados quaisquer valores que respeitam a subvenções destinadas a investimentos não amortizáveis.

Na conta 57.6 – Doações

Durante o exercício económico de 2016, foram doados/cedidos ao Município os seguintes terrenos, devidamente aprovados pelo Executivo Camarário, que abaixo se inúmera em quadro próprio:

Descrição	Área	Freguesia	Valor
Parcela de Terreno	61 m2	Canedo	305,00 €
Parcela de Terreno	641 m2	Fiães	3.635,00 €
Parcela de Terreno	67 m2	Gião	335,00 €
Parcela de Terreno	3508 m2	Lourosa	17.540,00 €
Parcela de Terreno	505 m2	Mozelos	2.525,00 €
Parcela de Terreno	172 m2	Nogueira da Regedoura	740,00 €
Parcela de Terreno	1200 m2	Rio Meão	6.000,00 €
Parcela de Terreno	448 m2	S. Miguel de Souto	2.240,00 €
Parcela de Terreno	3283,75 m2	S. Paio de Oleiros	12.017,75 €
Parcela de Terreno	1.497,50 €	Santa Maria de Lamas	9.432,50 €

Descrição	Valor
Donativo em especie - ração para animais	94,24 €
Donativo em especie - ração para animais	157,77 €
Donativo em especie - ração para animais	252,61 €

Na conta 57.7.02 – Europarque

Esta conta tem por objeto o controlo da concessão celebrada entre a Direção Geral do Tesouro e Finanças, como representante do Estado, e o Município de Santa Maria da Feira através do Auto de Cedência de Utilização e Aceitação do Complexo Europarque, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 46/2015, de 9 de abril, pelo período de 50 anos.

Uma vez que estamos perante um ativo concessionado ao Município pelo período de 50 anos, para além de ter que estar contabilizado no ativo municipal, como intangível, está sujeito à correspondente amortização da concessão pelo mesmo período concedido, conforme se demonstra no quadro infra:

Descrição	Valor
Saldo ref. ao registo da Cedência do Europarque	20.972.000,00 €
Imputação da amortização da concessão do Europarque por 50 anos	428.000,00 €
Total	20.544.000,00 €

A conta 59 - Resultados Transitados encontra-se subdividida em:

59.01 – Aplicação de Resultados – destina-se de acordo com o POCAL à transferência de parte do Resultado Líquido do Exercício anterior, no montante de 11.086.696,95€ conforme deliberado pela Reunião Ordinária da Câmara Municipal Santa Maria da Feira realizada no dia 18 de abril de 2016, sendo que, do valor supramencionado, 554.334,85€ foram aplicados em Reservas Legais.

59.99 – Outras Variações de Capital – foi movimentada por regularizações, das quais se destacam no seguinte quadro:

Resultados Transitados - conta 59.99		10.314.378,83 €
Diminuição		
Arrecadação da Derrama - referente a anos anteriores	1.912.235,83 €	A partir de 2014 a Autoridade Tributária, através do site "Portal das Finanças", divulgou para cada tipo de Imposto, qual o ano a que diz respeito a cobrança da receita arrecadada. Pelo que, a contabilização destes impostos, teve em consideração o princípio da especialização do exercício, em que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.
Arrecadação de IMI - referente a anos anteriores	972.078,63 €	
Arrecadação de IMT - referente a anos anteriores	26.168,58 €	
Regularização de Terrenos	447.950,22 €	
Imputação da amortização da concessão do Europarque	428.000,00 €	
Outros	31.175,86 €	
Aumentos		
Regularização de Bens	9.842,00 €	
Regularização de Terrenos	272.770,15 €	
Apuramento do MEP referente à empresa Feira Viva EM (valor participação do município - 100%)	61.072,97 €	
Saldo Final		6.840.454,83 €

8.2.29. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATERIAS CONSUMIDAS									
Contas	CMVMC	=	Existência Inicial	+	Compras	+	Regularizações	-	Existência Final
32.9	8.613,64 €	=	- €	+	8.574,09 €	+	- €	-	1,82 €
36.1	1.394.224,80 €	=	129.010,23 €	+	1.391.403,21 €	+	4.198,95 €	-	130.387,59 €
36.2	- €	=	- €	+	- €	+	- €	-	- €
36.3	586.954,08 €	=	79.450,03 €	+	159.417,49 €	+	429.573,38 €	-	81.486,82 €
36.5.1.1	142.766,12 €	=	23.101,89 €	+	139.355,96 €	+	5.401,91 €	-	14.289,82 €
36.5.1.2	17.122,09 €	=	9.669,85 €	+	19.476,23 €	+	1.283,46 €	-	10.740,53 €
36.5.1.3	21.181,14 €	=	41,63 €	+	21.161,78 €	+	1,94 €	-	20,33 €
36.5.2.1	2.109,77 €	=	2.266,90 €	+	4.531,77 €	+	47,59 €	-	4.736,49 €
36.5.2.2	12.852,19 €	=	5.619,22 €	+	15.049,77 €	+	14,56 €	-	7.831,36 €
36.5.3	58.186,65 €	=	16.773,47 €	+	52.863,01 €	+	5.508,53 €	-	16.958,36 €
36.5.4	42.813,36 €	=	44.697,49 €	+	43.976,29 €	+	706,35 €	-	46.566,77 €
36.5.5	72.967,93 €	=	4.805,55 €	+	74.078,61 €	+	4,94 €	-	5.911,29 €
36.5.6	17.627,80 €	=	2.870,03 €	+	17.972,70 €	+	11,07 €	-	3.203,86 €
36.5.7	4.076,47 €	=	51,82 €	+	4.040,72 €	+	3,65 €	-	19,72 €
36.5.8	37.584,76 €	=	103.742,17 €	+	41.323,85 €	+	4.314,68 €	-	111.795,94 €
36.5.9.1	6.574,20 €	=	520,11 €	+	7.031,51 €	+	52,85 €	-	924,57 €
36.5.9.3	14.130,81 €	=	12.283,98 €	+	16.382,29 €	+	385,23 €	-	14.150,23 €
36.5.9.9	321,04 €	=	40,00 €	+	321,04 €	+	- €	-	40,00 €
Totais	2.440.106,85 €		434.944,37 €		2.016.960,32 €		437.226,29 €		449.065,50 €

Os valores respeitantes às existências finais foram apurados através da realização de inventários físicos. O valor elevado em regularizações das existências, deveu-se a um lapso no registo de entrada/valorização de uns artigos em armazém, pelo que, teve-se que proceder ao reajuste para retificar o sucedido.

8.2.31. Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2016	2015		2016	2015
681 Juros suportados	398.896,80 €	511.229,21 €	781 Juros Obtidos	111.658,88 €	79.801,17 €
682 Perdas em entidades participadas			782 Ganhos em entidades participadas		
683 Amortizações de investimento em imóveis			783 Rendimentos de imóveis		
684 Provisões para aplicações financeira			784 Rendimentos de participações de capital	180.140,40 €	77.154,46 €
685 Diferenças de câmbio desfavorável			785 Diferenças de câmbio favorável		
Perdas em entidades participadas			786 Desc. De Pronto Pagamentp Obtidos	654,84 €	1.797,15 €
687 Perdas na alienação de aplicações de Tesouraria			787 Ganhos na alien. Aplic. Tesouraria		
688 Outros Custos e Perdas Financeiras	28.439,05 €	39.948,35 €	788 Outros Prov. E Ganhos Financeiros	53.015,50 €	63.278,45 €
Resultados Financeiros	- 81.866,23 €	- 329.146,33 €			
Total	345.469,62 €	222.031,23 €	Total	345.469,62 €	222.031,23 €

Seguindo a tendência dos últimos anos, os Resultados Financeiros mantêm-se em valores negativos, registando em 2016 um total no montante de 81.866,23€, salientando-se uma variação positiva e 247.280,10€ em relação ao ano de 2015.

À semelhança dos anos anteriores, os juros suportados (encargos financeiros) diminuíram no montante 112.332,41€. Esta descida deve-se sobretudo ao facto da queda da Euribor nos diversos prazos, situação esta que se vem a verificar desde meados do ano de 2011.

Durante o ano de 2016, verificou-se uma subida no montante de juros obtidos face a 2015, em cerca de 31.857,71€.

Em relação aos rendimentos de participações de capital, o ano 2016 caracteriza-se por um acréscimo de proveitos desta natureza, essencialmente devido ao aumento dos dividendos oriundos das entidades participadas, nomeadamente da empresa Suldouro no montante de 180.140,40€.

Contudo, contribuíram para o incremento espelhado nos proveitos financeiros, o reconhecimento do resultado líquido positivo da Empresa Municipal Feira Viva EM, no montante de 44.907,19€ e a empresa Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto no montante de 7.014,57€.

8.2.32. Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2016	2015		2016	2015
691 Transferências de capital concedidas	1.876.920,48 €	2.032.510,89 €	791 Restituição de Impostos		41,02 €
692 Dívidas incobráveis			792 Recuperação de dívidas		
693 Perdas em existências	7.141,40 €	4.285,40 €	793 Ganhos em existências	444.367,69 €	23.424,52 €
694 Perdas em imobilizações	77.724,80 €	2.054,27 €	794 Ganhos em imobilizações	1.344.971,08 €	773.461,98 €
695 Multas e Penalidades	4.910,07 €	3.412,26 €	795 Benef. Penalidades Contratuais	749.979,36 €	199.783,51 €
696 Aumentos Amortiz. / Provisões			796 Reduções de amortizações e Provisões	309.788,67 €	77.956,63 €
697 Correções rel. Exercício anteriores	1.550.964,18 €	466.573,08 €	797 Correções Relativ Exerc. Anteriores	420.739,46 €	391.038,21 €
698 Outros Custos e Perdas Extraordinários	288.909,39 €	53.881,57 €	798 Outros Prov. E Ganhos Financeiros	1.895.302,37 €	1.824.118,65 €
699 Outros Custos e Perdas	10.414,62 €				
Resultados Extraordinários	1.348.163,69 €	727.107,05 €			
Total	5.165.148,63 €	3.289.824,52 €	Total	5.165.148,63 €	3.289.824,52 €

Os resultados extraordinários a 31 de dezembro de 2016 apresentaram tal como no ano transato um resultado positivo, na ordem dos 1.348.163,69€, contra o período anterior que registou um resultado de 727.107,15€, havendo assim um aumento no montante de 621.056,64€.

No lado dos custos, designadamente nas correções relativas a exercícios anteriores, houve um aumento relevante, que se traduziu em 1.084.391,10€, e que se refere principalmente à correção da estimativa do IMI (844.260,72€) e da Derrama (196.437,09€) referente ao ano de 2015. É importante ressaltar que, patrimonialmente os valores arrecadados de impostos diretos, são contabilizados patrimonialmente de acordo com o ano a que se referem.

Para o resultado dos Resultados Extraordinários, contribuiu, significativamente a contabilização dos “Subsídios para Investimentos” referentes às obras financiadas, de acordo com as regularizações de fim do exercício, em que os montantes são creditados à medida que forem contabilizadas as amortizações dos elementos do Imobilizado.

8.3 Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução

8.3.1. Modificações ao Orçamento

Durante o exercício económico de 2016 foram efetuadas:

- ❖ Catorze alterações ao Orçamento da Despesa;
- ❖ Uma revisão ao Orçamento da Receita.

8.3.2. Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal

No que se reporta ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal, na gerência em análise foram efetuadas:

- ❖ Catorze alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- ❖ Catorze alterações ao Plano de Atividades Municipal;
- ❖ Uma revisão ao Plano de Atividades Municipal;
- ❖ Duas revisões ao Plano Plurianual de Investimentos.

8.3.3. Outras Informações Relevantes

1. Passivos contingentes

Quando o POCAL é omissivo no tratamento da informação contabilística, impõe-se a aplicação das normas internacionais de contabilidade pública, doravante designada por IPSAS.

Para o acaso em apreço, aplica-se a IPSAS 19 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

Assim, de acordo com esta norma “Passivo Contingente é:

- a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - i. não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios económicos ou potencial de serviços que seja exigida para liquidar a obrigação; ou

ii. o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.”

A aplicação desta norma advém do facto de existirem processos judiciais em curso, e que, de acordo com os advogados, não existe probabilidade de estes gerarem exfluxos.

Decorre, da própria norma, que tais situações, sejam devidamente divulgados no anexo, pelo que abaixo se descremina os processos em causa.

	Processo n.º	Valor reclamado
720/06 - Ação Popular	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro /J	sem indicação de valor
1521/08.2 BEVIS - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo/CR	sem indicação de valor
388/09.8 BEVIS - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu/I	sem indicação de valor
610/09.OBEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/J	sem indicação de valor
890/11 - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/I	sem indicação de valor
916/11.9BEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/I	sem indicação de valor
158/11.3BEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
604/13.1 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM	sem indicação de valor
895/13.8 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM	sem indicação de valor
550/13.9 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
903/13.2 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	sem indicação de valor
195/14.6BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
896/12.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
916/15.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
964/15.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
1814/06.3BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	sem indicação de valor
886/13.9BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
65/14.8RBVFR	Comarca de Aveiro, Santa Maria da Feira J1	sem indicação de valor
308/12.2BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
326/15.9BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
493/15.1BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
503/14.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
648/15.9BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
671/15.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
697/13.1BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
726/14.1BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
808/15.2BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
825/14.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
3022/16.6T8VFR	3ªª Cível da Comarca de Aveiro	sem indicação de valor
2544/14.8TBVFR	2ªª Cível do Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira	sem indicação de valor
36/15.7BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
474/15.5BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
822/15.8BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
827/15.9BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
471/16.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
756/16.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
1273/16.2BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
843/16.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor

9. Factos relevantes ocorridos após termo do exercício económico

No que concerne à empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A, uma vez que esta entidade gere um ativo do Município e dada a importância do mesmo na atividade turística da região, apesar desta entidade não deter capacidade de gerar recursos próprios para ser autossustentável, foi lançado concurso público para análise da viabilidade da gestão do ativo municipal, pelo que se aguarda a conclusão desse mesmo estudo, para que o Município seja capaz de ajuizar de uma forma global, qual a melhor opção para esta circunstância.

De ressaltar que à data do presente relatório as entidades abaixo discriminadas já deram como quitado as suas dívidas:

- Infraestruturas de Portugal, S.A. - 29.896,65€;
- Tuna Musical Brandoense / Academia Música de Paços de Brandão - 15.866,55€;
- Uniself - Sociedade de Restaurantes Públicos - 5.962,32€;
- Companhia de Seguros Açoreana, Lda – 15.000,00€;
- Vodafone Portugal Comunicações Pessoais, S.A. – 17.140,04€